

**O desafio de envelhecer: uma experiência firmada na centralidade e  
nos sentidos da escuta, valorização e reconhecimento dos saberes  
dos/as seniores do Centro Comunitário de São Cosme**

Susana Sofia Neves Teixeira

Relatório de estágio apresentado à Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para  
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, sob  
orientação da Professora Doutora Teresa Medina

Porto, 2016



*O caminho é tanto mais importante quanto cada passo nos aproxima mais do Outro. E esta é a nossa razão para viajar* (Kapusinski, 2009, cit in Palmeirão & Menezes, 2009:22).



## **Resumo**

Este relatório de estágio enquadra-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social e pretende descrever, analisar e refletir o percurso de um estágio curricular trilhado ao longo de sete meses com os/as idosos/as do Centro Comunitário de São Cosme, da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar.

Tendo como referência uma sociedade portuguesa fortemente envelhecida e a partir da experiência vivenciada numa resposta social de apoio à população sénior, procura-se construir uma análise crítico reflexiva e fundamentada acerca dos processos e dinâmicas de intervenção institucionais com pessoas idosas, os quais estão intrinsecamente conjugados com a metodologia de intervenção da animação sociocultural, desenvolvida no contexto. Assim, ao perspetivar determinados modos de intervenção visa-se dar conta das formas e dos sentidos de envolvimento e participação dos/as seniores no trabalho de animação, exercido quotidianamente. Com base nestes modos de trabalho, a partir da oportunidade que me foi proporcionada, trata-se, igualmente, de explicitar o desenvolvimento de uma intervenção que, baseada nas necessidades, motivações e potencialidades dos/as idosos/as, incidiu no reconhecimento e valorização dos seus conhecimentos, das suas histórias e experiências de vida. Além de ter realizado um trabalho que apostou no revisitar da produção cinematográfica de tempos idos, a prática desenvolvida deu aso a um projeto mais específico, centrado na recolha de narrativas biográficas capazes de captarem as memórias dos/as idosos/as, em especial aquelas que reportam a determinadas épocas festivas e às memórias do trabalho.

Este processo, fruto de um conjunto de técnicas, tais como a observação participante, assim como da abertura institucional, potenciou o desenvolvimento de um projeto de intervenção sustentado nos pressupostos da proximidade, atenção e escuta sensível dos/as idosos/as, assumindo-os/as como protagonistas com plenos poderes de decisão. De salientar ainda a mobilização de um conjunto pertinente de bases teóricas sobre a temática do envelhecimento, fundamentais para problematizar a experiência de estágio, os contributos das Ciências da Educação e os papéis e funções de um/a especialista em educação/ formação em instituições como os CD e CC.

**Palavras Chave:** Envelhecimento, idosos/as, animação sociocultural e socioeducativa, memórias, narrativas biográficas, bem estar e qualidade de vida

## **Abstract**

This report resulted from a training course part of the Masters in Sciences of Education, in the domain of Education, Communities and Social Change. It aims to describe, analyse and reflect on the path of a curricular training developed across a seven month period with elders from the São Cosme Community centre, from Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar.

Having as background reference an extremely aged Portuguese society and the experiences that the trainee lived while supporting that senior population, this report builds not only an argued critical and reflectional analysis about the institutional and interventional processes that exist when getting in touch with elders, but also processes that go side by side with the interventional methodology of social-animation developed in context. Therefore, when prospecting certain ways of intervention it aims to achieve the ways and the involvement forms and participation for these elders in this social-cultural animation work daily. Starting on these work modes, given this job's possibilities, it is my goal to explicit an interventional development which, based upon the elders needs, motivations and capabilities, was focused on recognizing and valuing their knowledge, their stories and their life experiences. Besides working on revisiting movie production from early years, this practice produced a more specific project, centered on recollecting real life stories able to capture the elders' memories, especially those reporting to festivities and work memories.

This process, born from a number of techniques, such as participant observation and a great open-minded institution, allowed the development of an intervention project build upon closeness, attention and sensitive listening towards these seniors, allowing them to take center stage with complete decision-making possibilities. One must still highlight the mobilization of a relevant set of theoretical basis about aging, fundamental to discuss the experience acquired from my training course, contributions from Education Sciences and even the roles and functions developed by a trained professional Education inside of a Social Centre.

**Keywords:** Aging, old people, social-cultural and socio-educative animation; memories; biographical narratives; well-being and quality of life.

## Résumé

Ce rapport de stage s'inscrit dans le cadre de la Maîtrise en Sciences d'Éducation, dans le domaine Éducation, Communautés et Changement Social et on souhaite/veut décrire, analyser et montrer le parcours d'un stage curriculaire fait pendant sept mois avec les personnes âgées du Centre Communautaire de São Cosme, de la Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar.

En ayant comme référence une société portugaise assez vieillie et à partir de l'expérience vécue dans une réponse sociale de soutien à la population senior, on essaie de construire une analyse critique-réfléchissante et fondée sur les processus et les dynamiques d'intervention institutionnelles avec des personnes âgées, lesquels sont intrinsèquement conjugués avec la méthodologie d'intervention de l'animation socio-culturelle, développé dans le contexte. Ainsi, en perspectivant certaines façons d'intervention on prétend donner compte des formes et des sens de l'engagement et de la participation des personnes âgées dans le travail d'animation, fait quotidiennement. Sur la base de ces modes de travail, à partir de l'opportunité qui m'a été proportionnée, il s'agit, également, d'explicitier le développement d'une intervention qui, basée sur les besoins, les motivations et les potentialités des personnes âgées, a porté sur la reconnaissance et la valorisation de leurs connaissances, leurs histoires et leurs expériences de vie. Au-delà d'avoir réalisé un travail qui a misé sur la revisitation de la production cinématographique des temps passés, la pratique développée a originé un projet plus spécifique, centré dans la collecte de récits biographiques capables d'attirer les mémoires des personnes âgées, spécialement celles qui se rapportent à certaines époques de fêtes et aux mémoires du métier.

Ce processus, résultat d'un ensemble de techniques, telles que l'observation participante, ainsi que de l'ouverture institutionnelle, a contribué pour le développement d'un projet d'intervention basé sur des hypothèses de la proximité, de l'attention et de l'écoute sensible des personnes âgées, en les considérant comme des protagonistes avec tous les pouvoirs de décision. De noter également la mobilisation dans un ensemble pertinent de bases théoriques sur la thématique du vieillissement, fondamental pour discuter de l'expérience de stage, les contributions des sciences de l'éducation et les rôles et les fonctions d'un/une professionnel/elle spécialisé/ee en éducation et formation en institutions comme les CD e CC.

**Mots-clés:** vieillissement, personnes âgées, animation socio-culturelle et socio-éducative, mémoires, récits biographiques, bien-être et qualité de vie.





## **Agradecimentos**

Ao finalizar mais uma etapa da minha formação académica não posso deixar de agradecer a todos/as quantos/as contribuíram para o sucesso desta jornada. Bem sei que de diversos receios e alguns percalços se revestiu todo este percurso, porém também se enaltecem os momentos de tamanha felicidade e orgulho proporcionados. Uma vitória que exalto como um resultado conjunto de esforços, pois caminhamos sempre, de alguma forma, lado a lado. Ainda que sinta que todas as palavras que aqui são escritas representam somente uma ínfima parte de todo o carinho e sentimento que por todos/as nutro, redigo-as com a maior gratidão e reconhecimento por todos/as vocês que me conduziram em triunfo e que, por isso, tão valiosos/as sois:

Aos meus pais, ao meu pai Manuel pela sensibilidade em compreender que a paz, a união e o amor são os valores mais dignos a preservar no seio familiar, e em especial à minha mãe, Rosa, pela Mulher de garra que é e, por isso, pelo exemplo de força que representa para mim. Por toda a dedicação, por vibrar com todas as minhas conquistas e sucessos, mas acima de tudo por me dar a mão em todas as minhas “quedas” ajudando-me a erguer e ensinando-me que a vida permeia sempre os/as corajosos/as e lutadores/as;

Aos meus avós, pois estejam eles onde estiverem, acredito e sinto que sempre foram um importante pilar ao longo deste meu percurso, renovando e revigorando as minhas forças, sobretudo quando estas fraquejavam. Por me desejarem querer, se junto a mim estivessem, retribuir tudo quanto tive oportunidade de aprender e crescer com eles, proporcionando-lhes todo o bem estar, felicidade e qualidade de vida que com profissionalismo, dedicação, carinho e amor facultei aos/às idosos/as com quem trabalhei;

Ao meu companheiro de todas as horas, José Carlos Cabral, por demonstrar todo o seu amor e compreensão incondicional, através das suas palavras e ações de encorajamento diárias e por entre tantos anseios e dúvidas conseguir sempre arrancar-me um sorriso, levando-me a acreditar nas minhas capacidades e a sentir o imenso orgulho que nutre por mim;

A todos/as os/as meus/minhas amigos/as, em particular ao Luís, à Joana, à Mariana e à Eva, pelo profundo sentido de companheirismo, lealdade e pura amizade ao longo de cinco anos. Por todos os ensinamentos transmitidos que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, por acreditarem, sem nunca hesitar, no meu potencial e pela capacidade de me mostrarem, através dos seus modos peculiares de olhar o mundo,

o quão maravilhosa e gratificante é esta caminhada da vida. Acima de tudo por me fazerem sentir, sem reticências, que por mais voltas que dê o mundo estarão sempre lá para mim;

Ao meu Norte: aos/às meus/minhas idosos/as por todos os momentos de incalculável crescimento e aprendizagem proporcionados. Pela audácia de que se fizeram acompanhar todos os dias e, por isso, pela oportunidade de me brindarem com ilustres conhecimentos e ensinamentos, levando-me a acreditar, ainda mais, na incomensurabilidade do seu potencial, no real sentido deste trajeto;

À Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar pela abertura, disponibilidade, amabilidade e profissionalismo de que se revestiu no acolhimento de um novo membro na sua equipa de trabalho;

A toda a equipa do Centro Comunitário de São Cosme, por todos os ensinamentos que quotidianamente foram capazes de me transmitir, em especial à minha supervisora local, à Dr.<sup>a</sup> Ana Luísa Leal, pela sua enorme generosidade no sentido de me acompanhar, defronte todos os possíveis e impossíveis;

À minha orientadora, a Professora Doutora Teresa Medina, por juntamente comigo acreditar no potencial inerente às pessoas idosas e na importância crescente de investir em projetos direcionados para a área do envelhecimento. E sobretudo, por entre tantas contingências, pela paciência e pelo dom de me conseguir chamar sempre à razão, por meio dos seus conselhos, orientações, apoio, dedicação e entrega a cem por cento, acreditando e fazendo-me acreditar nas minhas capacidades e competências, jamais me deixando desistir;

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação que desde o primeiro dia me acolheu da forma mais calorosa e se tornou na minha segunda casa durante cinco anos de um percurso ao serviço do conhecimento;

Por último, porém não menos importante, a todo o corpo docente com quem tive o privilégio de me cruzar, por me terem presenteado com ilustres reflexões, desafios e conhecimentos, conduzindo-me a acreditar que a mudança é possível e que por ela devemos sempre lutar. Embora diante a incerteza do futuro, pela possibilidade e certeza de poder afirmar que estes foram os melhores anos da minha vida e que os ensinamentos que daqui levo acompanhar-me-ão em todas as minhas batalhas.

**A todos/as, um grande Bem Haja!**

## **Abreviaturas**

SCMVG – Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar

CCSC – Centro Comunitário de São Cosme

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

CD – Centro de Dia

CC – Centro de Convívio

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

CA – Casa de Acolhimento

GAF – Gabinete de Apoio à Família

ISS – Instituto da Segurança Social

PAS – Plano de atividades socioculturais

GAMP – Grande área Metropolitana do Porto

ASC – Animação sociocultural

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

PI – Processos individuais



## **Índice Geral**

<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo I - O fenómeno do envelhecimento: estabelecendo interdependências entre um racional teórico e uma experiência de estágio .....</b>	<b>22</b>
1.1 Envelhecer: concetualizações acerca do envelhecimento enquanto processo .....	22
1.2 A sociedade portuguesa envelhecida: alguns dados sociodemográficos elucidativos .....	27
1.3 O relançar do olhar sobre o envelhecimento: políticas sociais e diferentes perspetivas sobre a velhice .....	29
1.4 A animação sociocultural: uma análise em torno de alguns dos pressupostos base .....	33
1.5 Animação sociocultural e socioeducativa: um campo de ação na área do envelhecimento .....	35
<b>Capítulo II - Percurso metodológico: a produção de conhecimento situado na descoberta e compreensão do campo de intervenção .....</b>	<b>42</b>
2.1 De um processo exploratório às negociações que firmam a entrada no terreno... ..	42
2.2 Defronte o quotidiano institucional: entre a estranheza e desconforto embrionários, a integração e a construção de relações no contexto.....	43
2.3 O edificar de um posicionamento epistemológico.....	48
2.4 Opções metodológicas: o método e as técnicas de recolha de dados .....	51
2.4.1 A observação participante .....	51
2.4.2 Sistematizando as principais técnicas de recolha e interpretação de dados ...	52
2.5 Processos de construção e desenvolvimento de um projeto de intervenção .....	55
2.6 Questões e responsabilidades éticas na intervenção com seniores .....	56
<b>Capítulo III - O Centro Comunitário de São Cosme da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar: apresentação e caraterização do local e do contexto de intervenção .....</b>	<b>62</b>
3.1 Socio Demografia e Geografia do concelho de Gondomar .....	62
3.2 Contextualização e caraterização da Instituição de estágio .....	63

3.2.1 A infraestrutura do Centro de Dia: acerca dos espaços, modos de organização, funcionamento e posicionamentos existentes .....	69
3.2.2 Caracterização do público sénior .....	72

#### **Capítulo IV - Singularidades de um campo de ação: processos de análise e reflexão de um percurso de estágio..... 76**

4.1 Desvelar lógicas de organização e trabalho com a população idosa: o que nos revela a documentação.....	76
4.2 Imergir no dia a dia: para uma outra compreensão dos modos de fazer intervenção ancorada na estratégia da animação sociocultural .....	79
4.3 A partir do trabalho de animação: considerações quanto a um outro foco de ação .....	87
4.4 Condições do exercício profissional no CCSC: sob a alçada de limitações e constrangimentos diversos e sua influência no trabalho com os/as seniores.....	89
4.5 Dinâmicas relacionais presentes no Centro de Dia: particularidades que caracterizam as relações entre idosos/as e demais profissionais.....	94
4.6 Criar novas oportunidades: do sentido e significado de outros rumos de ação num percurso e intervenção co construídos .....	99
4.6.1 “ <i>Ainda o cinema era a preto e branco, estes filmes são os melhores, têm a ver com os nossos tempos e vidas</i> ”: com relação a uma cinematografia de outros tempos .....	102

#### **Capítulo V – Trabalhar com narrativas biográficas em instituições da terceira idade: sentidos e significados de um trabalho desta natureza..... 108**

5.1 As narrativas biográficas: breve consideração sobre a importância da experiência narrativa para os/as idosos/as.....	108
5.2 Trabalhos implementados a partir da recolha de relatos biográficos.....	109
5.2.1 “ <i>Na noite de Natal acabávamos por estar ali todos á volta da mesa (...) convivíamos em família</i> ”: a respeito de várias experiências e vivências natalícias .....	110

5.2.2 “A minha história dava um livro e dos grandes (...) comecei a trabalhar desde muito jovem”: trajetórias de vida no âmbito dos trabalhos e/ou profissões dos/as idosos/as .....	115
5.3 Os discursos biográficos dos/as idosos/as: contributos que abrem caminho a uma determinada perspetiva de análise .....	122
5.4 Outros entendimentos acerca dos dados obtidos: potencialidades que daí emergem .....	126
<b>Considerações finais .....</b>	<b>131</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>137</b>
<b>Outras fontes .....</b>	<b>146</b>

## **Índice de figuras**

Figura 1 – Edifício do Centro Comunitário de São Cosme	65
Figura 2 – Infraestrutura do Centro de Dia	69-70
Figura 3 - Os filmes visualizados pelos/as idosos/as	104

## **Índice de quadros**

Quadro 1 – As rotinas diárias do Centro de Dia	89
--	----

## **Índice de Apêndices (Em CD)**

Apêndice I - As rotinas diárias do Centro de Dia

Apêndice II - Caracterização social e demográfica, grau de dependência global e problemas de saúde dos/as idosos/as do CCSC

Apêndice III - Caracterização dos/as idosos/as do CCSC (dados complementares recolhidos junto de alguns/as seniores)

Apêndice IV – Testemunhos de idosos/as do CCSC sobre usos, costumes e tradições natalícias

Apêndice V - Lista de filmes sugeridos pelos/as idosos/as do CCSC

Apêndice VI – Testemunhos de idosos/as do CCSC sobre as experiências de trabalho e/ou profissões desempenhadas ao longo da vida

Apêndice VII – Análise dos testemunhos dos/as idosos/as do CCSC sobre as suas experiências de trabalho e/ou profissões



## **Introdução**

O presente relatório de estágio encontra-se inserido no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da FPCEUP, no domínio de especialização Educação, Comunidades e Mudança Social, e resulta de uma experiência de estágio vivenciada no Centro Comunitário de São Cosme da Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar, particularmente com os/as idosos/as do Centro de Dia<sup>1</sup>.

Este relatório procura refletir sobre a temática do envelhecimento em contexto institucional, tendo por base o trabalho desenvolvido durante o estágio. Este teve início em Setembro de 2015 e terminou em Abril de 2016, com o cumprimento de uma carga horária que excedeu as previstas 340. De referir que, desde o início, muito mais importante que o cumprimento do horário pré definido foi a consciência de que, acima de tudo, a permanência no contexto devia possibilitar o desenvolvimento de um processo de investigação/intervenção com sentido e significado para todos/as os/as intervenientes, o que, naturalmente, implicava tempo.

A motivação e o interesse pela temática surgiu de um conjunto de experiências de contacto com diversas instituições de resposta social aos/às idosos/as, no decurso da Licenciatura em Ciências da Educação e no Mestrado. Igualmente, a frequência do curso “Envelhecimento, Perspetivas e Representações”, promovido pelo Serviço de Educação Contínua (SEC) da FPCEUP, veio aumentar o interesse face a esta problemática e potenciar um contínuo aprofundamento da mesma, levando-a a tornar-se na minha área de eleição.

Para além das motivações pessoais para a escolha do tema, é também de salientar a sua pertinência do ponto de vista social e científico, na medida em que “um dos aspectos sociais mais importantes dos últimos tempos é o envelhecimento da população” (Osório, 1998:251), cuja tendência para o seu crescimento “é um dos traços mais salientes da sociedade portuguesa actual” (Paúl & Fonseca, 2005:15). O envelhecimento populacional está, portanto, a provocar importantes mudanças sob o ponto de vista demográfico, social e educativo. Esta “nova ordem social” (ibidem) requer a mobilização de respostas adequadas, capazes de garantirem o bem estar e a qualidade de vida dos mais velhos/as. Para fazer face a este desígnio, os serviços, ora de apoio permanente, como os lares, ora

---

<sup>1</sup> O particular contacto com os/as idosos/as do CD tem que ver com o facto destes/as gozarem de uma maior permanência na instituição. Não obstante, importa saber que todo o processo de intervenção desenvolvido contou com o envolvimento e participação dos/as seniores quer do CD, quer do CC.

de apoio parcial, como os centros de dia, centros de convívio e serviços de apoio domiciliário, parecem desempenhar um papel fundamental. Além do mais, o fenómeno do envelhecimento coloca-nos na presença de uma ambivalência, já que, a sua aceleração, fruto de um desenvolvimento médico-científico inquestionável, é acompanhada de um conjunto de fatores que tendem a ostracizar os senescentes, o que implica o aprofundamento do conhecimento sobre esta problemática a partir de uma multiplicidade de olhares e visões científicas. Um conhecimento que nos permita trabalhar por um projeto comum, um projeto de luta pela mudança e emancipação social que respeite e valorize as pessoas idosas.

Sustentada nestes pressupostos, importa ressaltar que o estágio levado a cabo no CCSC não partiu de nenhum projeto específico, previamente pensado e delineado, visto ter-se considerado não fazer sentido agir deste modo, em virtude do desconhecimento do contexto. Por isso, o estágio curricular teve como objetivos compreender o melhor possível a prática e os modos de organização e funcionamento quotidianos de uma instituição desta natureza, particularmente ao nível da intervenção realizada pelos/as profissionais junto da população idosa (entender e analisar problemas, necessidades, interesses e potencialidades), as técnicas mobilizadas e os cuidados a ter, o papel e as lógicas de animação sociocultural presentes, os modos de relacionamento institucionais e o que estes envolvem e a importância da construção e desenvolvimento de projetos de intervenção com os/as idosos/as ancorados em modos de relacionamento muito próximos, cuja centralidade recai sobre processos de escuta ativa e sensível, de valorização e reconhecimento da diversidade de saberes e percursos de vida. Deste modo, a redação deste relatório irá espelhar as aprendizagens adquiridas ao longo do estágio curricular, momento em que tive a oportunidade de colocar em prática diferentes contributos teórico metodológicos que, ao longo de todo o meu percurso académico, fui aprendendo.

Para além da introdução, o relatório encontra-se organizado em 6 partes, constituídas por 5 capítulos e as considerações finais.

No Capítulo I, apresentam-se diversas conceções teóricas que orientaram todo o processo de investigação/intervenção e que, por isso, lhe conferiram pertinência. Aborda-se o envelhecimento enquanto processo que ocorre ao longo do ciclo vital, reflete-se sobre alguns dados sociodemográficos indicativos de uma sociedade portuguesa fortemente envelhecida, sobre transformações que, ao longo dos tempos, têm vindo a ocorrer nos modos de perceber a velhice, particularmente com a emergência de políticas sociais para a terceira idade, a reforma e as consequências a ela associadas, designadamente ao

nível de concepções estereotipadas que se constroem acerca dos/as idosos/as, a importância da animação sociocultural e a sua relevância e especificidades na intervenção junto da população idosa, considerando as diferentes concepções, representações e/ou modelos teóricos que a enformam, com repercussões no tipo de intervenção efetivada.

No que diz respeito ao Capítulo II, dá-se conta do percurso metodológico tido ao longo do estágio. Dá-se a conhecer a entrada e integração no contexto de estágio, assim como as relações que, ao longo do tempo, se foram construindo e cimentando com os/as diversos/as intervenientes. Neste mesmo capítulo, abordam-se as opções metodológicas e as técnicas de recolha e interpretação dos dados por relação à prática desenvolvida e, por conseguinte, do projeto de intervenção realizado com os/as idosos/as, bem como das preocupações e responsabilidades éticas presentes ao longo de estágio.

Quanto ao Capítulo III, faz-se uma breve contextualização acerca do município onde decorreu o estágio curricular e apresenta-se a instituição onde este foi realizado, reflete-se sobre alguns dos seus espaços, modos de organização e funcionamento e a caracterização do público sénior que frequenta a instituição.

No Capítulo IV, numa primeira instância, fruto das singularidades que caracterizaram o contexto, conhecem-se os processos de análise e reflexão sobre o percurso de estágio. Através do meu envolvimento na dinâmica institucional, descobrem-se algumas lógicas de organização e trabalho com a população idosa a partir do que nos revela a documentação, procura-se compreender e refletir os modos de fazer intervenção à luz da estratégia da animação sociocultural, tendo sempre por referência os dados que nos fornecem os documentos institucionais, as condições do exercício profissional, num quadro de limitações e constrangimentos diversos, cuja influência no trabalho com os/as idosos/as é inevitável, as dinâmicas relacionais patentes no Centro de Dia e as particularidades que caracterizam as relações entre os/as idosos/as e os demais profissionais. Num segundo momento, reflete-se a importância de outros rumos de ação que procurei que nortegassem uma intervenção co-construída com os/as idosos/as, permitindo criar novas oportunidades de participação e envolvimento nas dinâmicas quotidianas. Este é um ponto fundamental, uma vez que constituiu a alavanca para o desenvolvimento de uma intervenção mais autónoma e flexível com os/as seniores. Por isso, ainda neste capítulo, é apresentado e analisado um dos trabalhos realizados com os/as idosos/as, no que concerne a uma cinematografia de outros tempos.

O último Capítulo, o V, ficou reservado para uma reflexão mais particular sobre os sentidos e significados do trabalho com narrativas biográficas em instituições da

terceira idade, já que este se constituiu num projeto de animação socioeducativa mais específico. Pela sua relevância peculiar, contempla-se a importância da experiência narrativa para os/as idosos/as, a descrição e reflexão dos trabalhos implementados a partir da recolha de narrativas biográficas, como seja o trabalho a respeito de várias experiências e vivências natalícias e as trajetórias de vida no âmbito do trabalho e/ou profissões dos/as idosos/as. A partir deste último trabalho somos conduzidos/as, suportados/as nos discursos biográficos dos/as idosos/as, a aceder a uma determinada perspetiva de análise potenciada pelos contributos de um trabalho desta natureza. Para finalizar este capítulo, ainda em relação com o último trabalho, referenciam-se outros entendimentos acerca dos dados obtidos quanto a algumas das potencialidades que daí emergem.

Por último, as considerações finais pretendem ser uma reflexão sobre a pertinência do estágio curricular realizado, a importância da investigação/intervenção no âmbito do envelhecimento, assim como sobre o contributo da profissionalidade em Ciências da Educação e, portanto, de um/a especialista em educação e formação em instituições de resposta social aos/às idosos/as.

## **Capítulo I**

### **O fenómeno do envelhecimento: estabelecendo interdependências entre um racional teórico e uma experiência de estágio**

*“Os povos que não respeitam os velhos, destroem a respectiva identidade, porque não reconhecem a própria memória” (Nuno Grande, 1994)*

## **Capítulo I - O fenómeno do envelhecimento: estabelecendo interdependências entre um racional teórico e uma experiência de estágio**

Tendo como referência a instituição na qual foi realizado o estágio curricular, revela-se fundamental proceder a uma reflexão teórica que seja correlativa da prática desenvolvida no contexto e, por isso, essencial para uma melhor compreensão das questões relativas ao fenómeno do envelhecimento.

Partindo desta análise, procura-se compreender: o que é o envelhecimento e quais as concepções que em seu torno são construídas; a importância assumida pelas questões da demografia, num Portugal cada vez mais envelhecido; o surgimento de novas perspectivas sobre o envelhecimento no âmbito das políticas sociais e respetivas representações acerca da velhice; algumas das perspectivas da e sobre a pessoa idosa, decorrentes da vivência da reforma, e, ainda, a importância e relevância que perspectivas de animação sociocultural críticas podem assumir no âmbito de projetos de intervenção socioeducativa junto da população idosa.

### **1.1 Envelhecer: concetualizações acerca do envelhecimento enquanto processo**

A progressiva caminhada do ser humano ao longo do ciclo vital passa por um conjunto de etapas que constituem parte integrante do processo de formação de cada indivíduo. Com efeito, importa considerar o envelhecimento como constituindo uma das etapas do desenvolvimento ontogenético. Conforme Ferrigno (2003), o envelhecimento decorre de um processo de desenvolvimento biológico, ou seja “uma sucessão de etapas: infância, adolescência, adulto jovem, meia-idade e velhice, fases decorrentes de singularidades orgânicas, mas também produzidas pela cultura” (p.35). Pese embora este facto, a verdade é que a tendência orienta-se no sentido de encarar este fenómeno como um acontecimento de vida, isto é como “uma situação concreta, que ocorre num determinado momento histórico da vida de um indivíduo” (Fonseca, 2005:137), invariavelmente associado à cronologia da idade, sobretudo aquando do abandono da atividade profissional e consequente passagem à reforma. Deste modo, como afirma Fernandes (2005: 228) “as pessoas surpreendem-se, um dia, como velhas”. Não obstante, se por um lado é “evidente a ocorrência de um envelhecimento cronológico que os anos marcam iniludivelmente” (Osório & Pinto, 2007:8), por outro, não nos falte a consciência de que nada se esgota nesta dimensão, dado que a idade cronológica constitui apenas um

modo padrão de contagem dos anos vividos (Schneider & Irigaray, 2008), libertando-se, assim, do fator exclusividade no modo de perceber e lidar com o envelhecimento. Acompanhando esta lógica, segundo Zimmerman (2000), a sapiência de nos adaptarmos às mudanças - físicas, psíquicas e sociais, faz com que o envelhecimento seja observado como um processo gradual, tornando-se uma realidade.

Nesta sequência, evidencia-se a importância de problematizar e rejeitar a idade “como critério natural de classificação dos indivíduos” (Velo, 2009:11), perspectivando, ao invés, o envelhecimento, como um processo que ocorre a diversos níveis encetado “assim que somos gerados” (Jacob, 2013:44) e que se prolonga até ao término do ciclo vital.

Apesar do exposto, importa considerar que a frequente correlação entre o fenómeno do envelhecimento e o critério da idade revela-se favorável à promoção do designado “idadismo”. Um termo que remonta a 1969, por via de Robert Butler, equacionando um conjunto de atitudes e reações de índole negativa, face a um determinado grupo de indivíduos, exclusivamente baseadas nas características da idade. De forma mais abrangente, trata-se de qualquer preconceito ou discriminação a favor ou contra determinado grupo etário (Gorjão & Marques, 2012). Como resultado, “a população idosa é muitas vezes percecionada como vítima, carente e dependente. Esta visão faz dela um objeto de assistência em vez de um sujeito social de pleno direito” (Fragoso, 2012:55).

O “idadismo” vê-se, assim, associado à população idosa, repercutindo conotações negativas relacionadas com a doença, incapacidade, dependência e improdutividade. Um conjunto de atributos que contribuem para instaurar na sociedade uma perspetiva generalizada acerca desta população, com consequências negativas para a sua participação social. Ora, segundo Gorjão & Marques (2012), um maior grau de participação social potencia um aumento do bem estar físico e psicológico, a obtenção de melhores resultados em termos de saúde física e mental, a provisão de contatos sociais, a satisfação de necessidades psicológicas, de que são exemplo a auto estima e a auto realização, bem como uma melhor integração social, permitindo aos/as idosos/as demonstrarem o seu envolvimento societário. No entanto, uma outra investigação levada a cabo pelos autores supracitados dá-nos conta de que todas as vantagens da participação social dos/as idosos/as podem ser comprometidas,

“em parte, pela presença de estereótipos negativos em relação ao envelhecimento, bem como pelas próprias percepções de envelhecimento, mostrando claramente que o idadismo e, especificamente as representações negativas associadas ao envelhecimento partilhadas pelas próprias pessoas idosas influencia o seu grau de participação social” (Gorjão & Marques, 2012:134).

Revela-se, assim, fundamental uma desconstrução de tais concepções, já que os/as idosos/as são pessoas com capacidades e poderes de decisão, portadores de diversas potencialidades e competências, as quais, por vezes, nem os anos de permanência no mercado de trabalho nem o período de vivência da reforma permitem dar conta na sua plenitude. É seguindo estes princípios que

“as pessoas na 3ª idade não podem ser vistas como pessoas em descida na linha da vida, mas sim encaradas como indivíduos com uma experiência de vida e sabedoria, capazes de transmitir os saberes e vivências pessoais e sociais (...) tendo como principal característica a motivação para a aprendizagem e pela melhoria da qualidade de vida, a nível social, afectivo, educativo e físico-motor” (Trindade, 2010:2).

No mesmo sentido, Debert (1998, cit in Ferrigno, 2003:72) afirma que “as pesquisas de gerontologia têm passado de uma abordagem da velhice como «fonte de miséria», para outra como «fonte de recursos»”. É assim necessário criar-se uma imagem positiva da velhice, desenraizada das ideias de deterioração e de perda, sendo que este tipo de conceitualizações é fortemente influenciada pelos padrões culturais de uma sociedade, não assumindo, portanto, um carácter universal. Com efeito, é determinante equacionar a problemática do envelhecimento, assumindo que

“envelhecer não significa necessariamente embrutecer - deixar de chorar desconsoladamente e de rir às gargalhadas, deixar de acreditar na força transfiguradora da paixão e na possibilidade de um mundo melhor, deixarmos de dizer o que pensamos e agir exatamente de acordo com isso. O corpo pode correr menos – mas abraça melhor, com mais vagar, porque em cada folego florescem todos os afagos anteriores, os reais e os sonhados” (Pedrosa cit in Vilhena, 2012:16).

Donde se infere que, tal como afirma Zimmerman (2000:19), “o velho é um mais”, é aquele em que a força da experiência adquirida nos brinda com a oportunidade de um outro posicionamento perante a vida. Quem nos ensina a conviver, com mais sabedoria, não meramente com todas as perdas e fracassos, como também com todos os ganhos e oportunidades.



Considerando os pressupostos enunciados, de acordo com Freire (cit in Osório & Pinto, 2007:10),

“não é a idade que nos faz velhos: «Somos velhos ou novos muito mais em função da forma como entendemos o mundo, da disponibilidade com que nos dedicamos, curiosos, ao saber cuja conquista nunca cansa e cujo descobrimento nunca nos deixa passivos e insatisfeitos”

Torna-se assim fundamental extrapolar as dimensões da idade cronológica, perspetivando-a enquanto fator multidimensional. Face a esta situação, evidencia-se um processo de envelhecimento compreendido por outros níveis e significados. Neste sentido, é-nos permitido observar que as diversas mudanças provocadas ao nível da estrutura e organização societária, verificadas ao longo dos tempos, não se apresentam incólumes face às questões da demografia social. Tal correlatividade exalta o envelhecimento enquanto processo demográfico, o qual

“ (...) designa no essencial, a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas. O início dessa mudança coincide, em geral, com a descida da natalidade (...) e o consequente alargamento do peso das gerações mais velhas [aumento da esperança de vida na terceira idade] ” (Bandeira, 2012:5).

Para além da demografia, de acordo com Osório (2007), o envelhecimento é resultante de um processo no qual estão inscritos diversos aspetos biológicos, psicológicos e sociais. Neste sentido, consoante Schneider & Irigaray (2008), para uma compreensão do processo de envelhecimento é essencial entender qual a relação que se estabelece entre os diferentes aspetos mencionados. De acordo com os autores, esta interação desenvolve-se em conformidade com a cultura em que o indivíduo está inserido. Condições, inclusive, histórias, políticas, económicas, geográficas e culturais que influenciam e transformam as representações acerca da velhice. Seguindo esta lógica, Paúl (2005) salienta que relativamente ao envelhecimento biológico, este resulta de uma crescente vulnerabilidade e de uma maior probabilidade da morte. No que diz respeito ao envelhecimento psicológico, salientam-se as capacidades de autorregulação do indivíduo bem como da sua tomada de opções e decisões. Por seu turno, o processo de envelhecimento social tem que ver com os diversos papéis sociais desempenhados pelos/as idosos/as e, por conseguinte, com as expetativas da sociedade face a esta faixa etária. Deste modo, entendendo que a ancianidade se inscreve num contexto social, sendo determinada por um conjunto de fatores de ordem histórica e sociocultural, sendo que

“ [é] no contexto social que se tornam evidentes com mais intensidade as alterações de papéis e funções dos grupos etários. O sentido do envelhecimento passou de uma conceção «gerontocrática» do passado para uma «juvenilização», uma transição do «domínio e poder dos idosos» para uma «hipervalorização» dos «estilos juvenis», que acarreta o risco de desvalorizar o papel das gerações mais velhas na sociedade atual” (Osório & Pinto, 2007:8).

Decorrente da afirmação explicitada, com o decurso dos anos é possível constatar a ocorrência de mudanças relacionadas com a perda de diversos papéis sociais dos/as idosos/as (papel de esposa, marido, mãe, pai, cidadão/ã e profissional), assim como do enfraquecimento do seu poder social. De facto, como comprova o excerto abaixo mencionado, é pertinente saber que:

“ [n]o caminho em direção à Terceira Idade (...) assiste-se a um progressivo esvaziamento de papéis, facto que determina ao idoso um crescente isolamento ou recolhimento no espaço doméstico. A aposentadoria, a viuvez, a perda de amigos e a chamada “síndrome do ninho vazio”, esta última caracterizada pela debandada dos filhos emancipados, são fenómenos que impõem aos mais velhos uma expressiva diminuição de funções” (Ferrigno, 2003: 52).

Tendo como referência o modo como se processa o fenómeno do envelhecimento, coincidente com Fonseca (2005:129), é possível verificar a sua inserção no âmbito de “uma abordagem de ciclo de vida” e de “um paradigma contextualista”, isto é, fazendo parte do amplo processo de desenvolvimento humano, respeitando e valorizando a sua natureza dinâmica. Em consequência, todas as transformações na velhice decorrem da interação de uma panóplia complexa de fatores de ordem ambiental, interpessoal e intrapessoal (Fonseca, 2005). Estes “apresentam uma influência variável sobre o indivíduo e (...) podem contribuir para a variação das intempéries da passagem do tempo” (Schneider & Irigaray, 2008:585). Assim sendo, torna-se fundamental lembrar a sua existência como resultado da história de vida de cada sujeito e, dessa forma, enquanto processo individual, diferenciado de pessoa para pessoa, já que são notáveis a diversidade de percursos que marcam as suas trajetórias, porquanto

“a vida não é uma realidade estática ou previsível, pelo que o desenvolvimento dos indivíduos (...) não é uma questão de a maturidade ter ou não já sido alcançada; cada momento é importante por si, independentemente da idade ou daquilo que estiver para acontecer no futuro” (Fonseca, 2005:120).

Em síntese, encontramos-nos perante uma variedade de situações que obrigam a constatar e explicar a diversidade que acompanha o envelhecimento humano, sustentando-o como “processo complexo e multifatorial” (Schneider & Irigaray, 2008:593).

## **1.2 A sociedade portuguesa envelhecida: alguns dados sociodemográficos elucidativos**

O envelhecimento demográfico não é uma novidade histórica, apresenta-se antes como uma realidade social inequívoca e incontornável. Considerando os dados do “World Population Data Sheet, do Population Reference Bureau, de 2012”, António (2012:139), diz-nos que, atualmente, vivem no mundo, aproximadamente, 564 milhões de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, o que representa na totalidade 8% da população do planeta. Conforme se propugnou em 1982, na “Assembleia Mundial sobre o envelhecimento”, realizada em Viena, “o aumento dos efectivos de pessoas idosas é um fenómeno que toma dimensões de âmbito mundial” (Fernandes, 1997:32). Neste contexto, parafraseando Ferreira (2011:3),

“ [a] s últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de idosos que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas (...) as projeções demográficas não vaticinam, para breve, mudanças do atual padrão demográfico do envelhecimento”.

Deste modo, dada a visibilidade que tem vindo a adquirir o fenómeno do envelhecimento, atribuir ao século XXI a designação de “século dos idosos”, enaltece a sua pertinência.

Perante este cenário, Portugal assume particular relevância, uma vez que as pessoas idosas são mais de 2 milhões, alcançando uma representatividade total de 19,1% da população portuguesa. Dados do INE (2015) apontam que “as alterações na composição etária da população residente em Portugal e para o conjunto da UE 28 são reveladoras do envelhecimento demográfico da última década” e que “Portugal apresenta no conjunto dos 28 estados membros o 5º valor mais elevado do índice de

envelhecimento”<sup>2</sup>. A fim de melhor compreender este fenómeno, podemos observar a evolução registada entre 1960 e 2014, no que concerne ao índice de envelhecimento. Logo, se em 1960 contávamos com um índice de 27,0%, o que anunciava a existência de 27 idosos/as por cada 100 jovens, em 2014 o índice de envelhecimento sobe drasticamente para os 138,6%<sup>3</sup>, ou seja, um total de 138 pessoas idosas por cada 100 jovens.

Diante deste panorama, consoante os dados censitários de 2011, Portugal tem um quadro de envelhecimento acentuado, com uma população idosa (pessoas com idade igual ou superior a 65 anos) de 19,15%, uma população jovem (pessoas com idade igual ou inferior a 14 anos) de 14,89% e uma esperança média de vida, à nascença, de 79,20 anos. Segundo uma lógica prospetiva, antevê-se para 2050 a inversão da pirâmide etária, com 35,72% pessoas com 65 e mais anos e 14,4% de crianças e jovens, apontando a longevidade para os 81 anos (Governo de Portugal, 2012).

Perante o desequilíbrio das estruturas etárias, assistimos a um processo de “duplo envelhecimento da população portuguesa, no topo e na base” (Jacob, 2013:47), derivado do aumento exponencial dos/as idosos/as e da expressiva diminuição do peso dos mais jovens. De acordo com Rosa (1993), este facto leva a uma reconfiguração da estrutura populacional afastando-se, progressivamente, do seu formato triangular. Face a esta transição, em que a população mais idosa é superior, em número, à mais jovem, observamos a presença do que alguns autores, como Wallace (2001:16), designam de “terramoto geracional”, dado que se patenteia uma mudança abrupta no que concerne ao perfil de idades das populações. O fenómeno da demografia do envelhecimento, para além de se configurar associado a questões da emigração, resulta, paralelamente, de três indicadores particulares: o declínio da taxa de natalidade, o decréscimo da taxa de mortalidade e o aumento da esperança média de vida. Se, na fase pré-industrial, grande parte dos países do mundo tinham taxas de natalidade e de mortalidade elevadas, com o advento da revolução industrial (século XIX), o seu declive começou a ser notório. Ao longo dos tempos, estas são alterações que, de acordo com Jacob (2013), encontram justificação na melhoria das condições de vida populacionais que, por sua vez,

---

<sup>2</sup> INE: informação consultada em maio, 30, 2016 de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

<sup>3</sup> Pordata: informação consultada em maio, 30, 2016 de <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

testemunham o desenvolvimento económico do país, bem como os progressos efetivados, nomeadamente ao nível da ciência e da medicina. Em consequência, o conjunto de “dinâmicas económicas, políticas e sociais que ajudaram a criar esta realidade intrinsecamente boa” (Carvalho, 2012:10), veiculam importantes transformações sociais. No seio desta perspetiva, entre diversos outros elementos, salientam-se o aumento de situações de dependência quer física, psíquica ou social, desencadeadoras da necessidade de se criarem novas respostas, ora do ponto de vista estatal, ora da sociedade civil, de apoio a esta população. Este quadro “tem uma incidência notável sobre a estrutura social, económica, do consumo, do trabalho e da segurança social” (Carrilho, 1993, cit in Jacob, 2013:48). Muito embora assim seja, torna-se essencial considerar o pressuposto de Rosa (1996:52) ao afirmar que:

“os avanços alcançados em termos da sobrevivência física das idades avançadas não foram, de modo algum, acompanhados por avanços a nível da sobrevivência social destas últimas idades, as quais são remetidas para uma posição de espectador – usufrutuário do que fazem as outras idades, desperdiçando-se, assim, aquilo que também poderiam ser contributos de um cada vez maior número de indivíduos”.

Deste modo, o envelhecimento das sociedades, como assim o intitula Esteves (1995), tende a representar uma das maiores inquietações respeitantes ao futuro da população e, por conseguinte, um dos seus maiores desafios. Acompanhando este princípio é importante acrescentar que o envelhecimento das sociedades traz consigo a necessidade de desenvolvimento de políticas de proteção social que acompanhem adequada e contextualmente esta realidade, tornando possível a sua vivência norteada por princípios de valorização, respeito e dignidade humana.

### **1.3 O relançar do olhar sobre o envelhecimento: políticas sociais e diferentes perspetivas sobre a velhice**

Conforme múltiplas perspetivas teóricas, a referência às pessoas mais velhas comporta várias designações. Reportamo-nos a uma diversidade de termos como “«velhos», «pessoas de idade», «reformados», «terceira ou quarta idade» (o termo quarta idade tem desabrochado no sentido de fazer alusão às pessoas com idade superior a 85 anos), «pessoas idosas” (Osório, 2007:15), “ancião, maior, cota, sénior, mais velho, velhote ou geronte” (Jacob 2013:44). A verdade é que a utilização de cada um destes termos está dependente do contexto em que são utilizados. Assim, “o termo idoso é

[aquele que é] aplicado a nível institucional e estatal” (ibidem), encontrando-se relacionado com a emergência das políticas sociais para a terceira idade. Neste âmbito, importa não esquecer a importância de “analisar e problematizar o processo através do qual se passa a estar incluído na categoria da terceira idade” (Veloso, 2009:11), dado que “o objecto da Sociologia da Velhice não deve ser uma «população definida no essencial pela idade legal ou pelo estado de envelhecimento biológico» mas deve consistir em «descrever o processo através do qual os indivíduos são designados como tal» (como idosos) ”.

Nesta sequência, há que entender a terceira idade como fruto de uma construção social, contrariamente a uma perspectiva que a assume enquanto dado adquirido e natural. Desta forma, de acordo com Veloso (2011), relativamente às políticas sociais para a terceira idade, ao longo dos tempos, têm existido diversas e notáveis transformações no que diz respeito ao modo de perceber a velhice e de nela intervir.

Dentro deste quadro de análise, a evolução registada ao nível da constituição e generalização dos sistemas de reforma evidencia-se (Veloso, 2011), contribuindo para o despoletar de outros modos de ação junto da pessoa idosa. Efetivamente, a existência de sistemas de reforma permitiu criar, em muitos países industrializados, “um denominador comum a todas as pessoas a partir de certa idade [atualmente situada nos 66 anos] ” (Veloso, 2011:29), conferindo uma identidade à velhice, fator pelo qual Guillemard a passa a designar por “velhice identificada”. É neste sentido que começa a notar-se uma evolução em matéria de proteção social, conducente à existência de um conjunto de mudanças sociais relativas à proteção na velhice e, deste modo, paralelas à sua constituição enquanto problema social e à emergência da “categoria social autónoma da terceira idade” (ibidem). A nomenclatura terceira idade salienta-se no sentido de colocar fim a uma velhice caracterizada pela indigência, decrepitude e doença, evidenciando antes uma velhice dinâmica, autónoma e sustentada nos valores da participação social. Diante este raciocínio é necessário compreender que as designações velhice e terceira idade, muito embora traduzam “realidades diferentes de intervenção pública para com os idosos” (idem:28), são alvo de uma utilização indiscriminada. No entanto, enquanto o termo terceira idade tende a refletir o modo como os/as idosos/as das classes médias ocupam o seu tempo, por via da frequência de clubes da terceira idade, residências e universidades da terceira idade, a designação velhice tende a aparecer como referência às classes populares, na sua grande maioria desprovidas de recursos económicos, refletindo uma imagem de senilidade e de degradação da sua condição física e mental.

Para além disso, após consignada como problema social e categoria autónoma, a terceira idade tornou-se numa preocupação específica das políticas sociais, concretizando-se numa política específica para esta faixa etária.

Em Portugal, na sequência da revolução do 25 de abril de 1974, não só se anuncia a generalização e universalização dos sistemas de reforma, como também se consagra, pela primeira vez, na Constituição da República Portuguesa, uma política para a terceira idade, a qual deverá

“proporcionar condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem ou superem o isolamento ou marginalização social das pessoas idosas e lhes ofereçam as oportunidades de criarem e desenvolverem formas de realização pessoal através de uma participação ativa na vida da comunidade” (Artigo 72º, ponto 2º da Constituição Portuguesa de 1976).

Posteriormente, entre 1976 e 1985, notam-se alterações no modo de intervir com a pessoa idosa. Uma das mais visíveis tem que ver com o surgimento de serviços e instituições vocacionadas para o apoio a esta faixa etária. Assim, “ [a] política de manutenção dos idosos no seu domicílio foi divulgada e introduzida em Portugal através da criação de centros de dia, do apoio domiciliário, de centros de convívio e da transformação dos asilos em lares” (Veloso, 2011:78).

Face ao surgimento e desenvolvimento destes equipamentos de resposta social, Fernandes (1997) assevera que a emergência das políticas sociais para a terceira idade traduzem uma maior consciencialização acerca da necessidade de intervenção social junto deste grupo. Os equipamentos sociais disponibilizados passam a centrar a sua ação num carácter mais humanizante, assumindo uma função “protetora e integradora” (Carvalho, 2012: 111). Neste âmbito, os CD e os CC, contextos onde decorreu o meu estágio, surgiram, inicialmente, “a título experimental (...) tendo como objetivo essencial a criação de condições mais favoráveis à manutenção das pessoas idosas no seu domicílio” (Ré, 2000, cit in Veloso, 2011:79). O Instituto da Segurança Social, I.P. (2015:6), define o CD como um “equipamento social que funciona durante o dia e que presta vários serviços que ajudam a manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar”, tendo como objetivos:

“proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes; estabilizar ou retardar as consequências desagradáveis do envelhecimento; prestar apoio psicológico e social; promover as relações interpessoais e intergeracionais; evitar ou adiar ao máximo

o recurso a estruturas residenciais para pessoas idosas, contribuindo para a manutenção dos utentes em meio natural de vida; contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia” (ibidem).

No que toca aos CC, segundo o Instituto da Segurança Social, I.P. (2015), estes são um “equipamento social onde se organizam atividades recreativas e culturais que envolvem as pessoas idosas daquela comunidade” (ibidem), tendo como objetivos:

“prevenir a solidão e o isolamento; incentivar a participação e incluir as pessoas idosas na vida social local; promover as relações pessoais e intergeracionais; evitar ou adiar ao máximo o recurso a estruturas residenciais para pessoas idosas, contribuindo para a manutenção dos utentes em meio natural de vida” (ibidem).

Deste modo, podemos compreender que os equipamentos sociais referidos visam a melhoria das condições de vida dos/as seniores, sendo a institucionalização em lares encarada como o último recurso, sobretudo quando existe “perda da sua autonomia (...) seja ela física, económica, familiar ou psíquica: perda do conjugue, solidão, doença e deterioração física e/ou mental” (Guedes, 2008: 5). Neste âmbito, a autora Martins (s/d) defende que o espaço residencial é o lugar primordial para a pessoa idosa, uma vez que os processos que os ligam às suas casas podem refletir “valores culturais relativos às identidades pessoais e sociais dos indivíduos” (Martins, s/d:136) e, a partir do momento em que entram num equipamento de apoio social, vêem os seus tempos e rotinas alteradas, em função de novos códigos de conduta.

No entanto, apesar da evolução registada ao nível da proteção social aos/às idosos/as, a verdade é que os últimos anos, sob o pretexto da crise económica, foram marcados por retrocessos nas políticas sociais, com a adoção de medidas fortemente penalizadoras para os gerontes. Neste âmbito, são de referir, designadamente, os cortes nas pensões, no complemento solidário para idosos/as e nos apoios a instituições sociais, com consequências nos seus recursos económicos, materiais e humanos e com repercussões ao nível dos cuidados e dos apoios à população idosa, diminuindo as condições de autonomia desta última.

Ora, de acordo com Osório (ibidem),

“[a] s políticas sociais devem assumir uma maior inclusão da população sob um “guarda-chuva” protector de segurança social que contemple protagonistas (e não destinatários passivos) de medidas que devem ter em conta as exigências de personalização das ajudas e a humanização das prestações e serviço”.



#### **1.4 A animação sociocultural: uma análise em torno de alguns dos pressupostos base**

Segundo Lopes (2008), quer no contexto português, quer a nível mundial, a animação sociocultural tem registado uma grande evolução e complexificação, o que implica uma reflexão aprofundada sobre a imprescindibilidade social dos seus modos de atuação. Como diz Igreja (2007:54), “a animação sociocultural tem ampliado o seu campo de destinatários, objetivos e atividades”, o que torna

“difícil poder eleger uma definição de animação sociocultural satisfatória para os diversos autores e grupos preocupados com esta temática, [sendo que] as intenções para delimitar o conteúdo e significado têm sido numerosas, se bem que, hoje em dia, se assume como um conceito polissémico, multiforme e ambíguo” (Sánchez, 1999:31).

Também Canário (1999) partilha desta perspetiva, ao observar a coexistência de diversas formas de pensar a animação sociocultural, o que provoca dificuldades ao nível da sua concetualização. Na sua ótica, “a grande diversidade e latitude do campo da animação sociocultural (...) permite compreender o carácter fluido deste campo de práticas educativas e a dificuldade em definir, com clareza, e de forma abrangente, os seus contornos” (Canário, 1999:72).

Besnard (1985, cit in Canário, 1999:76) atribui à animação sociocultural uma diversidade de funções. De entre elas destacam-se “uma função adaptativa e de integração”, cuja finalidade principal reside na promoção da socialização dos indivíduos, conduzida segundo uma perspetiva de conformidade com as mudanças sociais, “uma função recreativa” associada ao tempo de lazer, “uma função educativa”, onde a animação sociocultural é observada como uma “escola paralela”, capaz de favorecer o aprofundamento de certos interesses específicos, “uma função ortopédica”, orientada para a regulação da vida em sociedade e, por último, “uma função crítica”, norteadada pelo desenvolvimento de um pensamento crítico, possibilitador do exercício pleno da cidadania e da democracia e, consecutivamente, propulsor de novos modos de organização social.

Independentemente das suas múltiplas definições, Lopes (2008), apoiado na conceção definida pela Unesco de 1997, defende que a animação sociocultural pode ser vista como “um conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento, e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas” (p.95). Igualmente concetualizada como uma metodologia de intervenção, Igreja (2007) refere que é neste contexto que

adquire especial significado não apenas o que se faz como também a forma e a postura com que se executam as ações.

Do mesmo modo, perante o reconhecimento da existência de diversos níveis de formalização da ação educativa, o formal, o não formal e o informal, Canário (1999) salienta a confluência entre estes e a animação sociocultural. Embora não se concetualizem esses níveis como compartimentos estanques, representando ao invés um continuum, a animação encontra a sua inserção preferencial no último dos níveis. Ao colocar-se em destaque uma animação centrada nos propósitos da valorização da diversidade, do pluralismo dos indivíduos ou grupos, é evidente a propensão dos seus modos de ação quanto ao desencadear de situações potencialmente educativas, ainda que não conscientes e intencionais. Como se deduz das palavras de Canário (1999:80), a nível da educação informal, privilegiam-se “mais os efeitos do que as intenções, enfatizando as modalidades de autoformação, de ecoformação e de heteroformação entre pares”. A este respeito, importa igualmente referir o papel do/a animador/a e dos/as profissionais que desenvolvem a sua atividade nesta área.

De acordo com Larrazábal (2004), existem diversos estilos de animadores, designadamente o/a animador/a autoritário/a, o/a permissivo/a e o/a democrático/a. Quanto ao primeiro, é aquele que, perante um coletivo de pessoas, tenta impor a sua vontade, já que considera que as suas ideias são as mais proveitosas, motivo pelo qual não estimula a opinião daqueles/as com quem trabalha. Quanto ao/a animador/a permissivo/a, este possibilita aos indivíduos o exercício da ação de uma forma descomprometida e indiferente. Ou seja, frequentemente, o respeito pelas liberdades do outro/a é confundido com a ausência de normas, embora estas resultem de um processo de negociação, propiciando sentimentos como o tédio, a confusão e até a agressividade, na medida em que uma posição dominante, assumida por um determinado elemento, acaba por despontar. Por fim, o/a animador/a democrático/a procura exercer a sua ação convencido/a de que a animação é verdadeiramente profícua quando resultante de um processo de participação e implicação dos/as intervenientes. Considerando-os principais sujeitos da ação, procura estimulá-los, tanto quanto possível, para uma tomada de decisões baseada nas suas necessidades e interesses e por isso responsável.

Apesar da variedade de perfis de animadores e considerando sobretudo o último referido, de forma concordante com Larrazábal (2004), o/a animador/a sociocultural apresenta a capacidade de ser um/a educador/a, um/a agente social e um/a relacionador/a. Para Canário (1999:78), o animador é

“essencialmente um intermediário e agente de comunicação (...) suscitando e orientando iniciativas, promovendo a optimização de recursos (nomeadamente endógenos), favorecendo a participação individual, organizando a vida dos grupos, favorecendo a autonomia dos indivíduos e dos colectivos [e] criando condições favoráveis à comunicação entre pessoas, grupos e instituições”.

Ao assumir o papel do/a animador/a centrado nas competências enunciadas, observamos que a animação sociocultural pode também ser entendida como um campo de mediação. Com Lemaire e Poitras (2004) reportamo-nos a dois tipos: a mediação social e a mediação comunitária. Do ponto de vista social, a mediação reflete-se ao assumir a animação sociocultural enquanto estratégia centrada na (re) criação de laços sociais, entre os indivíduos e grupos, em sentido mais estrito, e com a sociedade em geral, em sentido mais lato. Por sua vez, a mediação comunitária enaltece o seu valor ao pretender ser uma intervenção capaz de restituir aos indivíduos as suas capacidades e poderes de decisão, fundamentais à resolução dos seus conflitos e, de igual modo, ao restabelecimento dos laços sociais preconizadores de uma melhor vivência em comum. Acerca desta reflexão, salienta-se o posicionamento de Torremorrel (2008:70) ao ressaltar que

“ [o] facto de seguirmos os valores da mediação afasta-nos, forçosamente, da sua visão mais instrumentalizada – que gira à volta do conflito e da sua solução – e o discurso reordena-se à volta de um novo horizonte sociocultural no qual as relações interpessoais são fonte constante de aprendizagem e de construção de significações sociais partilhadas”.

### **1.5 Animação sociocultural e socioeducativa: um campo de ação na área do envelhecimento**

Os contornos assumidos pelo fenómeno do envelhecimento têm dado origem a preocupações crescentes com a população idosa, designadamente ao nível da intervenção direcionada para este grupo social. Conforme Osório (1998), os problemas com que se defronta esta faixa etária, exigem uma intervenção centralizada em diferentes e complementares âmbitos. Neste sentido, salientam-se um campo mais geral, circunscrito às políticas sociais, e um outro, mais específico, relacionado com o desenvolvimento de uma intervenção socioeducativa junto dos/as idosos/as e dos/as profissionais que com

eles trabalham. Este tipo de intervenção tem estado presente em diversos estudos realizados no âmbito da Gerontologia Educativa, a qual

“situa o campo de actividade entre as ciências da educação e a gerontologia. Trata-se de uma ciência aplicada para a intervenção educativa nas pessoas adultas. O ponto de partida parte do convencimento de que as acções socioeducativas são um elemento importante quer para prevenir quer para servir de elemento substitutivo, perante as situações de detioração biológica que a passagem de tempo provoca. (...) Trata-se fundamentalmente de ajudar as pessoas adultas a planificarem as estratégias para o envelhecimento, de promover novos interesses e novas actividades, de estimular e treinar a vitalidade física e mental e de ocupar, utilmente, os grandes tempos livres disponíveis” (Osório, 1998:252).

No cerne desta perspetiva, salienta-se a estratégia de intervenção da animação sociocultural, na medida em que, de forma consentânea com Lopes (2008), esta, no trabalho com idosos/as, se funda, também, nos princípios de uma gerontologia educativa. Como refletem Lopes & Pereira (2011:140), “a animação (...) hoje constitui um campo híbrido de contextos, modalidades e públicos, envolvendo profissionais e voluntários desenvolvendo-se actualmente em vários campos, desde o educativo e social, ao cívico e o comunitário, ao cultural e artístico”.

Consoante o entendimento exposto, nas palavras de Elizasu (2001, cit in Lopes, 2008), ao emergir na terceira idade com o propósito de dar resposta a uma ausência ou diminuição da sua atividade e das suas relações sociais, a animação sociocultural deve nortear-se em favor do protagonismo concedido aos indivíduos ou grupos, podendo ser incrementada em instituições de resposta social ao/à idoso/a. No entanto, importa ter presente que existem diferentes formas de equacionar a animação sociocultural, as quais originam diferentes conceções e representações sobre esta, influenciando o tipo de intervenção desenvolvido. De acordo com Osório (1998:255), é necessário “determinar de forma crítica, os diversos modelos de intervenção [e animação], analisar as razões e entender a práxis diferenciada que deriva de cada um deles”. De facto, um modelo de animação sociocultural exclusivamente pensado como meio de ocupar o tempo livre dos/as idosos/as, traduz uma conceção redutora da animação (Canário, 1999). Em sentido oposto, Osório (1998:255) defende um “lazer de qualidade”, em que “não se trata de ocupar os tempos livres e de escapar à síndrome do desocupado inútil. Trata-se de fazer desta idade um espaço e um tempo positivos para aumentar as possibilidades de educação permanente”.

Neste âmbito, reconhecendo a existência de diversas e distintas modalidades de intervenção/animação, importa recorrer aos modelos de inteligibilidade da animação, sugeridos por Gillet (1995), designadamente o modelo de animação consumista e o modelo de animação abstrata. O primeiro, configura um modo de animação reduzida ao seu valor de uso, onde se valorizam dimensões como o programa, o instituído, o consenso, a socialização e a prática. Neste modelo, parte-se de produtos pré-concebidos e “propostos” aos/as idosos/as, remetendo-os/as para o desempenho de um papel passivo, como se de um grupo homogéneo e incapaz se tratasse. Contrariamente a este modelo, a vertente da animação abstrata privilegia a ação, o ator, o projeto, o instituinte, a sociabilidade, o conflito e a praxis. Caracteriza-se sobretudo pela valorização da dimensão social, enaltecendo o seu valor de troca, de conhecimentos e valores, no qual se pretende o exercício de um poder transformativo dos indivíduos, reconhecendo-os enquanto produtores de cultura.

Para autores como Jacob (2013), a animação sociocultural com idosos/as deve ter presente sete facetas, as quais deviam constituir um referencial importante nos equipamentos de apoio à população idosa. Elencam-se: a animação motora, cognitiva, através da expressão plástica, através da comunicação, associada ao desenvolvimento pessoal e social, a animação lúdica e por último a comunitária. Ao verificar-se uma progressiva lentidão nas respostas psico motoras e consecutivamente uma diminuição das suas capacidades funcionais, com o avançar da idade, pede-se do/a idoso/a um exercício continuado no que respeita á movimentação corporal. Falamos, deste modo, de uma animação motora. Por sua vez, a animação cognitiva sobressai pela incidência em dimensões de trabalho de que são exemplo as questões da memória, do raciocínio e da atenção. Apelando ao exercitar do cérebro do/a sénior, pressupõe um contributo fundamental no reavivar ou retardar de determinadas capacidades. Concernente à animação por via da expressão plástica, deseja-se que os/as idosos/as desenvolvam e demonstrem os seus dotes artísticos através da utilização de materiais como o barro e a pasta de papel. Realça-se o facto destas manualidades serem potencialmente interessantes no que respeita à expressão de sentimentos e emoções do/a idoso/a. Desta forma, segundo Jacob (2007), este tipo de animação é simultaneamente motora e cognitiva. Num outro pólo fala-se da animação através da comunicação, a qual centra a sua atividade no domínio comunicacional da pessoa idosa, a diversos níveis (dramatização, poesia e música). A respeito da animação de desenvolvimento pessoal, existe a pretensão de desenvolver competências pessoais e sociais do geronte, como afirma Jacob (2007:18),

“o «eu» do idoso, as suas experiências de vida, as suas emoções e sentimentos”. Por outro lado, a promoção do lazer e do entretenimento, designadamente por via do convívio, dá lugar a uma animação lúdica. Relativamente à última das facetas, a animação comunitária destina-se ao incentivo da participação dos/as seniores na vida da comunidade, enquanto indivíduos válidos e úteis.

Partindo das conceções de animação refletidas, há que compreender que as distinções efetuadas não representam, todavia, o estabelecimento de dicotomias que, de resto, permitem observar a importância de conceber a animação sociocultural sob o ponto de vista de uma visão mais ampla, determinante no modo de a encarar como projeto global de intervenção, pois tal como afirma Roca (1995, cit in García, 1998:293) “só as relações sinérgicas estão em condições de afiançar uma coordenação adequada”. A amplitude deste campo de análise é de facto diversa e distinta, o que, por sua vez, conduz Lopes (2008:343) a olhar a animação “numa perspetiva de desenvolvimento social, cultural e educativa”.

Independentemente de, para Jacob (2013), a animação ser concebida de acordo com as facetas enunciadas, assume primazia a perspetiva da existência de uma animação valorativa dos direitos dos/as seniores, como sejam o direito à escolha, privacidade, individualidade, integração e participação sociais. O autor sustenta ainda que a animação com idosos/as deve ser especialmente cuidadosa no que respeita às situações conducentes à infantilização deste público. Estes argumentos têm-se revelado pertinentes porquanto, as inevitáveis transformações quanto às capacidades e competências da pessoa idosa (deterioração a nível físico, psicológico e mental) e as representações daí resultantes, tendem a implicar comportamentos e modos de tratamento que as acentuam. Em contraste com uma perspetiva infantilizante e redutora do/a sénior, Trindade (2010) concebe a terceira idade como uma “mais-valia para a Animação Sociocultural, uma vez que é o terminar de um ciclo de vida profissional e o início de um outro ciclo de vida, em que, do ponto de vista social, as pessoas procuram melhorar a sua qualidade de vida, quer a nível físico, educativo ou social” (p.1).

É precisamente ao observar a animação sociocultural direcionada para a população idosa que se entende a necessidade e importância desta metodologia de intervenção levar em linha de conta as particularidades deste público (Osório, 1998). Falamos mormente do fator idade, dos diversos condicionamentos ao nível da saúde, do contexto residencial, das várias situações de convivência, quer sejam em casal, a viuvez ou até mesmo a solidão, assim como o património pessoal de que cada um/a é portador e

do qual fazem parte a sua história de vida, vontades, gostos e interesses. Na realidade, a consideração por todos estes aspetos somente se torna possível quando, da parte do/a profissional de animação, existe um conhecimento profundo das vidas em questão, permitindo uma intervenção adequada, o desenvolvimento de um trabalho mais consciente quanto às modalidades de animação a operacionalizar, sustentadas em metodologias de intervenção participativas, com sentido e significado para a pessoa idosa. A este respeito o papel do/a animador/a é primordial, no sentido de “facilitar a sua inserção na sociedade, a sua participação na vida social, e sobretudo, permitir-lhes desempenhar um papel, inclusive, reactivar papéis sociais” (Hervy, 2001, cit in Jacob, 2013:25). No agir quotidiano este contributo é determinante, sendo conexo da capacidade do/a profissional de animação “fazer com que alguns idosos não se auto-excluam de viver, devido às ideias pré-concebidas de que já não prestam para nada e que apenas lhes resta a morte” (Jacob, 2013:28). Ancorado nesta lógica, deve, igualmente, constituir competência do/a animador/a

“possibilitar a este colectivo a realização pessoal, a compreensão do meio circundante; (...) conseguir uma maior integração na sociedade a fim de que se oiça e dê valor à sua voz e se tenham em conta as suas opiniões; estimular a educação e a formação permanente; oferecer a possibilidade de desfrutar da cultura; estabelecer as bases para que os conhecimentos sejam partilhados de maneira flexível, enriquecedora e amena; desenvolver atitudes críticas perante a vida, mediante a animação de grupos de reflexão e debate; possibilitar a abertura a outros grupos etários; propiciar e criar atitudes e meios para gozar a vida plenamente” (García, 1992, cit in Osório, 1998:256-257).





## Capítulo II

### **Percurso metodológico: a produção de conhecimento situado na descoberta e compreensão do campo de intervenção**

*“Um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados. A pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber, rigoroso como o é todo saber científico” (Charlot, 2006:11).*

## **Capítulo II - Percurso metodológico: a produção de conhecimento situado na descoberta e compreensão do campo de intervenção**

Neste capítulo, procura-se apresentar uma contextualização relativa à escolha da instituição de estágio, seguida de uma reflexão em torno do processo de entrada e integração no terreno. Além disso, no sentido de contribuir para a fundamentação do trabalho de estágio realizado, é fundamental equacionar o posicionamento epistemológico da investigação e do percurso de intervenção desenvolvido, bem como as opções metodológicas que os enquadram e sustentam. Igualmente relevante é refletir em torno de questões éticas, visto que estas atravessam todo o trabalho de investigação/intervenção.

### **2.1 De um processo exploratório às negociações que firmam a entrada no terreno**

A definição do contexto é condição primeira para a realização de um processo de investigação/intervenção. No primeiro ano do Mestrado, no âmbito da unidade curricular “Questões Aprofundadas em Educação, Comunidades e Mudança Social”, revelou-se necessário o contacto com um determinado contexto profissional, preferencialmente dentro da área de trabalho da futura instituição onde pudesse vir a decorrer o estágio curricular do segundo ano.

Assim, ao longo do primeiro ano, houve a oportunidade de vivenciar uma fase exploratória ao nível do conhecimento de algumas instituições de resposta social a idosos/as, tais como Lares e Centros de Dia, sítios na Grande Área Metropolitana do Porto. Na sequência dos contactos estabelecidos, colocou-se como possibilidade a realização do estágio no Centro Comunitário de São Cosme, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar, tendo esta manifestado a sua inteira receptividade para a realização do mesmo.

Ainda no 1º ano do mestrado, foi acordada uma visita às instalações da instituição, sob orientação da diretora técnica, na qual, para além de me serem dadas a conhecer as instalações, foi-me possibilitada a oportunidade de ficar a entender, ainda que superficialmente, algumas das suas lógicas de atuação. Neste processo, não posso deixar de referir que a particular amabilidade e disponibilidade com que me brindaram desde logo alguns dos elementos da equipa do Centro Comunitário de São Cosme, com quem tive a oportunidade de me cruzar, a espontânea simpatia de alguns/as seniores que usufruem dos serviços prestados por este equipamento de resposta social, assim como a

própria dinâmica institucional, constituíram fatores que tiveram um papel preponderante na minha vontade em poder vir a desenvolver o estágio naquele contexto.

No início do 2º ano do mestrado, realizou-se a primeira reunião entre a minha orientadora da FPCEUP, a minha supervisora local, com a minha presença, para oficialização do início do estágio curricular. Nesta foram esclarecidos, essencialmente, a mais valia do papel da instituição na minha formação académica, os objetivos/pressupostos do estágio curricular, bem como os papéis a desempenhar por mim, enquanto estagiária:

“a minha orientadora de estágio disse à supervisora local que o estágio curricular na instituição iria, decerto, constituir uma enorme mais valia para mim no meu percurso académico, dado o confronto com o exercício de uma prática profissional. Neste sentido, na posse do Regulamento de Estágio curricular do ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação, foram lembrados quais os objetivos do estágio em questão. Referiu-se que o grande objetivo passará por permitir ao/à estagiário/a inserir-se nas dinâmicas da instituição, perceber e conhecer de forma aprofundada a mesma: os seus modos de funcionamento, as suas práticas e, deste modo, o exercício das diversas profissões, relevando a pretensão em adquirir o maior número de aprendizagens, causando o mínimo de transtorno possível para o Centro” (Nota de terreno, 24 de setembro de 2015).

Com esta reunião formalizou-se o início do estágio, tendo sido acordado com a minha supervisora local o começo a partir do dia 28 de setembro de 2015. Por tudo o que veio sendo discutido, importa considerar a importância de uma autorização devidamente negociada no acesso ao terreno, contudo “a obtenção da autorização para realizar o estudo envolve mais do que uma bênção oficial. Passa por desbravar o caminho para uma relação sólida a estabelecer com aqueles com quem irá passar tempo, de modo a que o aceitem a si e aquilo que pretende fazer” (Bogdan & Biklen, 1994:117).

## **2.2 Defronte o quotidiano institucional: entre a estranheza e desconforto embrionários, a integração e a construção de relações no contexto**

O primeiro dia no contexto de estágio foi marcado pela abertura e disponibilidade da minha supervisora local em fornecer-me um conjunto de informações acerca dos modos de organização e funcionamento internos da instituição. Com vista a dar consistência às informações transmitidas, considerou-se essencial a disponibilização de

um conjunto de documentação, de que são exemplo o Plano de atividades de 2015, o Projeto Educativo e o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2014. Nestes documentos encontravam-se esclarecidas, de forma mais detalhada, não somente as informações já facultadas como outras.

“Já com os documentos na minha posse, a minha supervisora disse que me ia deixar à vontade para os poder consultar. Confesso que perante toda a documentação me senti um pouco à toa, perdida, pois a informação era bastante, o que me levou a ficar sem saber o que fazer com ela. Se era necessário assimilar tudo aquilo, como o ia fazer e em que condições, caso fosse preciso. Ainda que com estes pensamentos a acometerem-me, fui folheando alguns dos documentos” (Nota de terreno, 28 de setembro de 2015).

Neste dia, por sugestão da minha supervisora local, frequentei apenas a instituição da parte da manhã, utilizando esse tempo, tal como defendem Bogdan & Biklen (1994), para ficar com um panorama geral do ambiente, entrando paulatinamente no terreno.

Conforme o defendido, seguiu-se uma etapa de apresentação aos/às idosos/as, acompanhada do consentimento para, a partir de então, interagir com estes/as e com a restante equipa, integrando-me, assim, na dinâmica institucional, consoante entendesse ser mais proveitoso e pertinente. A verdade é que, ante um contexto totalmente novo e desconhecido e o meu primeiro contacto com o exercício da prática profissional, despontaram um conjunto diverso de dificuldades relativas aos modos de inserção e progressivo conhecimento da realidade. Deste modo, o processo de entrada e integração no contexto revelou-se particularmente sensível, dado que os sentimentos de estranheza, desconforto e insegurança prevaleciam. Na esteira de Bogdan & Biklen (1994:123), esta “é a altura de se ficar confuso - mesmo aflito com tanta informação nova. Ainda há muito para aprender”.

Uma vez distanciada da minha zona de conforto, logo entendi que os sentimentos existentes nada mais representavam do que parte integrante deste trabalho. Assim, sentir-me atrapalhada e deslocada era natural. A consciência de que “nos primeiros dias do trabalho de campo começa-se a estabelecer a relação, aprendem-se «os cantos à casa», passa-se a ficar mais à vontade e a trabalhar no sentido de os sujeitos ficarem mais à vontade connosco” (ibidem), exigiu a adoção de uma outra postura, baseada num conjunto de estratégias capazes de possibilitarem um conhecimento mútuo e gradual entre mim e os/as seniores, bem como entre os demais profissionais. Neste sentido, optei por começar a aproximar-me dos/as diferentes participantes do contexto, em diversos e

distintos momentos. A integração em conversas triviais partilhadas, por vezes, entre os/as idosos/as, a preocupação diária em procurar gerir uma aproximação com vista ao entendimento de quais os seus estados de espírito, bem como problemas, necessidades e potencialidades, evidencia-se como uma das referidas estratégias.

“Reparei num senhor que lia o jornal. Era o senhor JC. Perguntei-lhe se as notícias eram boas ou más, ao que me respondeu ser sempre mais do mesmo. Falava-me das desgraças que vêm diariamente nos jornais, o que o levava a afirmar que eram mais notícias más do que boas. «O que vale é a bola. Isso eu gosto mais. Ainda me pego aqui com uns colegas acerca dos clubes de futebol, mas é tudo na brincadeira». Aproveitando a sua deixa disse-lhe que era do Benfica. De imediato, sorrindo, disse-me ter bom gosto. Ficamos um tempo à conversa sobre as notícias ” (Nota de terreno, 9 de outubro de 2015).

“Entrei no CD e disse bom dia a todos os presentes. Questionei alguns/as idosos/as acerca de como tinha corrido o seu fim de semana. O senhor DO. respondeu-me que tinha sido como os demais, apesar de um contratempo com os seus problemas respiratórios que o fizeram ir parar ao hospital. Já a dona TS. comentava que andava muito mal dos seus joelhos. Diz-me: «sabe menina, eu fui padeira durante muito tempo, adorava o que fazia, de coração, mas à custa disso hoje tenho estas medalhas todas» ” (Nota de terreno, 21 de outubro de 2015).

“A dona RG. contava que a certa altura da sua vida disse aos pais que queria ir trabalhar para a Singer. Profere: «gostava muito de lá trabalhar, tenho quadros lindíssimos em casa feitos por mim». Mais tarde fui trabalhar para casa de uma senhora que sabia da arte. Afirma: «ela ensinou-me a pôr passarinhos nas camisolas, nos chapéus, a pôr lentejoulas. Aprendi muito!». A par desta conversa, optei por continuar a falar com alguns/as idosos/as, por forma a compreender, continuamente, alguns dos seus gostos, interesses e motivações. Ao falar com a dona IR. esta contava-me que, quando era mais nova, tinha sido alfaiate, tendo feito várias peças. Conta que foi ela quem fez todo o seu enxoval” (Nota de terreno, 11 de novembro, de 2015).

Na realidade, estas formas de interação, além de facilitarem uma integração no terreno, foram-me permitindo a identificação de alguns temas de interesse dos/as idosos/as, tornando-me, em virtude do constatado, mais vigilante quanto à possibilidade e pertinência do desenvolvimento de um trabalho que refletisse tais motivações. Neste seguimento, também a recetividade manifestada, ora para colaborar com os/as funcionários nas tarefas básicas de assistência aos/as idosos/as, ora para participar nas atividades socioculturais que iam surgindo, constituíram uma mais valia para a imersão

no contexto do CCSC, concedendo-me a oportunidade de ir conhecendo e compreendendo algumas das suas rotinas e modos de trabalho.

“Quando me apercebi, os idosos já estavam a chegar do almoço. Disponibilizei-me para ajudar os/as funcionários/as a acompanhar alguns/as dos/as que necessitam de auxílio até aos seus lugares. Durante a oração do terço vi que alguns/as seniores procuravam pedir almofadas para colocarem atrás das costas e ainda ajuda para irem à casa de banho. Como neste momento algumas higienizações iam decorrer, ofereci a minha ajuda nesta tarefa” (Nota de terreno, 15 de outubro de 2015).

“Durante o momento do terço constatei a presença de uma técnica no espaço do CD. Era a educadora social, responsável pela coordenação e dinamização das atividades. Encontrava-se a colocar diversas caixas com rede e trapilho no espaço. Fui ter com ela e ofereci a minha ajuda, o que me agradeceu. Quando terminou o terço, a técnica dirigiu-se aos/as idosos/as dizendo-lhes que aquele material dava para fazer diversas coisas: malinhas para as netas, almofadas, assim como tapetes. Também eu estive a cortar trapilho com a idosa C., a funcionária L. e o estagiário M. Ainda em conversa com a técnica, esta referiu que, de momento, andava bastante ocupada com a questão do Apoio Domiciliário, o que fazia com que os idosos ultimamente estivessem muito parados” (Nota de terreno, 16 de outubro de 2015).

Para lá da relevância destas estratégias, um outro mecanismo fundamental no processo de integração institucional tem que ver com a completa disponibilidade e acompanhamento sistemático por parte da minha supervisora local. Ainda que a sua presença na dinâmica quotidiana do CD ocorresse dentro das possibilidades existentes, a diretora técnica procurou, desde o início, solicitar a melhor compreensão e colaboração de todos/as profissionais na minha integração, quer apelando à minha participação nas práticas institucionais, quer à consideração pela partilha de ideias e sugestões efetuadas. De igual modo, ressalta-se a preocupação da supervisora em procurar conversar comigo, ora para saber como estava a correr o meu trabalho, ora para me facultar o seu apoio nas tarefas necessárias e ainda para me inteirar de alguns trabalhos que, particularmente a seu cargo, estavam a ser desenvolvidos com os/as idosos/as. Neste sentido, a diretora técnica procurava conceder-me autonomia para que pudesse emitir opiniões, propostas e apresentar trabalhos e, de igual forma, participar nos mesmos. Da minha parte houve, igualmente, a necessidade de lhe dar conta do feedback do meu percurso, através da apresentação das minhas propostas de trabalho, bem como da consideração pelas suas sugestões e feedbacks.

“A minha supervisora veio ao CD e perguntou se podíamos falar um bocadinho. Questionou-me acerca do modo como estava a correr o trabalho. Disse-lhe que cada vez me sinto mais integrada no ambiente, já que tenho estado a participar na dinâmica institucional diária e por isso a interagir mais com todos/as. Foi então que referiu poder contar consigo para o que fosse necessário. Aproveitou ainda para me interpelar acerca de alguma eventual proposta que já tivesse em mente e quisesse ver trabalhada no Centro. Referiu que todos os meus contributos eram bem vindos, reforçando a sua disponibilidade para colaborar comigo” (Nota de terreno, 15 de outubro de 2015).

“Ao avistar-me no espaço do CD, a Dra. AL. (minha supervisora local) disse querer conversar comigo. Já à conversa, explicou-me que era prática da instituição realizarem alguns programas de estimulação cognitiva e que, por isso, em breve, iam iniciar outro, pelo que gostava de contar com a minha participação no mesmo. Acrescentou ainda que quando o programa estivesse concluído voltariamos a debruçar-nos sobre o assunto para tecer algumas considerações sobre o mesmo” (Nota de terreno, 19 de outubro de 2015).

“Decidi ir procurar a minha supervisora local para lhe falar sobre um trabalho que tinha em mente realizar com os/as idosos/as. Disse-lhe que devido às diversas conversas que tenho vindo a ter com os/as seniores, bem como à caracterização que tenho obtido nos PI sobre estes/as, nomeadamente em termos de diversas profissões desempenhadas ao longo das suas vidas, me parecia ser extremamente interessante reforçar este tema junto dos/as seniores, pois certamente, caso a receptividade fosse positiva, iríamos conseguir reunir um manancial de informação riquíssima e diversa, a qual nos permite um outro tipo de caracterização dos idosos, atribuindo, em simultâneo, valor às vidas destas pessoas. A minha supervisora considerou uma ótima ideia, sugerindo a abrangência de determinados/as idosos/as, normalmente mais recatados/as, mas que demonstram sempre muito interesse em conversar sobre assuntos desta natureza” (Nota de terreno, 4 de janeiro de 2016).

A construção deste percurso começou a permitir a conquista de um outro lugar e de uma outra relação, ora com o grupo de idosos/as, ora com a equipa de trabalho, revelando-me que “a relação prosperava enormemente quando havia coisas em comum para fazer como meio de interação” (Ferreira, 2004: 47). Assim, a relação de empatia, confiança e amizade viu-se, crescentemente, cimentada no reconhecimento enquanto verdadeiro elemento da equipa de trabalho, uma vez que sempre “respondia ou agia quando solicitada e interagia o mais confiadamente possível, no sentido de me tornar progressivamente amiga dos sujeitos” (ibidem). Valiam-me, assim, algumas solicitações,

quer por parte dos/as profissionais, quer por parte dos/as idosos/as, no tocante a questões de proximidade, disponibilidade e cooperação.

“Após a hora de almoço dos/as idosos/as, a funcionária. referiu que o seu colega podia ir tratar de outros afazeres, uma vez que eu estava presente, sendo uma grande ajuda. Assim, pediu-me para acompanhar a dona RO. e a dona MC. até aos seus lugares. Ao ouvir a sua colega, outra das funcionárias disse que mais tarde ia solicitar novamente o meu auxílio para acompanhar alguns/as seniores numa caminhada no espaço exterior da instituição. Agradecia-me a grande ajuda que tenho sido, sobretudo dada a quantidade de tarefas que no dia a dia têm” (Nota de terreno 21 de dezembro de 2015).

“Estava a conversar com a dona IR. quando a técnica me chamou. Perguntou se podia contar com a minha ajuda para fazer cartuchos para o São Martinho e desenhar castanhas nos mesmos. Naturalmente respondi de forma afirmativa, prestando o meu apoio (...) já após os/as idosos/as terem descido para lanchar, a Dr.<sup>a</sup> referiu que dávamos continuidade a este trabalho nos próximos dias” (Nota de terreno, 9 de novembro de 2015).

“Enquanto passava pelos/as idosos/as para lhes dirigir um cumprimento, ao avistar-me, a dona ES. proferiu, «olha a minha Susaninha dê cá um beijinho. Agora sempre que chego aqui olho para todo o lado à sua procura. Já faz parte aqui da casa» (...) já a dona TS., após tê-la cumprimentado, convidou-me a sentar à sua beira. «Está sempre de pé minha linda, sente-se aqui um bocadinho. É boa menina», proferia a idosa para a sua colega RB., ao mesmo tempo que me perguntava se estava tudo bem comigo” (Nota de terreno, 11 de janeiro de 2016).

Toda esta caminhada torna possível observar uma efetiva inclusão no contexto institucional, em que, como sustentam Bogdan & Biklen (1994:124), “a sensação de desconforto e de não se pertencer àquele mundo (...) geralmente acaba com uma indicação clara de aceitação por parte dos sujeitos. Um convite para um acontecimento social ou um pedido para participar numa actividade. Outro indício poderá ser dizerem-lhe que sentiram a sua falta”. Foram certamente modos de ser e de estar que me foram possibilitando adquirir maior confiança em mim e por conseguinte no trabalho desenvolvido.

### **2.3 O edificar de um posicionamento epistemológico**

Através de uma atitude de questionamento contínuo, consequência de aproximações sucessivamente reinterpretadas à realidade dos atores, a análise



desenvolvida acerca das dinâmicas institucionais do local de estágio permitiu o incremento, desenvolvimento e aprofundamento de um conjunto de conhecimentos e aquisição de competências, acerca da complexidade e heterogeneidade que caracteriza a área de estudo do envelhecimento. No seio desta perspetiva, admita-se que todo o conjunto das minhas ações, atitudes, discussões e reflexões é o corolário da adoção de uma postura sustentada no campo disciplinar das Ciências da Educação, uma vez que o seu objeto “é, com efeito” repleto de complexidade (...) caracteriza-se, de facto, pela multidimensionalidade” (Berger, 2009:191). Na verdade, consoante Charlot (2006:9),

“ [o] que é específico da educação como área de saber é o fato de ela ser uma área na qual circulam, ao mesmo tempo, conhecimentos (por vezes de origens diversas), práticas e políticas (...) é um campo de saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos.

Deste modo, é importante compreender que um tal posicionamento constitui-se como regulador de todas as minhas práticas, porquanto nunca se tomarem opções metodológicas num vazio epistemológico, já que tudo tem inerente uma filosofia, uma visão do mundo, em suma, um determinado construto de conhecimento. Subscrevendo Menezes (2010:52), “trata-se de assumir que a teoria é um poderoso guião da intervenção que permite fazer opções intencionalmente orientadas no terreno”.

Decorrente de tal interpretação, ao longo de todo o percurso de estágio, a compreensão da complexidade e heterogeneidade do campo social em questão procurou demarcar o meu posicionamento no âmbito do paradigma fenomenológico interpretativo. Este paradigma enaltece a sua importância ao procurar explicar e compreender a natureza contextual, complexa e mutireferencial dos fenómenos, da realidade, tendo em conta os indivíduos. Segundo este paradigma investigativo, a realidade é socialmente construída, é, portanto, co construída, o que justifica a intrínseca relação entre o/a investigador/a e o que é estudado (Amado, 2013). Deste modo, o investigador/a procura

“compreender as realidades complexas e múltiplas a partir das perspetivas dos participantes, mas deve compreender também que ele mesmo, enquanto sujeito investigador é (pela sua biografia, pelas suas características pessoais, pelas suas crenças e posição social, bem como pelas suas opções científicas e políticas) um construtor do mundo por ele mesmo estudado” (Amado, 2013:42).

Nesta perspetiva, os atores sociais envolvidos são simultaneamente produtores e produto da realidade social, partilhando de uma construção significativa desta, o que impossibilita uma visão de conhecimento assente em qualquer suposta neutralidade. Assume-se que o conhecimento “é cultural e historicamente enraizado” (Amado & Vieira, 2013:370), surgindo, por isso, marcado pelo carácter intersubjetivo das diversas redes de relação, sendo que a construção da realidade decorre da interação, num processo dinâmico a partir da integração de diversos *standpoints* (Harding, 1986). Tal significa a permeabilidade à influência quer de um conjunto de fatores, nomeadamente, de ordem social, económica, política e histórica, quer dos/as participantes e contextos relacionais no processo de investigação/intervenção. Neste sentido, na esteira de Boaventura de Sousa Santos (2000:29), “conhecer (...) é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objecto à condição de sujeito, ou seja, o sujeito entendido como protagonista e construtor de sua própria história no âmbito das relações sociais”. Os/as participantes constituem-se como protagonistas do seu desenvolvimento, vendo-se dotados de capacidades reflexivas e críticas conducentes a processos emancipatórios.

O posicionamento no paradigma fenomenológico interpretativo revelou a pertinência da mobilização de metodologias de natureza qualitativa, uma vez procurar-se que os dados recolhidos sejam “ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (Bogdan & Biklen, 1994: 14). Para tal, de acordo com os autores citados, “a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (idem:47), sendo necessário investigar de forma participada os fenómenos, em contexto natural, ora visitando, observando e conversando, por forma a adquirir um conhecimento continuado, mais espontâneo e enriquecedor acerca da realidade em estudo. Facto é que se privilegia, essencialmente, a compreensão da realidade a partir da perspetiva dos sujeitos, pois “a tarefa do investigador, a tarefa da construção do saber, é precisamente ir buscar junto daquelas que sabem o discurso de que são portadores” (Berger, 2009:178), demonstrando o quão importante é o envolvimento destes/as em todos os processos de tomada de decisão. Desta forma, “o significado é de importância vital na abordagem qualitativa” (Bogdan & Biklen, 1994:50), já que se procura entender qual a importância que os indivíduos atribuem às suas vidas. De evidenciar que este tipo de atitude orienta o investigador/a segundo uma postura de escuta ativa para com os/as participantes e seus contextos, sustentando-o/a, em simultâneo, num princípio de implicação

“a que alguns chamam libidinal (há o desejo de educar, o desejo frente ao outro, que nos remói) numa implicação de tipo institucional (onde e quando se faz a investigação, a partir de que perspectiva é desenvolvida) e, evidentemente, numa implicação nas próprias metodologias utilizadas” (Berger, 2009:187).

## **2.4 Opções metodológicas: o método e as técnicas de recolha de dados**

Tendo em vista os pressupostos subjacentes à opção paradigmática e metodológica segundo a qual inscrevi a minha ação, a presença diante um contexto heterógeno, complexo e diverso, contribuiu para a decisão de empregar “estratégias múltiplas de pesquisa de terreno” (Burgess, 1997:158). Estas são o resultado da seleção de um conjunto de técnicas de recolha de dados, coesas com o fenómeno em estudo, e de que ressaltam a observação participante, as notas de terreno, a análise documental, as conversas informais e a análise de conteúdo. Este quadro interpretativo salienta a importância de uma “escolha [que] seja apropriada ao (...) problema social, ao contexto, aos sujeitos, e que a pertinência dessa escolha metodológica esteja sustentada por uma abordagem epistemológica apropriada” (Machado, 2013:50).

### **2.4.1 A observação participante**

A necessidade de penetrar num determinado meio social, privilegiando a interação direta com os diversos atores sociais, a vivência de variadas situações e acontecimentos, e, por isso, o acesso às realidades sociais e educativas em questão, justificou o recurso à observação participante, já que

“ [o] observador participante reúne dados porque participa na vida quotidiana do grupo que estuda, observa as pessoas que estuda por forma a ver em que situações se encontram e como se comportam nelas (...) estabelece conversa com alguns ou todos os participantes e descobre a interpretação que eles dão aos acontecimentos que observam” (Burgess, 1997:86).

De facto, a presença prolongada no terreno por parte do/a investigador/a demarca-se como característica da observação participante. Posto isto, ao constituir-se como reveladora do envolvimento diário e sistemático do/a observador/a em relações face a face com os/as intervenientes do contexto, introduz uma série de novas relações sociais, refletidas no estabelecimento de uma maior proximidade e conhecimento entre os/as

diversos participantes. Não obstante, de forma concordante com Costa (2014), este trabalho de campo não somente potencia uma reorganização ao nível das relações entre observador/a e observados/as, como também tem repercussões ao nível de uma reorganização do “próprio tecido social em análise” (Costa, 2014:135). É pois neste quadro de interação social que se salienta o princípio de que “a presença repetida no maior número possível de atividades de todo o tipo (...) a permanente conversa com as pessoas (...) – são ações com elevado índice de interferência” (idem:137). Ao nível do/a observador/a participante, compreende-se que as características ligadas à sua figura, particularmente em termos da bagagem social, cultural e educativa de que é portador/a, das representações sociais tidas sobre os contextos, bem como da sua postura, exercem influência sobre os meios sociais e de forma sincrónica sobre os percursos de ação, determinando, assim, possibilidades e limitações. Logo, como reflete o autor anteriormente citado, certa interferência face às realidades sociais em estudo não deve ser concetualizada apenas como um obstáculo ao conhecimento, mas também enquanto veículo promotor desse conhecimento (Costa, 2014). Sustidos nestes pressupostos, note-se que, efetivamente, a observação participante realiza-se “a partir de um corpo que se movimenta e não apenas de um olho que vê” (Silva, 2010:80).

Trata-se de um método que ao possibilitar um aprofundamento de conhecimentos acerca da realidade social que se pretendeu conhecer, viabilizou um procedimento de recolha de dados extensivo e minucioso sobre as peculiaridades de cada um dos atores sociais, coadjuvando, por seu turno, na construção de uma análise reflexiva sobre a dinâmica institucional participada. Para além disso, a consideração por este método evidencia a sua pertinência quanto ao processo de escrita e interpretação das notas de terreno que fui realizando.

#### **2.4.2 Sistematizando as principais técnicas de recolha e interpretação de dados**

A fim de consolidar a observação participante notou-se ser indispensável a elaboração de notas de terreno, igualmente designadas por notas de campo. Deste modo, convirá referir que um dos aspetos centrais decorrente da prática da observação participante materializa-se na elaboração de um “diário de campo” (Peretz, 2000), posto que aí, tal como nos dizem Bogdan & Biklen (1994:150), “depois de voltar de cada observação (...) é típico que o investigador escreva o que aconteceu (...) o investigador registará ideias, estratégias, reflexões e palpites, bem como os padrões que emergem. Isto

são as notas de campo”. Na verdade, este exercício visou “transformar o fluxo das informações fugidias, que perpassam pelos sentidos e pelo espírito do observador, em dados sólidos, já razoavelmente organizados e consultáveis” (Peretz, 2000:115). Facto é que, ao permitirem um registo de várias descobertas, tais como observações, impressões, interações, sentimentos e aprendizagens, as notas de terreno possibilitam uma recuperação do vivido, potenciando um confronto e uma reflexão sobre as diversas situações vivenciadas e experienciadas. Confere-se, deste modo, uma orientação mais entendível acerca da realidade social. Para o cumprimento deste desígnio as notas de terreno devem cumprir determinados requisitos, como sejam “detalhadas, precisas e extensivas” (Bogdan & Biklen, 1994:150).

No que respeita ao conteúdo das notas de terreno, este pode assumir uma componente mais descritiva “em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, acções e conversas observadas” e uma componente mais reflexiva em que se salienta “a parte que aprende mais o ponto de vista do observador, as suas ideias e preocupações” (idem:152). Importa por isso ressaltar que, desde o início do meu percurso de estágio, não só assumi a preocupação de elaborar notas de terreno diárias, como procurei conjugar ambos os registos, por forma a obter um conhecimento mais aprofundado e fundamentado sobre o contexto social em análise. Para além disso, à medida que avançava no processo de pesquisa foi possível notar uma evolução ora ao nível da escrita de cada nota, da sua minuciosidade, do sentido e do significado atribuído a cada uma das situações anotadas, assim como das interpretações efetuadas em cada um dos registos.

Uma outra técnica central no processo de recolha e tratamento de informação foi a análise documental. A consulta de diversos documentos institucionais de que são exemplo o Plano de Atividades Socioculturais, o Projeto Pedagógico, tal como os Regulamentos Internos de funcionamento das respostas sociais existentes, permitiram, logo aquando da entrada no contexto, começar a compreender as suas lógicas internas de funcionamento, e, de forma contínua, ir cimentando esse conhecimento através de uma consulta documental progressiva. Na verdade, os documentos institucionais revelam ser de extrema relevância, já que, tal como propugnam Bogdan & Biklen (idem:181), tais documentos “podem revelar informações acerca da cadeia de comando oficial e das regras e regulamentos oficiais. Podem também fornecer pistas acerca do estilo de liderança” (ibidem). De acrescentar ainda que muitos desses materiais tendem a apresentar “um retrato brilhante e idealista de como funciona a organização” (idem:180). Como tal,

sentiu-se ser necessária uma articulação continuada entre as informações fornecidas pelo discurso oficial e a prática exercida em contexto. Esta é também uma perspectiva partilhada por Souza et al., (2011:223), ao sustentar que

“ [a] análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos”.

Em continuidade, também as conversas informais se afiguraram essenciais no percurso de investigação/intervenção pois, ao constituírem parte intrínseca das redes de comunicação informal, permitiram, como afirma Duarte (2015), uma relação recíproca de aprendizagem, a partir da informalidade da conversa quotidiana. Mediante este ponto de vista, as conversas informais “movem-se livremente (...), escapam aos níveis de autoridade e procuram, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades sociais dos membros do grupo” (Robbins, 1996, cit in Marinho, 2002:24).

Por último, porém não menos importante, para a análise e discussão do material obtido, particularmente das notas de terreno realizadas, a técnica da análise de conteúdo mostrou ser imprescindível. Consoante Krippendorf, (1980, cit in Vala, 2014:103), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”, visando a interpretação dos fenómenos ora patentes, ora latentes na comunicação e permitindo uma análise dos conteúdos. Para a concretização deste propósito, foram efetuadas “várias leituras sucessivas, verticais, documento a documento, inicialmente «flutuantes»” (Amado et al., 2013:311) do corpus de análise recolhido. Ao permitirem obter uma compreensão mais ampla do material obtido, possibilitaram uma inventariação dos temas mais relevantes, permitindo uma organização dos dados que, em seguida, foram classificados e reorganizados num sistema de categorias e subcategorias. Efetuou-se, portanto, um processo de categorização, ou seja, uma análise do seu conteúdo segundo a qual os dados brutos se viram transformados e agregados em unidades de sentido, com vista à captação das características mais relevantes dos conteúdos em análise (Amado & Crusoé, 2013).

Através deste processo foi possível “reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido” (Vala, 2014:110). Oportunizou-se assim uma mobilização mais clara do tipo de informação a abordar, consonante as características do contexto e seus atores.

Decorrente de tais princípios, a análise de conteúdo apresenta-se como técnica privilegiada para “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy e Campenhoudt, 2005:227).

## **2.5 Processos de construção e desenvolvimento de um projeto de intervenção**

O período de aproximação ao contexto constituiu um momento imprescindível no percurso de estágio, uma vez que veio a permitir o desenvolvimento de um projeto de intervenção com os/as idosos/as que, embora não estando definido à partida, resultou na “expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção” (Guerra, 2000:126) diária e conjuntamente partilhada. É pois neste âmbito que se salienta a importância de uma fase diagnóstica, de uma avaliação *ex ante*, ou seja, de uma fase que se realiza “antes da implementação de uma intervenção ou projecto (...)” (Capucha, 2008:55), a qual permite obter um certo grau de “conhecimento situado” acerca do contexto (Menezes, 2010). Na verdade, este processo revelou-se essencial, permitindo-me conhecer e compreender as necessidades, limitações e potencialidades do campo de ação e dos/as seus/suas intervenientes, as quais balizaram a construção e o desenvolvimento do projeto desenvolvido.

Como nos dizem Rosnow & Georgoudi (1986:4), “a atividade humana não se desenvolve num vácuo social, mas está antes rigorosamente situada num contexto sócio histórico e cultural de significados e relações”. Neste sentido, o desenrolar do projeto de intervenção sustentou-se na capacidade “de formar relações de trabalho construtivas” (Nelson & Prilleltensky, 2005, cit in Menezes, 2010:65), “com a participação activa dos intervenientes, no contexto de um processo *decisório participativo*” (Freitas, 1998, cit in Menezes, 2010:66). Nesta perspetiva, valorizou-se uma estratégia de ação centrada nos/as participantes e nos seus contextos e sustentada num modelo de animação abstrato (Gillet, 1995), suportado na construção de processos relacionais muito próximos com os/as idosos/as e assentes numa capacidade de atenção e de escuta sensível, ou como melhor nos elucida Berger (2009:189), numa “epistemologia da escuta”. Reportamo-nos, portanto, a uma epistemologia que nos possibilita

“envolvermo-nos na temporalidade dos fenómenos, ou seja na ordem do aparecimento e desenvolvimento dos fenómenos a que nos tornámos sensíveis. Trata-se de uma ordem que não é produzida por aquele que escuta, que ele não domina (...) que o faz assistir ao desenvolvimento progressivo de um conjunto de acontecimentos” (ibidem).

No seguimento deste pressuposto, e ainda segundo o mesmo autor, importa salientar que “na escuta não é tanto o som que é importante, mas mais a forma de nos relacionarmos com a realidade”. Desta forma, no sentido do desenvolvimento e concretização de um projeto verdadeiramente co construído, participativo e democrático, os processos de diálogo encetados compreenderam a importância de atender não somente às mensagens e/ou discursos transmitidos através da fala, como também aos mais diversos sinais, formas de comunicar, em suma aos não ditos (gestos, posturas e expressões corporais e faciais e silêncios). De forma análoga, entendeu-se que, para uma intervenção verdadeiramente significativa para os/as seniores, é decisivo ao longo de todo o processo considerar os seus diversos pontos de vista, a multiplicidade de sugestões, particularmente por relevar-se a sua “capacidade e a vontade de tomar iniciativas para fazer evoluir o meio envolvente” (Gillet, 1995:82), o que privilegia a lógica formativa da ação, já que “acompanha todo o ciclo de vida do projeto” (Almeida et al., 1996:122).

Segundo esta ótica, é importante notar que o projeto vai evoluindo a partir da vontade de mudança dos atores, sendo progressivamente construído e (re) construído em função dos sentidos e significados que para estes/as adquirem, o que vem ditar níveis plenos de participação e envolvimento, assim como efetivos processos de maturação.

Assim, é fundamental enaltecer a importância de perspetivar os/as seniores enquanto fonte de conhecimento, que importa valorizar e preservar, norteando o projeto em função do reconhecimento e valorização dos seus saberes, experiências e percursos de vida, e das suas capacidades enquanto sujeitos com poder e capacidade de decisão. De facto, ao orientar-me de acordo com estes princípios, consoante Guerra (2011:11), acentua-se a pertinência de um trabalho “em que a escuta ativa e a dimensão crítica configuram um conjunto de referências cruciais para uma intervenção”, já que mais importante do que alcançar objetivos e metas fixadas é o realce conferido à valorização da ação e dos seus processos. É por intermédio destes modos de ação que se permite a cada um apropriar-se “da sua aprendizagem e desenvolvimento como um ser autónomo, livre e solidário” (Mendonça, 2002:17).

## **2.6 Questões e responsabilidades éticas na intervenção com seniores**

Nos diversos contextos de produção de conhecimento todo o processo de pesquisa deve pautar-se pelo cuidado profissional na relação com aquelas/as com quem trabalhamos, isto é, pela responsabilidade ética enquanto “imperativo da humanidade



desperto no encontro entre pessoas, reconhecidas mutuamente como seres únicos e insubstituíveis” (Carvalho & Baptista, 2004:80). O contexto onde desenvolvi o estágio curricular não foi, por isso, exceção, já que várias foram as questões éticas que atravessaram o trabalho. Neste âmbito, Carvalho e Baptista (ibidem) afirmam que

“ [a] relação interpessoal constitui o acontecimento ético por excelência na medida em que confronta a subjectividade com outra subjectividade. (...) a alteridade testemunhada por outra pessoa não pode ser possuída ou transformada em mais um meio ao serviço dos nossos fins. Sendo outro ser humano, a outra pessoa representa um fim em si mesmo, possuindo uma liberdade própria, uma dignidade e um mistério que requerem deferência e respeito”.

De tal maneira, como reitera Baptista (2005), um tal testemunho ético deve começar na presença, sensibilidade e atitudes impelidas por parte dos/as profissionais. Deste modo, sustentados na referência do pressuposto enunciado por Carvalho e Baptista (2004), infere-se a importância do respeito pela liberdade de cada um dos atores sociais e, por seu turno, da forma como se escutam, comunicam e partilham conhecimentos. A partir desta lógica compreende-se que num processo de investigação/intervenção se evidencie, de imediato, como premissa essencial e ética, uma participação voluntária dos/as intervenientes da ação, bem como o necessário esclarecimento acerca da natureza do estudo, ou seja, do que se pretende com uma determinada presença e trabalho num contexto institucional. A este propósito, suportada “ [n] uma ética da responsabilidade e da proximidade humana” (Baptista, 2005:16),

“disse-lhes que era estudante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e que estava a fazer o estágio do Mestrado em Ciências da Educação. Expliquei em que consistia o meu curso e de seguida expliquei que estava ali para conhecer os modos de funcionamento do Centro, as suas rotinas e práticas, centrando-me particularmente na valência do CD, pelo que ia passar bastante tempo com eles/as. «Espero que a acolham bem, a Susana vai estar aqui convosco, vai conversando convosco, tentar perceber o que vocês gostam para trabalhar convosco os vossos interesses e motivações», disse-lhes a minha supervisora local. «Claro que a vamos acolher bem doutora. Vamos ajudá-la em tudo o que pudermos e participar de bom grado no trabalho que for desenvolvido», proferiu uma idosa” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015).

Na esteira de Bogdan & Biklen (1994), enunciam-se alguns princípios gerais, de natureza ética, que lhe subjazem. Falamos essencialmente de quatro. Em primeiro lugar,

as identidades dos sujeitos devem ser protegidas. Posto isto, a fim de evitar quaisquer tipos de danos, transtornos ou prejuízos, procurei em todos os momentos do percurso de estágio garantir a proteção das identidades dos/as idosos/as, assegurando os princípios da confidencialidade e respetivo sigilo. Sempre que procedi ao registo das várias situações experienciadas no quotidiano institucional, particularmente através da elaboração das notas de terreno, tive a preocupação de ocultar o nome dos/as idosos/as substituindo-os por letras. Para além disso, na escrita dos relatos transmitidos pelos/as seniores, assim como de determinadas observações mais particulares relativamente a alguns/as deles/as, assumi o cuidado de não pormenorizar tais situações em demasia, no sentido de evitar uma potencial exposição e identificação dos sujeitos. Um outro princípio ético tem que ver com a necessidade e importância dos indivíduos serem “tratados respeitosamente e de modo a obter a sua cooperação na investigação” (Bogdan & Biklen, 1994:77). Quer isto dizer que é esperado que proporcionemos aos/as participantes a inteira informação acerca do trabalho em curso, pelo que “os sujeitos têm uma palavra a dizer no tocante à regulação da relação, tomando decisões constantes relativamente à sua participação” (idem:76). Para o alcance deste princípio ético foram tidas em conta as suas necessidades, interesses, potencialidades e opiniões ao nível da realidade em análise, priorizando-se uma “relação participativa, colaborativa e de reciprocidade” (Silva, 2013:47) com os/as participantes. Um terceiro princípio ético diz-nos que, “ao negociar a autorização para efectuar um estudo” deve-se “ser claro e explícito com todos os intervenientes relativamente aos termos do acordo e deve respeitá-lo até à conclusão do estudo” (Bogdan & Biklen, 1994:77). É o cumprimento da sua palavra que está aqui em causa. Por fim, exalta-se a relevância da autenticidade na escrita dos resultados obtidos, já que independentemente destes, a figura do investigador/a deve ser norteadada pela devolução fiel dos resultados alcançados no decurso do processo investigativo/interventivo.

Estritamente relacionado com os explicitados princípios éticos, emerge uma outra responsabilidade, a de procurar não emitir juízos de valor relativamente a determinadas opiniões ou conversas que se iam despoletando, ora em termos da relação assumida com os/as idosos/as, ora em termos da relação com os/as profissionais da instituição. Considerei, portanto, que este modo de agir era adequado por ser imperativo o respeito pelas suas convicções e valores e dada a certeza que a emissão de considerações da minha parte condicionaria as relações estabelecidas entre todos/as. Neste sentido, ainda que consciente de que “as práticas de constrangimento são necessárias a qualquer processo de formação, ou autoformação” (Baptista, 2005:93), procurei favorecer um certo

entendimento, uma certa compreensão entre as diversas e dissemelhantes percepções partilhadas, por forma a manter uma linha de equilíbrio e a promover uma relação positiva e empática entre os diversos/as intervenientes em causa. Como propugna Baptista (idem:51), “precisamos (...) de uma racionalidade mais sensível e mais atenta à interpelação do outro ser humano”. Pesem embora os factos referidos, reconheço que durante o processo de investigação/intervenção o meu posicionamento se suportou num determinado conjunto de valores que, embora não determinando, exerce influência sobre modos de ação e, em consequência, sobre as descobertas efetuadas. Não obstante, importa reconhecer que a investigação/intervenção surge sempre mediada por uma relação de interação e intercomunicação suportada, ora nos valores do/a investigador/a, ora dos participantes (Amado, 2013).

A consciência de que o trabalho desenvolvido é limitado no tempo, ressalta igualmente como uma importante questão ética a ser precavida. Embora os atores sociais e quem faz investigação/intervenção tenham trilhado em conjunto um percurso significativo, é chegado o momento de encetar o fim da intervenção. Facto é que este final pode revestir formas diversas. De entre elas, de acordo com Robertis (2011:245), evidencia-se, neste caso, “uma intervenção com duração pré estabelecida”. Quer isto dizer que o momento do fim da intervenção é acordado desde o seu início,

“à medida que ia sendo apresentada ao grupo de idosos, fui-lhes comunicando que a minha presença no Centro estava prevista até finais de fevereiro. O feedback entendi-o como positivo, já que, de imediato, o senhor JC. elevando as mãos ao céu disse: «graças a Deus, nós precisamos é de gente nova»” (Nota de terreno, 9 de outubro de 2015).

“em conversa com a dona ES. a idosa disse-me que como não me tinha visto o outro dia pensou: «será que a Susaninha já foi embora?». Relembrei-a que pelo menos até Fevereiro estaria com eles/as. Perante este tipo de discursos vou notando a importância de diariamente ir colocando as pessoas a par do período de tempo que vou estar presente na instituição. Isto para que os/as idosos/as e a restante equipa estejam preparados/as para a minha saída ao final de algum tempo” (Nota de terreno, 17 de dezembro de 2015).

De facto, como proclama Robertis (idem:246), “o fim da intervenção está então efetivamente presente desde o início e é preparado ao longo do trabalho”. Apesar disso, no estágio curricular realizado, dada a necessidade sentida, a determinada altura, de um maior prolongamento no tempo, foi necessário dar conta aos/as seniores de uma maior permanência na instituição, para lá do período inicialmente estipulado, com vista ao

desenvolvimento de um trabalho mais consistente e coerente. Todavia, este processo de readaptação exigiu, de igual modo, a previsão de um limite final do estágio. A propósito,

“quando os/as idosos/as se estavam a encaminhar para cantar as janeiras fui conversando com alguns/as. Aproveitei para lhes dizer que afinal ia estar com eles mais do que o tempo inicialmente previsto, ou seja para lá de fevereiro. A verdade é que não escondiam o contentamento perante a notícia. Referi que ia ficar mais tempo no Centro, até maio no limite, para desenvolver com eles os trabalhos que tínhamos, não sensivelmente há muito tempo, iniciado e por isso para ficar tudo com pés e cabeça. Concordaram comigo” (Nota de terreno, 8 de janeiro de 2016).

Na verdade, segundo Robertis (idem:249), “a paragem de intervenção significa tanto o distanciamento e a separação, como o reconhecimento efetivo do caminho percorrido e da transposição de uma etapa”. Conforme tal pressuposto, é propício a emergência de uma ambivalência de sentimentos referentes a todos os/as intervenientes envolvidos/as no processo. De facto, o estágio realizado é, neste âmbito, bem demonstrativo, já que para o trabalhador social “aos sentimentos de perda e de separação mistura-se a satisfação do trabalho concluído. À certeza de que o fim da intervenção é necessário e justificado, misturam-se a incerteza face ao futuro (...) de «já não saber» o que acontecerá de seguida” (ibidem). Paralelamente, nos/as participantes, “ao prazer provocado pelo acesso a uma mais completa autonomia, através do caminho percorrido e das mudanças atingidas, vêm misturar-se (...) a insegurança e os sentimentos de desconforto e de perda” (ibidem). Sentimentos gerados pela certeza de que “a relação com o trabalhador social é importante para si e que seguramente vai ter saudades dela” (idem:250).

Em suma, aos trabalhadores de áreas educativas e sociais exige-se um curso de ação orientado por princípios que radicam na atenção, na escuta e na disponibilidade face ao outro. É deste modo que assumimos a responsabilidade de “um compromisso ético com a transformação e o melhoramento dos indivíduos, das instituições e da sociedade em geral” (Amado, 2013:28).

## **Capítulo III**

**O Centro Comunitário de São Cosme da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar: apresentação e caracterização do local e do contexto de intervenção**

### **Capítulo III - O Centro Comunitário de São Cosme da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar: apresentação e caracterização do local e do contexto de intervenção**

Tendo sido possibilitada a minha inserção enquanto estagiária na equipa do Centro Comunitário de São Cosme, estrutura social que inclui, no seu âmbito de ação, o apoio à população idosa, torna-se relevante proceder a uma apresentação e caracterização da Instituição que, de forma tão disponível, me abriu as suas portas e me acolheu. De igual modo, pelo facto do CCSC ser um equipamento que presta apoio ao nível do município no qual está inserido, revela-se pertinente recorrer a um muito breve processo de contextualização deste, obtendo assim um conhecimento mais completo da realidade em estudo.

#### **3.1 Socio Demografia e Geografia do concelho de Gondomar <sup>4</sup>**

Gondomar insere-se na Grande área metropolitana do Porto (GAMP) e situa-se a 2km da cidade do Porto. Com cerca de 32km de margem ribeirinha, Gondomar subdivide-se em 7 freguesias: Baguim do Monte, Fânzeres e São Pedro da Cova, Foz-do-Sousa e Covelo, Gondomar (São Cosme) Valbom e Jovim, Lomba, Melres e Medas e Rio Tinto. A freguesia sede do concelho, São Cosme, tem 27.047 habitantes (Censos 2011). Gondomar é um território com relevo montanhoso, o qual, apesar do acelerado processo de urbanização, mantém ainda espaços rurais e paisagens naturais. No que diz respeito à área geográfica, é o 7.º maior concelho da área metropolitana do Porto, com uma área aproximada de 131,9 Km<sup>2</sup> (Diagnóstico Social do Município de Gondomar, 2015). Conforme o documento citado, o concelho possui uma população residente de 168.027 habitantes, sendo 87.020 mulheres e 81.007 homens.

Relativamente ao índice de envelhecimento pode constatar-se que no período de 10 anos houve um aumento de 63,6, (dados dos Censos de 2001) para 99,7, (dados dos

---

<sup>4</sup> Alguns destes dados, apesar de obtidos através da consulta do documento: “Projeto Educativo: 2011-2014” da Santa Casa da Misericórdia de Gondomar, à medida que se processava a sua consulta foram sujeitos a um processo de reorganização, dado que alguns se encontravam desatualizados. Neste sentido, algumas das informações adquiridas basearam-se na consulta dos documentos: “Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2015)” e na consulta do site: “Instituto Nacional de Estatística”.

Censos de 2011) (Diagnóstico Social do Município de Gondomar, 2015). Neste sentido, o acelerado fenómeno do envelhecimento populacional é notório.

Segundo o projeto educativo da instituição de estágio, o município de Gondomar destaca-se também pelas inúmeras potencialidades que a história, consequentemente aliada à tradição lhe concederam. Desde modo, desde a Ourivesaria, incluindo a arte da filigrana, à Gastronomia, passando pelo Folclore, Gondomar torna-se uma terra de valiosas tradições enraizadas, e com uma multiplicidade de atividades que conferem ao concelho uma vida económica, social e cultural satisfatória para a população Gondomarense.

### **3.2 Contextualização e caracterização da Instituição de estágio**

A Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz Gondomar, mais conhecida por Misericórdia de Gondomar, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos. A data da sua fundação remonta a 19 de Setembro de 1995, tendo os seus estatutos sido publicados no Diário da República III série nº 155/1997, e o seu registo efetivado em 29 de Abril do mesmo ano.

Segundo o Instituto da Segurança Social, IP., as IPSS: “são instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico” (Instituto da Segurança Social, 2014:4). Quanto aos seus objetivos e população compreendida, as “IPSS têm em vista o exercício da ação social, a prevenção de situações de carência, exclusão social ou qualquer tipo de marginalização e, por outro lado, promovem a integração comunitária e desenvolvem atividades de apoio à família, juventude, terceira idade, deficientes e a toda a população necessitada” (Jacob & Santos 2013:24).

Na ordem jurídica canónica, a Misericórdia de Gondomar, IPSS, trata-se de “uma associação de fiéis que tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o espírito tradicional e formado pelos princípios da doutrina moral cristãs” (Estatutos da Misericórdia de Gondomar: artigo 1.1). Quanto à sua ação, a Santa Casa da Misericórdia visa assegurar aos cidadãos, em particular aos mais desfavorecidos, a proteção a diversos níveis, de que são exemplo: a doença, invalidez, velhice, viuvez e a infância.

No passado, a Instituição dedicou-se ao estabelecimento de parcerias e á construção de equipamentos sociais, proporcionando o desenvolvimento de um conjunto diverso de respostas, serviços e atividades de apoio à comunidade envolvente.

A sede da SCMVG localiza-se no concelho de Gondomar, local de atuação, através da promoção de iniciativas de apoio social junto da população residente no município. Desta forma, em Outubro de 1996, o edifício Sede iniciou a sua atividade com a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, vocacionada para 15 utentes. Atualmente, resultado de alguns processos de revisão de acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social do Porto, IP., apoia 45 utentes, concedendo prioridade aqueles que residem na freguesia de São Cosme, assegurando: fornecimento e/ou administração de refeições, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupas, apoio psicossocial, entre outros.

Outrossim, a SCMVG agrega o Centro de Apoio à Família, desde novembro de 2007, o qual desenvolve duas respostas sociais: Casa de Acolhimento (CA) e Creche, cuja atividade, dada a natureza deste relatório, não iremos desenvolver. O mesmo acontece em relação ao trabalho desenvolvido junto da população beneficiária de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Constituem, ainda, parte integrante da SCMVG os seguintes equipamentos: Centro de Convívio de Fânzeres, Associação de Reformados das Medas, Centro Social de Fânzeres e Centro Comunitário de São Cosme, sobre o qual nos debruçaremos de forma aprofundada, dado ter sido o contexto de estágio.

O Centro Comunitário de São Cosme foi erigido pela SCMVG, com o auxílio do programa “Integrar”, bem como da Câmara Municipal do Concelho. Sendo proprietária de um terreno doado pela Câmara Municipal, sito na estrada D. Miguel, nº 455 na freguesia de São Cosme, a Misericórdia de Gondomar edificou, em novembro de 2001, o CCSC. Este equipamento viabiliza o desenvolvimento de um conjunto diverso de serviços e atividades com vista “á promoção, integração social dos indivíduos e grupos estimulando a sua participação” (Plano de atividades e orçamento 2016).





**Figura 1 – Edifício do Centro Comunitário de São Cosme**

Importa notar que para assegurar um correto funcionamento do CCSC, este contempla uma equipa multidisciplinar de profissionais, sendo de salientar a coordenadora geral, a diretora técnica, psicólogas, educadoras sociais, assistentes sociais, educadoras de infância, encarregadas de serviços gerais, auxiliares de serviços gerais, ajudantes familiares, de ocupação, de ação direta, de ação educativa, administrativos e motoristas. Quanto às funções desempenhadas por alguns/as profissionais, é de salientar que apesar de estes/as serem organizados/as e distribuídos/as especificamente pelas respostas sociais existentes, estes/as são polivalentes, ou seja prestam apoio em todas as tarefas necessárias ao quotidiano da Instituição.

Considerando a abordagem das diferentes respostas sociais do CCSC, encontram-se em funcionamento cinco valências: Centro de Dia (CD), Centro de Convívio (CC), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro Comunitário e Creche. Além do mais, o CCSC tem em funcionamento, a partir das suas instalações, uma Empresa de Inserção, denominada Geração D'Ouro.

Como já foi referido, as respostas CD e CC funcionam no mesmo espaço, pelo que o estágio curricular foi desenvolvido em ambas, ainda que com maior incidência no CD, o que permite e justifica uma caracterização mais detalhada desta valência.

Quanto ao CC, o seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18horas, encerrando apenas aos fins de semana e feriados e excecionalmente em determinadas datas do ano, as quais são devidamente aprovadas pela Mesa Administrativa. Esta resposta presta um conjunto diversificado de serviços e atividades, sendo frequentado por um total de 30 utentes, em conformidade com o acordo existente entre a Instituição e o Instituto da Segurança Social, IP. Uma educadora social, uma psicóloga, uma auxiliar de serviços gerais e ainda quatro ajudantes de ação direta, asseguram o seu funcionamento. Quanto aos seus objetivos, salientam-se alguns, como sejam:

“fomentar relações interpessoais e intergeracionais, favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitacional de vida e ainda contribuir para o bem estar pessoal e social dos seus clientes, proporcionando-lhes os seguintes serviços e atividades desenvolvidas: nutrição e alimentação, nomeadamente lanche, acompanhamento psicossocial e afetivo, atividades de animação socioculturais, lúdico recreativas, motricidade e de estimulação cognitiva, administração de fármacos quando precisos” (Regulamento interno de funcionamento do Centro de Convívio).

No que respeita à resposta CD, esta é atualmente frequentada por 60 utentes, com acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, IP. e com o apoio concedido por uma psicóloga, duas educadoras sociais, uma encarregada de serviços gerais, uma auxiliar de serviços gerais, quatro ajudantes de ação direta e um motorista. O CD funciona de segunda a sexta feira, das 9horas às 18horas, e com um prolongamento de horário das 8horas às 9horas e das 18horas às 19horas, sendo definido como:

“uma resposta social destinada a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem estar do cliente e ao seu equilíbrio emocional e físico, e de apoio à respetiva família” (Regulamento Interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 5º).

No que diz respeito aos objetivos do CD, no regulamento interno constam os seguintes:

“proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos clientes; promover relações do cliente com a comunidade e na comunidade; prestar apoio psicossocial; fomentar relações interpessoais e intergeracionais; favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitacional de vida; contribuir para retardar ou evitar a institucionalização; contribuir para a prevenção de situações de dependência promovendo a autonomia, funcionalidade e independência pessoal e social do cliente; facilitar a conciliação da vida familiar e profissional e prevenir doenças degenerativas” (Regulamento Interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 5º).

De acrescentar que, de acordo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2000, cit in Carvalho, 2012:114), os Centros de Dia constituem uma resposta social desenvolvida “em equipamentos que, consistem na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio familiar”.

Também um conjunto diverso de serviços e atividades são assegurados pelo equipamento CD do CCSC, de entre os quais se salientam:

“atividades socioculturais, lúdico-recreativas, motricidade e de estimulação cognitiva; nutrição e alimentação nomeadamente almoço e lanche; administração de fármacos quando prescritos e articulação com os serviços locais de saúde quando necessário e em situação de ausência ou diminuída retaguarda familiar (...) pode, ainda, assegurar outros serviços designadamente cuidados de imagem; cuidados de higiene pessoal e tratamento de roupa; transporte; alimentação (jantar); prolongamento de horário; acompanhamento psicossocial e afetivo e disponibilização de produtos de apoio à funcionalidade e à autonomia” (Regulamento Interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 6º).

Ao falar do leque diverso de serviços e atividades proporcionados aos/às clientes<sup>5</sup>, há que aludir ao plano de atividades, onde consta a definição de todas as atividades a desenvolver ao longo do ano, de acordo com as necessidades específicas dos/as mesmos/as e que visam assegurar a satisfação das suas necessidades físicas, afetivas e cognitivas. Neste sentido, diz-se que o programa de atividades “será adaptado à realidade sociocultural do meio proporcionando aos/às clientes um largo leque de experiências estimulantes que, de uma forma integrada, se apresentam na rotina diária do Centro de Dia” (Regulamento interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 47º). De acrescentar ainda que, no final de cada ano, é elaborado um relatório geral de atividades, por todos os técnicos que dele participaram, o qual é remetido para o Instituto da Segurança Social, IP.

Conforme o exposto, enaltecem-se alguns princípios que presidem à gestão e filosofia de trabalho do CD do CCSC, nomeadamente: a dignidade humana, a corresponsabilidade, a ajuda e participação, a solidariedade, igualdade e universalidade e a equidade social.

Para o funcionamento da resposta social equacionada, são contemplados, no seu regulamento interno, um conjunto de direitos e deveres quer da Misericórdia quer dos seus/as clientes. Assumem-se, assim, como deveres da Instituição:

“garantir o bom e seguro funcionamento da resposta social, assegurar o bem estar e qualidade de vida dos seus clientes e respeito pela individualidade e dignidade humana; proporcionar serviços individualizados e personalizados aos clientes, dentro do âmbito das suas competências; assegurar uma estrutura de recursos qualitativa e

---

<sup>5</sup> Embora este capítulo não seja exclusivamente resultado de uma caracterização institucional proveniente do seu discurso oficial, o facto de o ser, maioritariamente, faz com que a denominação cliente seja utilizada, dado ser a terminologia em uso na Instituição. Num outro capítulo, esta questão irá ser problematizada.

quantitativamente adequada ao desenvolvimento do Centro de Dia; fornecer a cada cliente um exemplar deste regulamento no ato da inscrição bem como comunicar as alterações posteriormente introduzidas; organizar um processo individual do cliente, planificar anualmente as atividades a desenvolver pelo Centro de Dia; afixar, em local visível, o nome do coordenador ou diretor técnico, bem como mapa das ementas, turnos e horário das visitas; integrar e promover a valorização das competências de todos os voluntários e profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social” (Regulamento Interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 39º).

Acerca do processo de admissão dos/as clientes, este organiza-se de acordo com determinados critérios, os quais se afiguram como fulcrais dada a aceleração a que o processo de envelhecimento pode estar sujeito. A título de exemplo, salientam-se alguns dos critérios a que nos referimos: o isolamento, a ausência de retaguarda familiar e/ou risco social, o grau de dependência, situações de carência, ser benfeitor da Misericórdia ou familiar direto de algum dos seus utentes e ainda a zona geográfica, salvaguardando, neste caso, a prioridade concedida aos habitantes de São Cosme e zonas limítrofes. Contempladas nestes critérios inserem-se pessoas idosas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 65 anos e ainda indivíduos que, mesmo não tendo a idade prevista para a frequência desta resposta social, por algum dos motivos supracitados, vejam poder ser melhorada a sua situação de vida através de todos ou alguns dos serviços concedidos pela mesma. De igual modo, a admissão dos/as clientes processa-se tendo em conta o fornecimento a estes/as, por parte da Instituição, de todas as normas, princípios e valores de funcionamento desta, tal como os direitos e deveres de cada um.

Desta forma, os/as clientes da valência CD gozam dos seguintes direitos:

“usufruir dos serviços constantes deste regulamento; serem tratados com respeito e urbanidade pelos demais clientes, colaboradores e direção da Misericórdia; terem asseguradas condições de bem estar e qualidade de vida, bem como de respeito pela individualidade e dignidade humana; serem ouvidos na tomada de decisões que os possam afetar e participarem na vida social e cultural da comunidade; participarem na vida da instituição, nomeadamente, no planeamento de atividades de animação sociocultural que ocupem os seus tempos livres; aceder a elementos lúdicos e audiovisuais, de leitura e bibliográficos, assim como a festas, passeios e visitas a diversas localidades e monumentos; terem assegurado boas condições de integração, adequadas à situação, tanto do ponto de vista físico como moral e ainda ser tratado com consideração, reconhecimento da sua dignidade e respeito pelas suas convicções religiosas, sociais e políticas” (Regulamento interno de funcionamento do Centro de dia: artigo 36º).

Por sua vez, os/as clientes têm de garantir o cumprimento de determinados deveres:

“tratar com respeito e dignidade os companheiros, colaboradores e Direção respeitando e ajudando os outros; participar, na medida dos seus interesses e possibilidades, nas atividades desenvolvidas; proceder atempadamente ao pagamento das mensalidades; respeitar e fazer cumprir todas as normas constantes do presente regulamento; dar conhecimento e reclamar junto do coordenador/diretor técnico de qualquer infração ou irregularidade, cometida ou presenciada, quer relativa a clientes/colaboradores quer quanto ao funcionamento dos serviços respetivos, no sentido de serem tomadas as necessárias providências” (Regulamento interno de funcionamento do Centro de Dia: artigo 37º).

### **3.2.1 A infraestrutura do Centro de Dia: acerca dos espaços, modos de organização, funcionamento e posicionamentos existentes**

Considerar as infraestruturas do CD parece-me essencial, dado que, para além de nos facultarem o conhecimento acerca dos seus espaços físicos, possibilitam-nos, em simultâneo, uma certa compreensão em termos das suas formas de ocupação, organização, funcionamento e posicionamentos evidenciados. Com efeito, observando que o edifício do CCSC é composto por dois pisos: o – 1 e o 0, o CD conta com um espaço relativamente amplo no piso 0, no qual se observam, ainda que através de algumas divisórias, nunca estanques entre si, quatro salas por onde estão distribuídos os/as idosos/as. Para complementar, existem ainda dois gabinetes, um dos quais desempenha a função de gabinete médico, dispondo de uma casa de banho. Por fim, distribuídas pela restante área, notamos a existência de quatro casas de banho, particularmente para utilização dos/as idosos/as.





**Figura 2 – Infraestrutura do CD**

Muito embora, à primeira vista, as dimensões enunciadas possam parecer espaçosas, a verdade é que quando confrontadas com o número de seniores que quotidianamente as frequentam, tornam-se, de imediato, demasiado exíguas.

Logo no primeiro contacto que tive com o espaço “quando me deparei com a minha supervisora local a perguntar se existia alguma vaga para a dona LU. à beira do lugar do senhor A. ou da senhora F., entendi que cada idoso/a ocupa um lugar específico” (Nota de terreno, 28 de setembro de 2015). De igual forma, verifiquei que as diferentes salas onde estão dispostos/as se encontram organizadas em formato “U”, ainda que se confirmando alguns casos em que os/as seniores, devido á impossibilidade de uma outra organização, permanecem de costas voltadas uns/umas para os/as outros/as. Ainda no que concerne a este assunto, com o passar do tempo, percebi que a marcação dos lugares relaciona-se com a existência de uma regra, segundo a qual cada idoso/a, a partir do momento em que se acomoda num lugar, tem o direito a nele permanecer até ao final do dia. Independentemente disso, compreende-se que todos os dias cada elemento se instala, despreocupadamente, nos lugares que de dia para dia vão ocupando.

Acerca das diferentes salas presentes no espaço é de referir a proximidade existente entre as valências CD e CC, pois “como me foi possível notar, quer os/as idosos/as do CD, quer os/as de CC distribuem-se pelos mesmos espaços, partilhando da sua comunhão e, por conseguinte, participando conjuntamente das diversas dinâmicas quotidianas estabelecidas” (Nota de Terreno, 19 de outubro de 2015). Neste sentido, é importante salientar que não é somente na ocupação dos espaços que o público das referidas valências se assemelha, envolvendo o mesmo outras dimensões como: as condições de admissão dos/as idosos/as no CC, os objetivos deste serviço, os direitos e deveres de que usufruem, bem como as atividades que lhes são proporcionadas.

Três das quatro salas possuem sofás destinados aos/às idosos/as. A última das salas, habitualmente designada por sala de convívio, está apetrechada com duas mesas e algumas cadeiras e ainda com um pequeno móvel que contém alguns jogos de mesa, de

que são exemplo o dominó, as cartas, o loto e as damas. Apesar de serem vários os jogos disponíveis, o que se verifica é que diariamente este espaço é ocupado, em grande medida, por um grupo misto e homogéneo que apenas joga dominó. De referir ainda que, alguns/as dos que constituem este grupo, elegem este jogo como a sua atividade predileta, atribuindo ao desempenho desta tarefa um carácter de quase exclusividade. Analogamente, numa outra sala, um grupo de ambos os sexos dedica-se ao jogo das cartas. Por entre vozes eloquentes, chega mesmo a ser possível notar a presença do fator competição, ainda que de forma salutar. Para além dos sofás onde se instalam os/as seniores, e das mesas que servem ora para jogar as cartas, ora para simples acomodação, a sala está ainda equipada com um armário onde estão guardados diversos materiais, alguns dos quais servem para o desenvolvimento de diferentes atividades. Genericamente, em todas as salas é habitual ver os/as idosos/as conversarem entre si sobre diversos assuntos, como por exemplo o estado de saúde de alguns/as, o estado do tempo, as notícias que passam no telejornal e/ou vêm no jornal, histórias peculiares que remontam para tempos e épocas particulares das suas vidas e ainda brincadeiras que despoletam no meio das conversas. De igual modo, observam-se seniores que lêem o jornal, outros pontualmente bordando e ainda, por vezes, alguns/as dormitando. Acrescente-se ainda que, normalmente, todos estes locais estão decorados de forma alusiva a determinadas épocas do ano, existindo nalguns deles afixadas algumas das atividades desenvolvidas. Das referidas salas, três contém dimensões mais pequenas, ao passo que a última tem uma área bastante maior, o que logo justifica a presença de um maior número de idosos/as. A televisão, fixada na estação RTP1, tem lugar numa das salas mais pequenas e na maior, levando, por vezes, alguns/as a transmitirem uma certa impaciência quando as mesmas estão desligadas: “noto que os/as idosos/as se mexem impacientes nos seus lugares. Um idoso questiona um funcionário: “não há nada senhor H.? Estamos aqui às escuras, sem televisão, sem nada” (Nota de terreno, 12 de outubro de 2015).

Podemos considerar que a sala de maiores dimensões é a sala principal, onde se desenvolvem quase todas as atividades de animação sociocultural, como os variados trabalhos manuais que contam com o suporte de uma mesa, colocada no centro do espaço, as sessões de ginástica, os cantares tradicionais e ainda a receção de múltiplas visitas à Instituição, as quais, por diversas vezes, têm como objetivo o desenvolvimento de algumas atividades com a população sénior. Deste modo, todos quantos desejam participar das atividades existentes, deslocam-se para este local.

Todos os espaços indicados não podiam deixar de contar com a frequência contínua dos/as colaboradores/as que, para além de se servirem destes a fim de responderem às solicitações dos/as idosos/as, ocasionalmente participam nalgumas atividades que decorrem. A resposta CD dispõe, ainda, de uma sala polivalente que serve para a realização de algumas atividades. Para o mesmo efeito, por seu turno, destaca-se o espaço do refeitório, apesar de utilizado sobretudo para eventos de maior dimensão. Para além disso, são de evidenciar os espaços exteriores, tais como as varandas e o espaço defronte do jardim da Instituição, aproveitados pelos/as clientes para realizarem algumas caminhadas.

Por fim, não podemos esquecer os dois gabinetes que existem no espaço do CD, bem como as casas de banho. Quanto aos gabinetes, um deles é ocupado para o exercício de funções de algumas técnicas e da encarregada de serviços gerais. O último, ainda que ocupado por estagiários que, usualmente, frequentam a Instituição, de que sou exemplo, tem como função primordial a assistência médica prestada aos/às seniores, quando necessário. Acerca das casas de banho, é de notar a existência de uma para senhoras, outra para cavalheiros, uma outra que conta com instalações adaptadas às suas especificidades de saúde, sendo para ambos os sexos. Por fim, contamos com outra onde, de igual modo, homens e mulheres procedem à sua higienização, na sua grande maioria acompanhados/as por algum/a dos/as colaboradores/as.

### **3.2.2 Caraterização do público sénior<sup>6</sup>**

A caraterização dos/as idosos/as teve por referência a informação recolhida nos PI de cada um/a e a observação participante realizada, essencial para um conhecimento mais completo acerca destes/as. Na realidade, a consulta dos PI tornou necessária a recolha de determinadas informações junto do grupo, dada uma certa incompletude dos dados, assim como a falta de clareza de alguma informação consultada. Aquando deste processo, ressaltou a perceção de que a existência de uma caraterização mais completa de cada um/a dos/as clientes, minuciosa, individualizada e peculiar, revelar-se-ia importante, por se poder constituir numa mais valia do ponto de vista da relação com estes/as e do trabalho a desenvolver, procurando ir de encontro às particularidades e motivações de cada um/a. Neste sentido, os PI são, ou podem ser, um instrumento de suma relevância. De facto, a obtenção e simultâneo desbravar de determinadas informações junto e por

---

<sup>6</sup> Para efeitos de uma caraterização mais detalhada cf. Apêndice II e III



parte do grupo, as alusivas às profissões desempenhadas durante uma vida, e que desde a minha entrada e inserção no terreno procurei abordar, possibilitou-se a compreensão das potencialidades do desenvolvimento de um trabalho em seu torno. Assim, é de salientar que a recolha de certos dados permitia extrapolar a importância de complementar os existentes.

Desta forma, recorrendo à consulta dos PI e à observação participante, uma vez que este processo teve início em dezembro de 2015, foi possível compreender que, entre este mês e abril de 2016, o grupo de idosos/as do CD sofreu algumas alterações, ora por motivos de falecimento, transferência intrainstitucional de respostas sociais e ainda mudança e desistência da instituição, dada a inadequabilidade das suas respostas ao perfil de alguns/as dos/as clientes, assim como a impossibilidade da sua frequência devido a problemas de saúde que se foram agravando. Apesar destas situações, na realidade não se verificou uma grande disparidade ao nível da composição geral do grupo. Deste modo, até ao término do estágio curricular, em 27 de abril de 2016, o grupo da resposta social CD era constituído por 55 seniores, existindo 38 elementos do sexo feminino e 17 elementos do sexo masculino. Apresentam idades compreendidas entre os 47 e os 94 anos, sendo a média de 78, 2 anos. Conforme pudemos constatar, observamos um grupo etário bastante heterogéneo, o que, decerto, tem repercussões ao nível das necessidades sentidas e do apoio prestado. De evidenciar que esta constitui uma situação que melhor será refletida no decurso do capítulo seguinte.

Relativamente ao tempo de permanência na instituição, este varia entre um mínimo de menos de um ano e um máximo de 13 anos, sendo que apenas uma pessoa frequenta a instituição há 13 anos e 16 há menos de um ano.

A freguesia de São Cosme assume-se, maioritariamente, como o local de residência, destacando-se, em seguida, as freguesias limítrofes: Fânzeres, Jovim, São Pedro da Cova, Foz-do-Sousa e Valbom. Entre estas pessoas, a situação de viuvez predomina, pois num total de 55 idosos/as, 31 são viúvas/os, seguindo-se 14 que são casados/as, 6 solteiros/as, 3 divorciados/as e 1 apenas separada. Articulado com o estado civil dos indivíduos destaca-se o número de filhos, sendo que 11 é o número de filhos/as mais significativo (uma idosa); dos outros, 16 têm 2 filhos/as, 14 pessoas 1 filho, 9 pessoas não têm filhos, 6 têm 3 filhos/as, outras 6 têm 4 e 3 pessoas têm 5 filhos/as.

Um outro aspeto importante no processo de caracterização do grupo tem que ver com as habilitações literárias de cada um/a dos elementos. A este respeito, observamos que 25 destas pessoas têm maioritariamente a 3ª e a 4ª classe, 17 elementos referem que

não sabem ler nem escrever, seguindo-se 10 que sabem ler e escrever, mas sem relação com qualquer grau de escolaridade. Existem ainda dois elementos que possuem o 1º Ciclo do Ensino Liceal e, por fim, uma pessoa que é Licenciado. Apesar da grande maioria dos elementos possuir baixos níveis de escolaridade, chegando alguns/as a não saber ler nem escrever, a verdade é que tal nunca impediu o exercício de profissões diversas, múltiplas e muitas em comum, desempenhadas ao longo das suas vidas. De entre elas, destacam-se: comerciante, torrefator, psicólogo, telefonista, dourador, empregada de limpeza, agricultor/a, mineiros, bate-chapas, ourives, funcionários/as públicos/as, modistas, costureiras, trolhas, construtores civis, lavrador (lavoura), padeira, empregada interna, bordadeira, funcionário de armazém, proprietário de mercearia, fabrico de artigos de pesca, empregada doméstica, empregada de escritório, serralheiro, cozinheira e jardineiro. De salientar ainda algumas pessoas que desempenharam o papel de doméstica e apenas uma que nunca trabalhou.

Para além das variáveis consideradas até então, importa igualmente atentar no estado funcional ou grau global de dependência do/a idoso/a, já que esta representa uma outra situação que melhor permite compreender as características do grupo. Deste modo, nota-se que uma grande maioria de indivíduos necessita de pequenos apoios na vida quotidiana e no apoio à mobilidade, seguindo-se alguns que carecem de apoios ao nível da higiene pessoal, tarefas da vida quotidiana e na mobilidade. Por seu turno, salientam-se alguns elementos totalmente autónomos e ainda outros que manifestam uma situação de dependência total, ainda que em número bastante reduzido. Estamos, efetivamente, na presença de diferentes níveis de autonomia que, mais uma vez, demonstram a heterogeneidade do grupo. Independentemente dos graus de autonomia, o facto é que a todos surgem associados certos problemas de saúde, de que são exemplo os depressivos, esquizofrenia, ansiedade, cardiovasculares, hipertensão, diabetes, urinários, reumáticos, respiratórios e AVC.

Posto isto, importa salientar que um conhecimento mais completo acerca de cada sénior é fundamental, possibilitando modos de ação mais holísticos que tenham em consideração a singularidade de cada ator social.

## Capítulo IV

### **Singularidades de um campo de ação: processos de análise e reflexão de um percurso de estágio**

*“O trabalho social (...) [e o educativo] pressupõe uma capacidade de conhecer e de compreender uma realidade complexa, que apresenta dimensões múltiplas, dotada de uma pluralidade de laços e de correspondências e caracterizada por um processo de mudança contínuo” (Robertis, 2011:47).*

## **Capítulo IV - Singularidades de um campo de ação: processos de análise e reflexão de um percurso de estágio**

A presença sistemática ao longo de vários meses no CCSC, aliada à contínua recetividade e disponibilidade manifestadas pela supervisora local e por todos os membros da equipa de trabalho bem como as reflexões suscitadas no âmbito do mestrado e nos encontros com a orientadora, concederam-me a oportunidade de adquirir, ao nível da intervenção com o público sénior, um conhecimento minudente e peculiar acerca das dinâmicas institucionais. Assim, fui compreendendo tornar-se possível, e pertinente, centrar a atenção ao nível das lógicas de trabalho exercidas, do conhecimento relativo aos diversos/as intervenientes do contexto e suas relações e, por conseguinte, de um conjunto de potencialidades e limitações observadas. Neste sentido, a experiência de estágio de que dá conta este relatório permite, agora, efetivar um processo de reflexão e análise crítica em torno das dimensões espelhadas. De acrescentar ainda que os modos de trabalho institucionais inspiraram a construção de um outro caminho no que respeita à intervenção que me foi possível realizar com os/as idosos do Centro.

### **4.1 Desvelar lógicas de organização e trabalho com a população idosa: o que nos revela a documentação**

Sustentada nos pressupostos epistemológicos e metodológicos refletidos (cf. Capítulo II), tornou-se impreterível conhecer e compreender de forma aprofundada as particularidades que caracterizam o quotidiano institucional. Neste sentido, a referência a um processo de consulta e análise documental progressivo salienta-se, na medida em que possibilita a compreensão, em certa medida, do trabalho que a instituição desenvolve e/ou se propõe desenvolver com a população sénior. Neste âmbito, importa esclarecer o facto do PAS ser merecedor de particular atenção, dado possibilitar um entendimento acerca da intervenção operacionalizada com os/as idosos/as, sobretudo ao nível da metodologia da animação sociocultural. Deste modo, a consulta documental é, na verdade, um elemento fulcral já que, como reiteram Bogdan & Biklen (1994:180), “nesses documentos os investigadores podem ter acesso à «perspectiva oficial»”, ou seja, a um discurso que se almeja ideal.

A nível documental, o PAS anuncia como objetivo “pretender ir ao encontro dos interesses, experiências e saberes de cada um no grupo, tendo em vista promover a

capacidade de iniciativa, partilha, comunicação, orientando-se, assim, para o bem estar individual, coletivo e social de todos os «clientes»” (PAS, 2016:14). Neste quadro, importa agora refletir acerca da utilização deste termo em detrimento da designação “utente”, frequentemente utilizada noutras áreas de serviço público, nomeadamente no campo da saúde. Conforme Maia (2009:2), é fundamental compreender que “as denominações vão-se estabelecendo, consolidando o léxico, demarcando interpretações e fazendo história”. Desta forma, uma mudança de designação deste tipo tende, assim, a estar interrelacionada com uma mudança de paradigma e a refletir uma alteração das relações entre o Estado e os/as cidadãos/ãs. Para o mesmo autor, a designação cliente justifica-se, uma vez que hoje “os tempos são tempos da qualidade, da certificação e da satisfação dos clientes. Com normas e manuais vindos da Europa” (Maia, 2009:2). Ao serem apelidados de clientes, os/as idosos/as passariam a constituir-se como aqueles/as que “podem querer escolher um tipo de serviço, como desejar que ele seja prestado por certa e determinada pessoa” (Churchill et al., 2003, cit in Oliveira, 2011:44), numa lógica de mercado, que pressupõe uma liberdade de escolha inexistente, de facto, para um número muito significativo de idosos/as presentes nestas instituições. Efetivamente, essa possibilidade está, em grande medida, condicionada por constrangimentos diversos, de natureza pessoal, familiar, social, das instituições e da própria segurança social, o que torna relevante problematizar essa designação. Para além deste aspeto, importará ter presente que a existência de um Setor Solidário (IPSS) apoiado pelo Estado (num processo de delegação de competências), pressupõe o reconhecimento de que estas instituições prestam um serviço público, que deve assegurar às pessoas idosas, e com elevados padrões de qualidade, um conjunto de direitos sociais inscritos na Constituição. Neste quadro, e ressalvando a necessidade de uma discussão muito mais aprofundada sobre este tema, talvez continue a fazer mais sentido a designação de utente, já que sugere ultrapassar lógicas de mercado, assistencialistas e caritativas, fundamentando-se no reconhecimento do respeito pelas pessoas, tendo por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Regressando ao PAS, este contempla um leque diverso de atividades, ora de carácter semanal, ora de carácter anual, dirigidos aos/às idosos/as.

“Ao debruçar-me sobre o PAS constatei que estão previstas atividades semanais, de entre as quais se salientam: a expressão corporal (aulas de movimento e ginástica, jogo de boccia); os trabalhos manuais (desenho, pintura etc.); a exploração do meio (visitas culturais, piqueniques, participação em atividades desenvolvidas para os/as idosos/as

organizadas por outros equipamentos da instituição ou entidades externas); as religiosas (o terço, assistir a cerimónias religiosas etc.), momentos destinados ao coro, participação em sessões de informação e sensibilização sobre diferentes temáticas de interesse” (Nota de terreno, 28 de setembro de 2015).

Ainda no âmbito das atividades semanais propostas, emerge a realização de um conjunto diverso de ateliers,

“de que são exemplo, o atelier de gerontomotricidade (caminhadas, ginástica através de jogos com bolas de trapo, balões ou fitas e os jogos tradicionais), o atelier mãos à obra (pintura, tecelagem, tricô), o atelier de estimulação cognitiva (exercícios de atenção, memória, orientação temporal e espacial, jogos de sequenciação lógica etc.) e o atelier de tardes culturais (visualização de filmes antigos e fotografias, tertúlias e visitas culturais)” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015).

No que concerne ao plano anual, observa-se a existência de uma temática geral e de temáticas específicas mensais, constatando-se que,

“diversas são as atividades, designadamente, a festa dos reis com os cantares tradicionais, a celebração do inverno com a realização de ações de sensibilização e ainda com o atelier mãos à obra orientado para a decoração do espaço alusiva à época, o carnaval igualmente articulado com o atelier mãos à obra, o dia internacional da mulher com uma atividade surpresa, a Páscoa por relação ao atelier mãos á obra, os passeios com atividades ao ar livre (visitas culturais, colónias, praia etc.), a celebração da estação do ano do outono com o atelier mãos à obra, o são martinho com a realização de um magusto, os santos populares, o dia do idoso contemplando atividades intergeracionais, o dia da alimentação com a realização da feira da alimentação, o dia dos namorados/dia do amor contando com uma atividade grupal e o Natal com o atelier mãos à obra, celebrações religiosas e a festa de natal” (Nota de terreno, 4 de janeiro de 2016)

É igualmente significativa a informação de que a instituição participa em diversas atividades, por via do estabelecimento de parcerias com diferentes entidades como Câmaras e Bibliotecas Municipais, Escolas secundárias, o IEFPP e Universidades Seniores.

## **4.2 Imergir no dia a dia: para uma outra compreensão dos modos de fazer intervenção ancorada na estratégia da animação sociocultural**

Não prescindindo das informações documentais a que foi possível aceder, facto é que a permanência diária, regular e participada na dinâmica da instituição, donde se destacam o agir espontâneo, a construção de redes de comunicação e relação com os diversos atores, afiguraram-se como meios fundamentais para assegurar uma compreensão mais sustentada e coesa dos processos de trabalho do CCSC, dos seus modos de ser, de estar e de fazer.

Consoante o curso de ação definido, ao longo dos primeiros dias no terreno fui notando uma certa ausência de trabalho regular com os/as idosos/as e tendo a perceção que o mesmo era sentido por alguns/as:

“a dona OL. considerava que um espaço destes [o CD] não devia ser assim. «Deviam existir mais coisas para a gente fazer, entende? Só de longe a longe existe alguma coisa, é muito pouco, eu acho. Atualmente o Centro encontra-se muito parado» ” (Nota de terreno, 12 de outubro de 2015).

Logo a seguir a estas observações e declarações terem sido proferidas, em conversa comigo, a técnica responsável pelo desenvolvimento do trabalho de animação evidenciou a sua melhor atenção quanto à intervenção realizada com os/as seniores, referindo que: “de momento, andava bastante ocupada e que, por isso, ultimamente estava em falta com os/as idosos/as. Contudo, afirmou: «a partir de hoje já vai ser diferente» ” (Nota de terreno, 16 de outubro de 2015).

Na realidade, a partir de então foi possível constatar um trabalho mais direcionado para os/as idosos/as, apresentando as atividades desenvolvidas coerência com o que refletia o PAS. Neste âmbito, julgo merecerem destaque aquelas que, no quotidiano da instituição, gozaram de maior visibilidade, pretendendo-se reportar uma variedade de atividades que foram concebidas e organizadas em torno de variadas datas e épocas comemorativas, várias das quais refletidas na realização de festejos, bem como no trabalho decorativo dos espaços do Centro. De salientar que este género de atividades se encontra intrinsecamente relacionado com o atelier mãos à obra, no qual se concretizam tarefas de recorte, desenho e pintura, de natureza diversa. De igual forma, salienta-se o atelier de estimulação cognitiva, contando com um programa de estimulação a este nível, os cantares, parte integrante do atelier de canto, e integrando a comemoração de determinadas datas e épocas festivas, a ginástica, associada ao atelier de

gerontomotricidade, o boccia, quinzenalmente frequentado em instalações exteriores ao CCSC, a diversidade de passeios e ainda a vinda de entidades externas à instituição, com vista à dinamização de atividades de animação. Eis alguns exemplos:

“a técnica disse aos idosos que estava prestes a começar a primavera e a aproximar-se a Páscoa e que, por isso, iam começar com as atividades para decorar o CD. Entretanto, juntamente com as estagiárias, transportou algumas caixas para o espaço. (...) começaram a trabalhar em torno de recortes de vários materiais: cenouras, ovos de páscoa, borboletas, abelhas, flores etc.” (Nota de terreno, 14 de março de 2016).

“como já é habitual todas as segundas feiras, a minha supervisora local veio ao CD chamar o grupo de idosos/as para mais uma sessão do programa de estimulação cognitiva. Ao avistar-me fez-me sinal, dando-me a indicação de que se ia iniciar a atividade.” (Nota de terreno, 7 de dezembro de 2015).

“Referiu-se que, à semelhança do ano transato, iam existir vários passeios, uns mais longe: «Aveiro, por exemplo?» questionava a técnica. Apesar desta hipótese, a técnica proferiu estar recetiva a sugestões dos/as idosos/as quanto a passeios que gostassem de realizar. Ouviam-se alguns/as idosos/as comentarem entre si que gostavam muito de passear, pois para além de se distraírem e divertirem ficavam a conhecer novas terras e pessoas” (Nota de terreno, 1 de fevereiro de 2016).

Em função da maior prevalência das atividades presentes na dinâmica quotidiana do CCSC, procurou-se notar a forma como era orientado o trabalho de animação com os/as seniores. Comportamentos, atitudes, posturas, interações e relações, possibilitaram-me compreender as lógicas de trabalho e/ou intervenção dominantes neste âmbito, muitas delas atravessadas por constrangimentos diversos, com influência nas modalidades de intervenção operacionalizadas. Um conjunto de diretrizes emanadas do ISS., tal como as exigências respeitantes ao tipo de prestação de contas, com base num determinado modelo de plano de atividades, constitui uma entre várias limitações que se colocam e que, mais adiante, irão ser alvo de reflexão, por forma a conferir maior amplitude à análise desenvolvida.

Em continuidade, como de resto já refletem, de algum modo, os excertos acima mencionados, e decerto não constituindo um caso particular, vivenciando-se processos semelhantes na maioria das instituições de resposta social ao/à idoso/a, como nos dá conta a literatura, (Gillet, 1995), tende a sobressair uma lógica de animação consumista/concreta. Quer-se dizer que, quer ao nível dos modos de atuação dos/as



profissionais, quer ao nível do papel desempenhado pelos/as idosos/as, o trabalho de animação tende a apresentar-se de uma forma pré definida, baseado em modelos propostos aos/às seniores em que “a cultura de consumo (...) permite aos poucos uma postura passiva, de «consumidor de um produto» sem convite a uma participação efetiva”<sup>7</sup> (Cubero, 1991:35), suscetível de estimular que os/as idosos/as se assumam como pessoas autónomas, responsáveis e críticas. Corroborando esta análise, observamos:

“os preparativos para o natal tinham iniciado. A técnica falava com as estagiárias de ASC acerca de algumas ideias para a decoração do espaço. A dada altura ouvi-a dizer que queria escrever palavras tais como: Paz, Esperança e Amor para colocar numa árvore de Natal. Neste sentido perguntava às estagiárias se sabiam o que pretendia, ao que estas responderam de forma afirmativa, predispondo-se a fazer pesquisa para esse trabalho” (Nota de terreno, 2 de dezembro de 2015).

“a técnica estava a falar com os/as idosos/as, dizia que se estava a aproximar o Carnaval e que de hoje a oito, vai haver um baile de máscaras para festejar a data. Referiu que o tema deste ano tinha que ver com a alimentação, devido ao tema selecionado para o projeto pedagógico 2015/2016. Referiu que também os meninos da creche iam desenvolver iniciativa igual. Questionou os idosos acerca do que achavam. Perante o que dizia, os/as seniores concordaram, proferindo: «pode ser Dr.<sup>a</sup>» ” (Nota de terreno, 1 de fevereiro de 2016).

“ao ver-nos recortar os moldes das borboletas e das flores a técnica proferiu: «isto é para os/as idosos/as fazerem, isto e outros recortes porque como são coisas mais pequenas é mais fácil para eles/as» ” (Nota de terreno, 16 de março de 2016).

Nesta sequência de análise, tendencialmente mais vinculada ao modelo de trabalho prosseguido pelo CCSC, é primordial reconhecer a proeminência de uma função eminentemente recreativa da animação. Se, por um lado, esta se afigura vantajosa para os/as idosos/as, na medida em que as atividades de tal índole potenciam “o aparecimento de estados emocionais positivos” (Jacob, 2013:24), tratando, igualmente, de favorecer a promoção da integração e participação dos/as idosos/as no ambiente, por outro, deve admitir-se o seu caráter insuficiente quanto ao que implica um efetivo trabalho de animação sociocultural. Nesta perspetiva, torna-se necessário valorizar processos de

---

<sup>7</sup>No original: “La cultura de consumo (...) permite a menudo una postura pasiva, de «consumidor del producto» (...) sin que se le invite a una participación efectiva” (Cubero, 1991:35).

animação críticos, uma vez que visam processos mais autónomos de transformação dos indivíduos. Tal posicionamento implica perspetivar a animação como um campo de atividade capaz de atribuir protagonismo aos gerontes, reconhecendo-os como sujeitos portadores de capacidades e competências de reflexão e de ação, num contexto que se quer seu. Como afirma Osório (1998:255-256),

“o que particularmente interessa nos processos de animação é gerar processos de participação, criando espaços para a comunicação dos grupos e das pessoas, tendo em vista estimular os diferentes colectivos a empreenderem processos de desenvolvimento social (resposta às suas necessidades num espaço, num tempo, situações determinadas...) e cultural (construindo a sua própria identidade colectiva, criando e participando nos diferentes projectos e atividades culturais)”.

Reconhecendo a importância deste modo de pensar a animação, o qual permite aos/as seniores assumirem-se como verdadeiros agentes da sua transformação, o facto é que, ao longo do percurso de estágio, o que se observou foi, essencialmente, um tipo de participação marcado por posturas passivas e pelo desempenho de papéis secundários por parte dos/as senescentes. Um dos motivos para a adoção deste tipo de posturas reside no facto de estes/as interiorizarem uma conceção de trabalho exterior a si, com uma delegação e reconhecimento de responsabilidades na profissional de animação, notando-se, da parte dos/as seniores, uma habituação a determinados modos de ação:

“enquanto caminhávamos até à sala polivalente, alguns/as idosos/as diziam-me que se estava a aproximar a Páscoa e que até estavam admirados/as da Dr.<sup>a</sup> não ter ainda enfeitado o espaço ou feito alguma coisa nesse sentido. Proferiam que com certeza já devia ter algo em mente” (Nota de terreno, 4 de março de 2016).

A dominância e a permanência deste conjunto de procedimentos, faz com que seja invertida uma lógica de trabalho “*com as pessoas e as comunidades - e não em vez delas ou apesar delas*” (Menezes, 2010:51. Mesmo os processos de auscultação são, de algum modo, questionáveis, já que demasiado ténues e meramente pontuais, notando-se uma certa descrença pelos pareceres e considerações dos/as idosos/as, o que pode contribuir para um certo alheamento destes/as face às atividades propostas. Neste sentido, consideremos:

“a dona RG. e RF. estavam sentadas na mesa a pintar os frascos que iam servir para fazer a decoração de outono. Apesar do incentivo por parte da técnica face à participação de mais idosos/as, a verdade é que a receptividade foi praticamente nula. Também eu ao

passar por alguns/as perguntava se não queriam ir participar na atividade, ao que me responderam: «eu nem sei o que se está ali a fazer». Expliquei que era a decoração de outono que estava a ser preparada, pelo que, com retorno, apenas alguns/as, assentiram com a cabeça, proferindo que se fosse preciso mais tarde iam até lá” (Nota de terreno, 22 de outubro de 2015).

“ao ver as estagiárias envolvidas na decoração para a primavera, perguntei aos/às idosos/as se não iam participar nos afazeres em curso, ao que alguns/as me responderam: «A Dr.<sup>a</sup> e vocês, as meninas, têm muito jeitinho. Nós vamos aqui cortando umas borboletas, umas flores e pintando os raminhos das árvores quando é preciso, vamos fazendo assim umas coisinhas» ” (Nota de terreno, 14 de março de 2016).

Estas maneiras de olhar a instituição transportam-me para formas de trabalho que colocam em causa a possibilidade de existência de uma “racionalidade comunicacional” (Deflem, 1994, cit in Bonafé-Schmitt, 2006:23) que permite “pôr em discussão atos de linguagem de forma a tornar possível a compreensão mútua entre atores” (ibidem), o que dificulta práticas participativas de animação sociocultural. A sua prossecução implica que o/a animador/a enverede por caminhos suportados numa relação de escuta ativa, de valorização da participação democrática e das diferentes perspetivas e valores.

“Enquanto pintávamos as bases para fazer os presépios para o Natal, a funcionária comentava que achava muita graça ao senhor F. dado este proferir: «somos sempre os mesmos a fazer as coisas, o resto nunca vem». A sua colega concordava, acrescentando que: «eles [os idosos] são muito preguiçosos, nunca querem fazer nada, são piores do que as crianças» ” (Nota de terreno, 18 de novembro de 2015).

Apesar do que foi dito acima, foi sempre notória a preocupação com o envolvimento dos/as idosos/as, apesar de este nem sempre se concretizar, e a vontade da profissional em estimular, suscitar o interesse e funcionar como catalisadora da vontade dos/as mesmos/as (Jacob, 2013). Neste quadro, importa refletir sobre o modelo de trabalho seguido, equacionando outras possibilidades, designadamente as que se situem numa perspetiva de animação mais próximas do modelo abstrato, de que fala Gillet (1995), que valoriza o processo e a ação co construída no tempo, por todos/as intervenientes do projeto de animação. De forma complementar, salientam-se outros comentários dos/as seniores relativos à sua participação nas atividades socioculturais promovidas, e os sentidos que atribuem a essa participação, em geral associados ao entretenimento e ocupação do tempo:

“ «assim estamos bem, não acha dona OL.?», questionava o senhor F. Referia-se ao facto de estarem a trabalhar em pinturas e recortes para a Páscoa. O idoso continuou referindo não ter paciência para estar sem fazer nada. Com este raciocínio justifica o facto de estar sempre envolvido no que a instituição desenvolve. A dona OL. concordava. Proferiu que pelo menos assim estavam ocupados e entretidos, sendo que para além disso ajudavam a Dr.ª nas atividades” (Nota de terreno, 10 de março de 2016).

Um trabalho de animação sustentado neste tipo de preocupações assume, claramente, alguma relevância, dado permitir a distração, o divertimento e o convívio, proporcionando momentos de bem estar e felicidade, sendo vitais para a ocupação da mente e ajudando a prevenir situações de isolamento e solidão. No entanto, e na esteira de Jacob (2013:24), “o uso de atividades (...) com as pessoas idosas não pode ser [apenas] concebido como recurso para ter a pessoa entretida mas sim, considerar o valor que têm para estimular o sujeito de várias formas”. Esta perspetiva leva-nos a colocar a questão da importância de equacionar uma maior flexibilidade e reajuste do PAS institucional, em função da realidade concreta dos/as idosos/as do Centro, dos seus interesses e necessidades dos seus feedbacks e opiniões, criando espaço para que os seus conhecimentos “sejam partilhados de maneira flexível, enriquecedora e amena” (García, 1992, cit in Osório, 1998:257), evitando a perpetuação de lógicas de ação pouco participativas. Esta orientação é, aliás, assumida no próprio documento, mas nem sempre é fácil de concretizar, dados os condicionalismos de ação do CCSC e dos/as seus/suas profissionais.

Um outro aspeto que importa problematizar prende-se com certas formas de trabalho e/ou com atividades propostas poderem remeter para conceções um pouco infantilizantes no agir com os/as idosos/as. Como sustenta Jacob (2013), esta é uma tendência recorrente nos equipamentos de apoio ao/à idoso/a. Ainda que de forma não intencional, a verdade é que, muitas vezes, os/as profissionais, seja por “excesso” de zelo para com os/as idosos/as, resultado de vínculos afetivos fortes que, naturalmente, se estabelecem, seja pelo tipo de atividades disponibilizadas, caem na tentação de infantilizar este público. No mesmo sentido, Martins & Rodrigues (2004:253) afirmam que a infantilização “é uma atitude que se manifesta geralmente pelo tratamento por tu, pela simplificação demasiada das atividades sociais e/ou recreativas e pela organização de programas de actividades, que não correspondem às necessidades dos indivíduos”. Procurando analisar esta questão nas práticas diárias do Centro, foi possível perceber, também, alguns modos de ação e algumas atividades que apontam no mesmo sentido:

“vi que a dona RF. se encontrava a pintar. Muitos eram os lápis de cor que estavam espalhados pela mesa, encontrava-se a pintar desenhos formatados, pré definidos. Dizia-me que a Dr.<sup>a</sup>, finalmente tinha vindo ter consigo dizer-lhe que já tinha arranjado desenhos para ela pintar. Afirmava já ter pintado em tempos, juntamente com outros/as colegas lá do Centro. Pintava vários desenhos: peixes, frutos, espigas, legumes e presentes de Natal. Afirmava que sempre gostou de pintar e que esta era uma atividade de que gostava (Nota de terreno, 4 de janeiro de 2016).

“ «estou aqui e a lembrar-me do meu filho, pois quando lhe conto as atividades que tenho estado a fazer, por exemplo o outro dia quando lhe disse que tivemos de montar uma espécie de puzzle através de imagens onde tinha uma criança e o seu cão o que dava origem a uma sequência [refere-se á atividade das sequências da ação], ou então a completar provérbios mas através de imagens, ele ri-se e começa a dizer «vá, vá lá para a escolinha mãe». Apesar disso, a idosa reconhecia a importância desses exercícios para treinar o cérebro” (Nota de terreno, 11 de janeiro de 2016).

Se é verdade que este tipo de práticas requer uma ação prudente, não menos verdade é o reconhecimento de que as mesmas não se revestiram nunca de qualquer carácter impositivo, sendo a participação nas atividades decidida sempre de forma livre pelos/as idosos/as, em função do valor atribuído às atividades, dos seus gostos e necessidades. Importa, ainda, acrescentar que no trabalho desenvolvido por algumas entidades, com as quais existem parcerias, se verifica, talvez de forma mais acentuada, uma conceção infantilizante da animação com os/as idosos/as. Uma situação que reflete, de forma inequívoca, a conceção de idoso/a de que se é portador, em grande medida influenciada pela perceção de uma parte considerável da sociedade que, tende a retratá-lo/a enquanto pessoa debilitada, dependente e pouco competente (Jacob, 2013). Ao mesmo tempo, os modos de proceder de outras instituições refletiam uma conceção de pessoa idosa “com capacidades de aprendizagem educativas, culturais, físicas e sociais” (Trindade, 2010:2) e com um manancial diverso de conhecimentos, experiências e potencialidades de que todos/as podem e devem partilhar e desfrutar.

“O grupo da Escola Secundária de São Pedro da Cova após ter-se apresentado começou com a dinamização de algumas atividades. Uma das que foi desenvolvida teve que ver com a ginástica com balões. Cada idoso/a continha um balão e ia fazendo os movimentos que o grupo de alunos e a professora executava. Também os provérbios em código [através de imagens] constituíram outra das atividades” (Nota de terreno, 14 de abril de 2016).

“A dona MO. veio ter comigo dizendo-me que eu e ela falávamos sobre as suas experiências de trabalho noutro dia, pois hoje de tarde iam à Maia ver o musical da Cinderela, pois tinham sido convidados. Ao ouvir-nos conversar a dona FS. referiu achar que essa atividade era mais para crianças” (Nota de terreno, 7 de abril de 2016).

“Os/as idosos/as tinham sido convidados pela Biblioteca Municipal de Gondomar para irem fazer a decoração das árvores para a primavera, ora com malhas, rendas, croché, em suma, com os trabalhos que cada um/a soubesse fazer e quisesse levar e partilhar” (Nota de terreno, 1 de abril de 2016).

Independentemente do predomínio do modelo de intervenção prosseguido pelo CCSC e dos princípios que lhe subjazem, o percurso trilhado permite dar conta de atividades diversas que refletiam os gostos de alguns/as idosos/as e nas quais participavam com muito prazer. Referimo-nos, particularmente, aos passeios, momentos religiosos, à modalidade desportiva boccia, aos jogos de mesa e ainda à ginástica, expressos nos seguintes exemplos:

“uma das funcionárias veio perguntar quem queria ir ao boccia hoje. Devido ao facto de serem múltiplos/as a manifestaram o seu interesse e aos lugares do autocarro serem limitados, foi necessário chegar-se a um acordo entre quem iria esta semana e quem ficava já registado para ir daqui a quinze dias” (Nota de terreno, 10 de dezembro de 2015).

“passava um pouco da hora de se colocar a oração do terço pelo que grande maioria dos/as idosos/as ripostava. A propósito conversei com a dona LC. sobre como tinha corrido o Dia do Idoso, ao que a idosa me respondeu ter sido muito agradável, pois tinham ido assistir a uma cerimónia religiosa na igreja dos Capuchinhos. Comentava que normalmente tudo o que tem a ver com questões religiosas a maioria dos/as idosos/as gosta, já que se são muito devotos/as” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015).

Em suma, importa reconhecer o esforço positivo da profissional no que se refere à atenção prestada a outros interesses manifestados, procurando satisfazer algumas das preferências dos/as seniores. De facto, a atenção é uma das características fundamentais de um/a profissional de animação, sendo necessário estar atento/a em relação ao que é dito verbalmente, mas também ao “que transparece nas atitudes e comportamentos” (Jacob, 2013:22), os não ditos:

“ao ver os/as idosos/as entusiasmados/as com a atividade da decoração das árvores primaveris, ora com os trabalhos que cada um/a tinha de antemão produzido, ora no momento com a produção de artefactos com os materiais fornecidos pela biblioteca, a

partilharem saberes e experiências em torno destes, a técnica referiu que tinham de tentar criar uns grupos de atividades orientadas em torno destes saberes, ao que diversos responderam de forma concordante e regozijada” (Nota de terreno, 1 de abril de 2016).

#### **4.3 A partir do trabalho de animação: considerações quanto a um outro foco de ação**

As possibilidades de intervenção que têm sido abordadas caracterizam, por certo, o dinamismo inerente ao trabalho de animação sociocultural com a população idosa. Pese embora assim ser, é importante sublinhar as vulnerabilidades que atravessam as metodologias e a animação, dada a sua interdependência com outras formas de intervenção praticadas em contexto.

Partindo de tais premissas, de forma a tornar clara e pertinente a reflexão produzida, importa ter em conta que o trabalho de animação com os/as idosos/as tem subjacente a definição de uma temática anual e geral, subjacente ao PAS, e respetivas temáticas específicas mensais. Nesta vertente, e a título de exemplo, importa referir que, nos anos civis 2015 e 2016, salientaram-se como temáticas gerais a “Luz” e a “Nutrição e Bem estar”. Tendo por base o ano mais recente, verifica-se uma articulação entre a temática geral e as específicas, como sejam o “bem estar emocional”, no mês de fevereiro, o “bem estar físico”, em abril, a “beleza e cuidados”, em março, a “alimentação saudável”, no mês de outubro.

Por sua vez, também o destaque atribuído a alguns ateliers e aos seus objetivos fortalece esta reflexão. De entre outros, constituem exemplos o atelier de estimulação cognitiva, o de gerontomotricidade e o mãos à obra. Segundo o PAS, o primeiro tem como pretensão “o treino da escrita, a realização de jogos de estimulação cognitiva, de forma a aumentar a atividade cerebral, retardar os efeitos da perda de memória e da acuidade e velocidade percetiva, assim como prevenir o surgimento de doenças degenerativas” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015). Neste atelier importa salientar a sua organização e subdivisão por grupos interpostos e a preocupação com o exercício de aspetos como a atenção, a memória, o raciocínio e o cálculo. A relevância do atelier de gerontomotricidade prende-se com a “estimulação da motricidade fina bem como o desenvolvimento da psicomotricidade” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015). Por fim, o atelier mãos à obra visa “contribuir para o desenvolvimento da criatividade bem como para o desenvolvimento da precisão manual e coordenação psico motora” (Nota de terreno, 7 de outubro de 2015).

Tendo em consideração as características de um trabalho desta natureza, torna-se necessário um questionamento crítico acerca do sentido e repercussões de formas de atuação alicerçadas em práticas fragmentadas, parceladas, sobretudo na sua articulação com modos de perspetivar o trabalho de animação e a pessoa idosa. Não descurando a pertinência do trabalho institucional desenvolvido nas dimensões enunciadas, importa equacionar se a sua organização não poderá resultar e favorecer uma conceção de animação, e paralelamente de idoso/a, espartilhada, compartimentada e díspar. De acordo com Lopes (2007:5), tais âmbitos “não podem ser considerados estáticos nem autónomos uns em relação aos outros”, importando atuar em conformidade com um “modelo de intervenção global” (García, 1998:269) e dinâmico, em que se destaca “um trabalho baseado num carácter de globalidade onde o sujeito (...) os profissionais e as organizações podem estabelecer, conjuntamente, um processo de desenvolvimento” (ibidem). No mesmo sentido, Jacob (2013:25) considera que o trabalho de animação com idosos/as deve ser percebido “como a maneira de actuar em todos os campos do desenvolvimento da qualidade de vida dos mais velhos, sendo um estímulo permanente da vida mental, física e afectiva da pessoa idosa”, o que implica ultrapassar uma conceção de trabalho redutível a programas fracionados e invariáveis, privilegiando-se, ao invés, uma dimensão de projeto que dê lugar a um trabalho de animação holístico, “como um instrumento decisivo para um desenvolvimento multidisciplinar integrado dos indivíduos e dos grupos” (Dias et al., 2011:103).

Esta perspetiva insere-se numa lógica de reconhecimento das capacidades dos/as seniores, com vista à promoção da sua autonomia, à prevenção de situações de isolamento e solidão e à melhoria da sua qualidade de vida (objetivos preconizados, também, pelo Instituto da Segurança Social, IP., 2015). Ora, a consecução destes objetivos, dificilmente será compaginável com planos de atividade demasiado rígidos, pouco flexíveis para acolher, em momentos diferentes, novas propostas e sugestões e sem a participação dos/as idosos/as na sua conceção, pelo que importa equacionar o desenvolvimento de percursos mais coerentes e o abandono de práticas homogeneizadoras e uniformadoras no trabalho com idosos/as, tratando de respeitar a “legítima diversidade” (Oliveira & Freire, 2009:16), num projeto em que estes/as se vêem como sujeitos “na unidade das suas essências vitais (emoções, sentimentos (...) desejos, ideais)” (García, 1998:270).



#### 4.4 Condições do exercício profissional no CCSC: sob a alçada de limitações e constrangimentos diversos e sua influência no trabalho com os/as seniores

O percurso traçado até agora tem já possibilitado dar conta de que o exercício profissional no contexto do CCSC está também marcado por constrangimentos diversos, alguns dos quais se prendem com medidas de natureza política e social mais amplas, com normas e regulamentos da segurança social, que ultrapassam a instituição mas que nela se refletem.

Alguns desses constrangimentos exercem, de forma indeclinável e substancial, influência no trabalho desenvolvido com os/as idosos/as.

Neste espaço de reflexão, consideramos pertinente analisar as rotinas diárias do CD, pelo que elas revelam do quotidiano dos/as senescentes na instituição e dos usos do tempo. De forma a aclarar esta análise detenhamo-nos no quadro seguinte:

<b>Horas</b>	<b>2<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>	<b>4<sup>a</sup></b>	<b>5<sup>a</sup></b>	<b>6<sup>a</sup></b>
<b>10:00 10:30</b>	Chegada dos/as idosos/as ao Centro de Dia				
<b>10:30 11:30</b>	Período de tempo com maior disponibilidade, utilizado sobretudo para a realização de atividades, dinamizadas quer pela educadora social e demais profissionais, quer por mim de forma mais autónoma. Decorrem também algumas higienizações				
<b>11:30 13:10</b>	Preparar a descida para o refeitório para almoçar Hora do almoço				
<b>13:15 14:00</b>	Momento pós almoço em que a maioria dos/as idosos/as não gostam que os/as incomodem. Genericamente, servem-se os cafés, vê-se o telejornal e conversa-se um pouco				
<b>14:00 14:30</b>	Hora de rezar do terço. Período de tempo em que começam a chegar os/as idosos/as do Centro de Convívio. Processam-se também, a partir deste período da tarde, algumas higienizações				
<b>14:30 15:30</b>	Período de tempo com maior disponibilidade, utilizado sobretudo para a realização de atividades, dinamizadas quer pela educadora social e demais profissionais, quer por mim de forma mais autónoma				
<b>15:30 16:30</b>	Preparar a descida para o refeitório para lanchar Hora do lanche				
<b>16:30 18:00</b>	Alguns/as idosos/as regressam às suas casas no transporte do Centro, outros/as sobem novamente para o Centro de Dia onde aguardam pela chegada dos familiares que os/as vêm buscar				

**Quadro 1 – As rotinas diárias do Centro de Dia<sup>8</sup>**

<sup>8</sup> Para uma caracterização ainda mais pormenorizada cf. Apêndice I

Como é possível constatar no quadro acima, as rotinas seguem horários rígidos. Embora o seu estabelecimento e concretização se reconheçam como fundamentais, permitindo uma melhor organização da vivência em comum, ao mesmo tempo estas tendem a tornar a vida institucional “demasiado regulada/programada, o que dificulta a execução de projetos de um (a) animador (a)” (Jacob, 2013:32), gerando, por vezes, um certo desconforto em alguns/as idosos/as, sobretudo quando estão envolvidos/as em atividades do seu agrado que têm que interromper. Nas suas palavras:

“quando demos por terminada a tertúlia, enquanto acompanhava os/as idosos/as até ao CD ouvi os/as funcionários/as chamarem a atenção daqueles/as que estavam a jogar dominó. Em simultâneo ouvi a dona FS. dizer: «já estão a mandar arrumar o jogo, para ficarmos lá em baixo meia hora à espera do chá. Não falha, é tudo programadinho» (Nota de terreno, 11 de abril de 2016).

Ao mesmo tempo, verifica-se que o tempo dedicado ao desenvolvimento de um trabalho com os/as idosos/as ou ocupado por eles/as de forma livre é claramente exíguo, o que não potencia as condições para estes/as se constituírem como participantes ativos, autores e dinamizadores do espaço e de atividades que para si sejam significativas. Uma maior flexibilidade na gestão das rotinas e dos tempos poderia facilitar, igualmente, uma outra construção do espaço, mais ágil e versátil, potencialmente favorecedora de uma vivência do Centro mais dinâmica e participada. De facto, tal como reporta Jacob (2013:32), é importante saber que “a arquitetura dos locais pode condicionar a finalidade das atividades e a participação dos idosos”.

Outro dos aspetos fundamentais relaciona-se com os recursos humanos, manifestamente indissociáveis dos meios financeiros existentes. Como refere Jacob (idem:67), a par de outros focos, “os recursos humanos passam a ser o enfoque da eficiência duma IPSS”, revelando-se imprescindíveis ao desenvolvimento de qualquer área de ação. Embora assim seja, resultante dos escassos meios económicos, foi possível identificar, no CCSC, uma grande sobrecarga de trabalho dos/as profissionais, e a necessidade de se desdobrarem em múltiplas tarefas, dado o seu número insuficiente. Esta situação era notada pelos demais elementos da instituição, designadamente pelos/as seniores.

Ora, num quadro de falta de recursos financeiros e humanos torna-se natural, de acordo com Jacob (idem:79), as instituições acabarem por não colmatar na totalidade as

necessidades dos/as idosos/as, “embora não por falta de interesse”, mas sim por “falta de tempo disponível”.

“A técnica tem estado mais ausente do trabalho de animação. Diversas são as vezes em que chego à instituição e em que noto que embora lá se encontre anda sempre atarefada. Hoje, ao vê-la passar a correr pelo CD, o senhor F. disse-me: «eu não sei como é que a Dr.<sup>a</sup> consegue, anda sempre a fazer tudo, ela trabalha muito!». A propósito, neste momento, a Dr.<sup>a</sup> decidiu conversar com os/as idosos/as. Pedia desculpa pela sua ausência nos últimos tempos. Disse estar com muito trabalho: reuniões, acompanhamento de processos dos/as idosos do SAD, orientação das equipas do SAD, trabalho na Sede da instituição, entre outros afazeres. Diz que está a tentar ao máximo cumprir com todas as solicitações que lhe são feitas” (Nota de terreno, 12 de fevereiro de 2016).

Perante este panorama, é de salientar que a diversidade de tarefas a desenvolver passa também pela necessidade de assegurar o cumprimento de determinadas diretrizes internas e um conjunto de questões de ordem burocrática que, não podendo deixar de ser tratadas, coartam, substancialmente, o tempo disponível para um trabalho de proximidade com os gerentes, dificultando o desenvolvimento de um projeto assente na valorização da sua participação.

“Quando estávamos a almoçar a Dr.<sup>a</sup> A. suspirava. Estava atarefada com os preparativos para o Natal. Comentava o facto de ter a informação de que os restantes centros já tinham tudo preparado, pelo que necessitavam de acelerar para concluírem os trabalhos. Afirmou: «Eu bem gostava de estar mais tempo com os/as idosos/as, fazer mais coisas e diferentes, mas ...». Neste momento, disse ir andando pois ainda tinha de tratar de resolver uma papelada que se encontrava pendente, porém que era necessária arrumar. Era uma tarefa que ainda lhe ia ocupar algum tempo” (Nota de terreno, 4 de dezembro de 2015).

“A minha supervisora pediu desculpa por não conseguir acompanhar-me tanto quando desejava. Referia que o mesmo problema acontecia com os/as idosos/as uma vez que o seu tempo é bastante preenchido com as mais diversas funções: papel de coordenação ao nível de todas as respostas existentes no Centro, técnica responsável pelo CD e CC e também Psicóloga da resposta social Centro Comunitário no âmbito do GAF. Assim, declarava que embora gostasse de passar mais tempo junto dos/as seniores era complicado. «Vou passando no CD sempre que posso, vendo como se encontram, dando uns miminhos, particularmente a quem sinto que de momento mais precisa. Vamos

conversando um bocadinho e eu noto que isso é muito importante para eles/as” (Nota de terreno, 4 de janeiro de 2016).

Indo de encontro à perspectiva explanada, julgo oportuno reforçar a importância das funções desempenhadas pelo corpo de funcionários/as junto dos/as seniores, até por considerar que nem sempre estes/as são devidamente valorizados/as. Por efeito de um regular e próximo acompanhamento diário, a disponibilidade dos/as funcionários/as para interagirem com o/a idoso/a em todas as circunstâncias, concede-lhes a oportunidade de se constituírem como portadores/as de um outro conhecimento sobre o grupo, essencial para o trabalho a desenvolver. Mas, para isso, é necessário potenciar relacionamentos marcados por uma disponibilidade mais ampla e por um outro cuidado na convivência gerada, valorizando as interações e relações a construir e reforçar.

Para além dos condicionalismos percebidos, outro ponto a abordar tem a ver com a procura do Centro por um número cada vez maior de idosos/as que apresenta dificuldades várias, sobretudo ao nível das condições de saúde. Embora seja reconhecido pela Diretora Técnica que uma instituição como o CCSC é destinada essencialmente a pessoas parcial ou totalmente autónomas, de igual modo admite-se que a condição cada vez mais diversa que caracteriza este público não permite, salvo casos em estado eminentemente agravado, uma seleção tão minuciosa, até porque um decréscimo no número de seniores representa, de forma correlativa, uma redução nos acordos de cooperação com o ISS., acordos esses fulcrais para a gestão institucional:

“estava à conversa com a minha supervisora sobre o regulamento interno do CD, quando esta referiu que um tipo de resposta social como o CD do CCSC era destinado essencialmente a pessoas com um considerável ou total grau de autonomia. Contudo, disse-me também que, hoje em dia, dados os múltiplos estados que caracterizam a população idosa (demências, diversas doenças) tem de existir uma gestão muito equilibrada na admissão dos/as idosos/as, caso contrário, ao consentirem apenas a entrada dos/as mais autónomos/as correm o risco de ficar, reforçadamente, com menos recursos disponíveis, uma vez que os acordos de cooperação com a Segurança Social reduzem” (Nota de terreno, 8 de fevereiro de 2016).

Neste cenário, embora, de momento, o CCSC conte com um determinado perfil profissional correspondente, na sua maioria, a um determinado perfil de idosos/as, começa a notar-se que a sua composição é manifestamente insuficiente para que a

instituição possa prestar o melhor cuidado possível à diversidade de idosos/as e suas múltiplas necessidades.

“«à semelhança de outras situações, se nós temos um determinado perfil profissional para um determinado perfil de idosos/as e se diariamente nos deparamos com necessidades cada vez mais diversas, necessitamos de um quadro de pessoal não somente reforçado como também mais qualificado a esse nível. Na verdade, como já temos alguns/as idosos/as em estado mais debilitado o que tentamos fazer passa por sensibilizar as famílias para a problemática em questão e encetar processos de negociação com estas quanto à procura e transferência para uma resposta social mais adequada ao perfil do/a utente. Mas nem sempre é assim tão fácil, existem sempre entraves, são processos morosos»” (Nota de terreno 8 de fevereiro de 2016).

Com efeito, a atual permanência no CCSC de alguns idosos/as que inspiram mais cuidados, em termos de dependências totais e processos de demência, bem como um grupo etário bastante dispar na sua composição (cf. Capítulo III, ponto 3.2.2), torna necessário o reforço do número e da diversidade dos/as profissionais.

Igualmente relevante nas condições do exercício profissional neste tipo de equipamentos de resposta social, são as representações que os/as profissionais possuem acerca dos/as idosos/as e do que é trabalhar com estes/as. Tendencialmente, estas conceções são marcadas por imagens pré existentes e, em grande medida, estereotipadas, traduzindo a ideologia dominante societária (cf. Capítulo I, ponto 1.3). Se bem que não sendo o mais constrangedor no caso da instituição de estágio, excetuando algumas situações pontuais, torna-se importante uma tal alusão, posto que, às vezes, os/as profissionais deixam-se guiar por conceções previamente definidas, já cristalizadas e enraizadas como naturais, acabando por desacreditar das reais capacidades e possibilidades dos/as idosos/as. Algumas destas representações estiveram presentes em atividades socioculturais, bem como em situações que envolveram o auxílio no cumprimento das suas necessidades primárias:

“enquanto estávamos envoltos/as nos fatos para o Carnaval, o senhor F. perguntou se era preciso desenhar moldes, pelo que lhe foi dito que se calhar era melhor ele recortar, já que era uma tarefa mais fácil. Também neste momento ouviu-se um/a dos/as funcionários/as dizer que tinha de ir higienizar a dona MARC. já que esta tinha chamado a pedir ajuda porque se tinha sujado. Uma situação que potenciou comentários como: «bem se diz e é verdade, de velhos voltamos a meninos», reiterou uma funcionária” (Nota de terreno, 3 de fevereiro de 2016).

É neste contexto que melhor podemos enquadrar e compreender como se torna estruturante o pensamento de García (1998:268), ao afirmar que, a prática profissional com idosos/as, “não apenas implica uma mudança de acções, mas, fundamentalmente, uma mudança de mentalidades”.

#### **4.5 Dinâmicas relacionais presentes no Centro de Dia: particularidades que caracterizam as relações entre idosos/as e demais profissionais**

Segundo Palmeirão & Menezes (2009:24), “as relações humanas inscrevem-se numa imbricada teia de redes sociais”, pelo que as relações interpessoais não assumem um carácter estático, funcionando como um veículo no processo de construção, formação e transformação do indivíduo. Este pressuposto é oportuno transportar para a dinâmica diária do CD da instituição de estágio, visto anunciar-se a existência de relações amistosas, cúmplices, cordiais, de divertimento, mas também conflituosas entre os/as diversos/as intervenientes.

No tocante às relações estabelecidas entre o grupo de idosos/as, o fator cordialidade é aquele que, porventura, para a maioria destes/as, se toma mais em consideração, no sentido de evitar colidir com algum/a colega:

“«eu gosto de me dar bem com toda a gente. Estou certa de que ninguém tem razões de queixa de mim. Posso ver coisas de que não gosto, mas não armo confusão por causa disso. Converso com todos os/as meus/minhas colegas e, por vezes, até tento chamá-los/as à razão, mas nunca existe confusão comigo», proferia a dona TS. para a dona IR. que também partilhava do seu parecer” (Nota de terreno, 2 de dezembro de 2015).

Do mesmo modo, também os sentimentos de preocupação, de carinho e afeto se distinguem particularmente em momentos de maior desânimo, ora provocados por problemas de saúde, ora por momentos de melancolia, bem como por lembranças pesadas:

“á medida que os/as idosos/as foram chegando ao verem que o senhor JF. estava de regresso ao CD dirigiam-se a este. Diversos/as foram os/as colegas que em gestos simultâneos de contentamento, preocupação e carinho, o questionaram acerca do seu estado de saúde. Momentos que acabaram por proporcionar outras interações neste seio, pois também a dona RR. conversava com a dona LU. dizendo que muito folgava em saber que esta, apesar dos seus problemas, se preocupava consigo. «Obrigada pelo gesto», proferia a dona RR” (Nota de terreno, 31 de março de 2016).

“ «está muito pensativa dona MPC.», disse-lhe a dona H., ao que a idosa lhe respondeu: «a gente põe-se para aqui a pensar na vida e com esta idade ... Quem me dera ser jovem. A vida era difícil mas o ânimo era outro...». Ao ouvi-la, a dona H. recomfortou-a com algumas palavras de carinho. Com um beijo e acariciando-lhe as mãos disse-lhe que apesar de a compreender esta tinha sempre de erguer a cabeça enquanto cá está, ao que a idosa sorriu de forma ternurenta” (Nota de terreno 15 de janeiro de 2016).

Enquadrados nesta lógica situam-se também as relações estabelecidas entre o quadro de profissionais e o público sénior, reiterando o parecer de Jacob (2013:27) que “de facto, só quem trabalha todos os dias no terreno com idosos, se apercebe que ao animador (e aos funcionários e técnicos) lhes é exigido (pelos próprios idosos) muito mais que atividades”. O percurso vivenciado e experienciado tornou visível o facto de todos estes atores sociais desempenharem um papel muito próximo dos/as idosos/as, vendo a emergência de formas de relação marcadas, reciprocamente, pela predisposição para momentos de diversão, brincadeira, atenção e afeto. Desta interação reforçam-se o exercício de papéis, como o de confidente, conselheiro/a e amigo/a (Jacob, 2013). Expressão desta análise constituem-se como exemplos, entre diversos outros, os discursos citados:

“a Dr.<sup>a</sup> A. ao reparar que a dona RG. se encontrava cabisbaixa sentou-se à sua beira, perguntando o que se passava consigo. A idosa confidenciava à técnica achar que cada vez mais dava trabalho ao seu filho. Ao ouvi-la a Dr.<sup>a</sup> dizia-lhe não ter motivo algum para estar naquele estado, pois tanto ela como a dona RG. sabem o quanto o seu filho gosta e se preocupa consigo. Acrescentava que hoje era apenas um dia mau e que os pensamentos e sentimentos que estava a ter era porque estava mais sensível, não tendo nada que ver com a realidade” (Nota de terreno 9 de novembro de 2015).

“enquanto se trabalhavam nos preparativos para a decoração da primavera, a técnica colocou música. Nesse momento incentivaram-se os/as idosos/as a dançar, pelo que a dona G. proferiu: «eu hoje não estou muito bem, mas vamos a isso». Interpretando as suas palavras, de imediato as profissionais puxaram pela idosa e começaram a dançar com esta, gerando-se um agradável momento de diversão entre todos/as. No fim da música a técnica e a funcionária disseram à idosa que sempre que precisasse conversar podia chamar por eles/as, pois estão sempre disponíveis para conversas, desabafos, esclarecimentos, para todos/as” (Nota de terreno, 14 de janeiro de 2016).

“ao caminhar um pouco pelo espaço do CD, o senhor A. e a dona OL. esboçaram um sorriso para as funcionárias que conversavam com a técnica. Feita uma pausa na conversa,

através de um abraço concedido a ambos os seniores, questionaram-nos se estava tudo em ordem, pelo que estes responderam de forma afirmativa, interpelando-as, de forma mútua, no mesmo sentido” (Nota de terreno, 31 de março de 2016).

Cientes de que este género de relacionamentos potenciam um ótimo ambiente, é de salvaguardar que as dinâmicas relacionais não se vêm arredadas de discórdias e situações conflituais que podem colocar em causa uma sã convivência entre todos/as, reflexo da instabilidade e conflitualidade que marca o campo das relações humanas. E, neste caso, a questão da institucionalização total é, também, relevante. De facto, não podemos esquecer que um processo de institucionalização, porque decorrente do abandono das suas residências, mesmo que apenas durante o dia, pode resultar em mudanças abruptas para os/as idosos/as, já que ao instituírem-se e legitimarem-se um conjunto dissemelhante de normas de conduta, quebrando-se hábitos e rotinas de há muito adquiridos, a emergência do conflito é altamente propícia.

Neste âmbito, foi possível identificar a emergência de uma diversidade de conflitos entre os diferentes atores presentes na atividade quotidiana do CD, sendo necessário, tendo em conta a multiplicidade de utentes que se cruzam e convivem num mesmo espaço, ser sensível às distintas personalidades em interação e às singularidades que formam a identidade de cada um/a. Conquanto estas formas de agir, a verdade é que os certos fatores estiveram na origem de alguns conflitos recorrentes:

“mais uma vez o tom das vozes da dona MM. e das idosas RS. e LB. elevava-se. Discutiam novamente sobre a religião e a troça que umas fazem das outras. A dona MM. irritava-se dizendo que já estava farta de todos os dias ser sempre a mesma conversa, pois alegava que as suas colegas estavam sempre a inventar calúnias sobre si, como sejam de dormir durante a oração do terço, não saber rezar, estarem sempre a falar e a troçar de si nas suas costas. Ao ouvir a dona MM. as suas colegas, imitando-a, diziam para ela estar calada, o que a fazia exaltar ainda mais” (Nota de terreno, 14 de dezembro de 2015).

Uma outra fonte de conflito, e pertinente pela análise que suscita, é a questão da ocupação diária dos lugares pelos/as idosos/as e, por isso, de quem com eles/as partilha o espaço envolvente. Em todo o caso, os diferendos sistemáticos respeitantes à ocupação de um lugar que “lhes pertence” conduziam a um exaltar dos ânimos entre o grupo:

“a dona RI. ao chegar ao lugar onde habitualmente se senta deparou-se com um cavalheiro lá acomodado. Pediu-lhe por favor que saísse para se sentar, pois afirmou que aquele era o seu lugar. Apesar de chamar a atenção o idoso, este não demonstrou qualquer interesse



no que lhe dizia, pelo que a idosa proferiu: «então nunca veio para aqui e agora está sempre aqui, o que é demais enoja». Foi com esta deixa que foi procurar um outro sítio para se instalar. Ao ouvir a discussão a dona OL, proferiu, como que em jeito de confirmação: «é sempre discussão por causa dos lugares, na verdade cada um de nós gosta de ter o seu cantinho, não é?» (Nota de terreno, 8 de janeiro de 2016).

Na realidade, esta perspetiva sobre a emergência do conflito pode ser interpretada dualmente, visto constituir-se, também, como uma forma de afirmação de autonomia pessoal, no sentido de expressar um certo controlo sobre as suas vidas, donde se infere a importância que passam a atribuir a “pequenos detalhes” que, a partir de então, adquirem uma outra simbologia. Com efeito, este entendimento encontra ainda expressão nalgumas relações hostis observadas entre os gerontes e os/as profissionais:

“o casal GM. e AC. tinha ido visitar a feirinha da «Boutique das Vaidades» que decorre no espaço interior do Centro, no lado oposto ao espaço do CD. Quando uma das funcionárias se apercebeu que estes se tinham ausentado sem avisar, disse que quando chegassem iam levar uma reprimenda. Quando abordados pela funcionária o casal alegou apenas ter ido à feirinha que é dentro do Centro, referia nem sequer se ter ausentado para o espaço exterior. Acrescentava ainda não compreender qual a necessidade de estarem sempre a justificar-se quando na realidade são perfeitamente autónomos (Nota de terreno, 3 de fevereiro de 2016).

“a dona LC. proferia: «eu até não me importava nada de ajudar aqui os/as meus/minhas colegas que têm mais dificuldades, em pequenas coisas que fossem. Até me fazia bem e sentia-me útil. Eu ainda faço as minhas coisinhas em casa, faço o comerzinho, tomo conta dos meus netos, então porque razão não devo ajudar? Mas nós aqui não podemos fazer nada sem autorização»” (Nota de terreno, 27 de abril de 2016).

Em face das relações de poder, percebe-se essencial uma problematização e interpretação quanto à legitimidade, sentido e significados das normas impostas. Se, por um lado, o seu cumprimento é essencial, visto servirem “para nos entendermos, para comunicarmos” (Baptista, 2005:46), por outro, uma tal perspetiva é demasiado simplista, requerendo ser objeto de uma interpelação ética, ou seja, de uma contextualização e reconfiguração, tendo em conta a versatilidade de públicos em causa. É de notar, no entanto, que a equipa de profissionais sempre prestou a sua melhor atenção a todos os problemas surgidos, por forma a zelar pela ótima integração e interações produzidas no contexto. Na tentativa de dissuadir as situações conflituais patentes, acionavam-se alguns mecanismos, os quais passaram, especialmente, pela modificação da disposição de

alguns/as idosos/as no espaço, por elucidações referentes a uma marcação dos lugares apenas aquando ocupados desde o início do dia pelo/a mesmo/a idoso/a, assim como a conversas fundamentadas na importância de um respeito comum vital a uma convivência salutar.

Não desvalorizando as práticas mobilizadas, é igualmente importante considerar outras contribuições em termos dos modos de conceitualizar e agir perante o conflito, assumindo que “para uma prática responsável a capacidade reflexiva deve acompanhar as ações” (Vecchi & Greco, 1999:244-245). Neste sentido, afigurou-se essencial a tentativa de demonstrar o potencial inerente ao conflito, observando-o, assim, enquanto fonte de desenvolvimento. O pluralismo e a diversidade de ideais advindos das situações conflituantes favoreceram uma tal capacidade, reforçando a relevância de encarar e transformar os conflitos em momentos de aprendizagem e oportunidades de crescimento pessoal. De facto, de acordo com Torremorell (2008:21-22), existe uma tentativa de transformação dos conflitos voltada para a necessidade de fortificar “os participantes e gerando aprendizagem. Baseia-se numa visão (...) construtiva das oportunidades (...) esperançada em relação às capacidades dos seres humanos para liderar responsavelmente a sua existência”:

“prestes a despoletar uma nova situação conflituosa, já habitual, entre uma idosa e outra colega, uma delas dirigiu-se a mim e declarou: «sabe menina, eu agora procuro não me chatear muito. Enerva-me porque não têm nada que estar a cochichar sobre mim, mas eu já passei por tanta coisa na vida que acho que tenho de ser superior a isto» (Nota de terreno, 24 de março de 2016).

Esta centração nos modos de relação institucionais permite compreender o dinamismo que caracteriza “o universo complexo das relações humanas e da interação social” (Friedberg, 1995, cit in Cunha, 2001:10) e, deste modo, a relevância concedida a um “agir comunicacional” (Bonafé-Schmitt, 2006:32), onde se “aprende a dialogar, a conviver, a aceitar e a valorar as diferenças” (García, 1998, cit in Trilla, 1998:272). Assim se eleva um processo de compreensão mútua entre os/as participantes suscetível de alargar o potencial humano conferindo, portanto, contornos mais construtivos aos relacionamentos criados.

#### **4.6 Criar novas oportunidades: do sentido e significado de outros rumos de ação num percurso e intervenção co construídos**

A sistemática abertura institucional, além de me conceder um conhecimento abrangente e detalhado acerca das suas formas de organização e gestão, favoreceu o erigir de uma intervenção com o grupo de idosos/as, sobremodo distinta das modalidades prosseguidas pelo Centro. Não posso deixar de registrar que a minha situação de estagiária, porquanto situada à margem de uma multiplicidade de compromissos a assegurar e constrangimentos verificados, facilitou em muito o percorrer deste caminho. Desta maneira, a dinâmica de ação seguida procurou apoiar-se no princípio de Garcia (1980, cit in Lopes, 2008:143) ao postular que “a animação é uma maneira de olhar, de ver as coisas, de estar atento, de tentar trabalhar, muito mais do que uma finalidade. (...) É um processo gradual no qual não posso determinar o princípio, o meio e o fim, é um processo com diversos tipos de acções (...)».

Da perspetiva supramencionada adivinha-se a mais valia de um trabalho munido de propósitos, intencionalidades, transpondo uma lógica meramente instrumental de ação, em que se percecione a simples execução de atividades pré concebidas, fixas e isoladas. Deste modo, foi para mim perceptível que o caminho a trilhar não deveria obedecer a uma lógica de animação como “produto a ser consumido”, mas sim implicar o desenvolvimento de um processo de animação co construído, capaz de privilegiar os pareceres, considerações, desejos e vontades dos sujeitos de intervenção, assim como o estreitamento dos laços entre estes/as e o/a profissional. Estas perspetivas corporizam uma conceção de animação participativa e formativa, posto enaltecer-se “um processo de aprendizagem mútua através da prática, durante o qual se verifica uma espécie de vaivém entre a acção e a análise crítica” (Almeida et al., 1996:123).

Apesar dos ideais proclamados, desenvolver um projeto com essas caraterísticas, demonstrou, inicialmente, constituir-se uma tarefa exigente. No entanto, a vontade de mudança do curso da ação, aliada à persistência, afiguraram-se como condições indispensáveis na conquista de tais conhecimentos. É, portanto, de enfatizar que, nas interações contínuas com os/as idosos/as, pugnei por contrariar conceções negativas, socialmente construídas, sobre a pessoa idosa, reconhecendo-lhes, contrariamente, diversas capacidades e potencialidades, persistindo em interpelações constantes sobre o que gostavam e lhes interessava, já que é primordial direccionar modos de atuação em conformidade com os reais interesses da pessoa. A realidade é que o seguimento destes

princípios notou ser proficiente já que me permitiu descobrir os alicerces significativos à condução da intervenção, através de um entendimento de algumas das predileções do grupo. Destas, posso afirmar que sobressai a ênfase no desenvolvimento de atividades capazes de “fazer renascer gostos e desejos dando a cada um a ocasião de se redescobrir” (Jacob, 2013: 26),

Em continuidade, viabilizou-se o desenvolvimento de um trabalho no domínio da recuperação de memórias dos/as idosos/as, em que, por intermédio do recurso a narrativas biográficas, como metodologia de intervenção, consentiu-se um (re) pensar, (re) valorizar e até, diria, um (re) viver de histórias, estórias, experiências, épocas, de vidas repletas. Nesta intervenção, subscrevendo Correa & Justo (2010:251),

“é assim que tomamos o trabalho com a memória de idosos. Mais do que um devaneio fútil ou uma tentativa de preencher o tempo ocioso, recordar é dar corda de novo nas engrenagens da história. «Na maior parte das vezes, lembrar é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho» ”.

Daqui se conclui a importância de superar a ideia de que “as narrativas e as memórias dos idosos são algo obsoleto e ultrapassado, pois o mais relevante é o que está acontecendo e não o que já aconteceu” (Ottoni et al., 2011:93). Acompanhando este raciocínio, são de referir os vários trabalhos desenvolvidos com os/as seniores. Salienta-se, assim, um trabalho baseado na recolha de narrativas sobre os usos e costumes natalícios, ora por referência a tempos idos, ora por menção, e até mesmo por comparação, ao presente. Neste âmbito, é igualmente de destacar a recolha de múltiplas narrativas de idosos/as que nos dão conta da diversidade de áreas de trabalho e/ou profissões por estes/as desempenhadas e, portanto, do especial enredo que caracteriza cada uma das histórias de vida contadas. Em vista disso, adiante-se que “o olhar biográfico nunca conduz apenas a uma simples descrição das realidades vividas e narradas pelos humanos. É sempre também um exercício reflexivo daquele que biografiza sobre si próprio” (Lechner, 2009:6). Por fim, mas não menos importante, ainda que não enquadrando uma perspetiva de trabalho em torno do saber produzido pelas narrativas biográficas, destaca-se a pertinência de uma iniciativa em volta da visualização de filmes que assinalam determinados tempos e épocas de que fizeram parte e que, neste sentido, deixaram marcas nas suas vidas. Ante este elencar, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido em torno da quadra natalícia, assim como em redor dos percursos dos/as

idosos/as ao nível dos trabalhos e/ou profissões desempenhadas, sublinhe-se que, pelo facto de se terem inscrito no âmbito de um trabalho focado em narrativas biográficas, estes serão contemplados para análise no próximo capítulo.

De acrescentar ainda que, de entre as diferentes iniciativas levadas a cabo, no âmbito do estágio, destaca-se a realização de algumas tertúlias. Na realidade, acima de tudo, foi importante mostrar aos/às idosos/as a possibilidade de ocupar o seu tempo com atividades relevantes e pertinentes para si, partilhando do argumento de Araújo (2009:26), ao asseverar que “este tempo será o tempo em que escolhermos fazer ou não fazer o que queremos, e não aquilo que os outros nos impõem ou sugerem”. Embora consciente deste ideal, se por um lado procurei sempre demonstrar ao grupo o quão importantes eram os seus contributos para o enriquecimento do trabalho praticado, por outro pretendi deixar claro que este não era de natureza obrigatória. Ainda que considerado um trabalho que refletisse as preferências e interesses dos/as idosos/as, a verdade é que existiu sempre um grupo significativo que não participou nas atividades, sendo que as razões para tal podem ser de natureza diversa, designadamente o desinteresse ou ausência de vontade face aos trabalhos sugeridos, o que vem subscrever a tese de Jacob (2013) ao argumentar a relevância de num mesmo espaço coexistirem múltiplas atividades que satisfaçam as aspirações de todos/as os/as atores.

Para conduzir a bom porto o trabalho que se veio a desenvolver, foi necessário “perder tempo” com os/as idosos a fim de os/as auscultar, para que pudesse compreender a sua receptividade e feedbacks em relação a cada uma das propostas. Apesar das iniciativas referidas terem contado com sugestões minhas, é necessário salvaguardar que todas elas estiveram na base de interesses evidenciados pelos/as seniores. Retomando a abordagem direccionada aos/às idosos/as, após abordado e questionado o grupo, foi de imediato perceptível o interesse em participar daqueles/as que se constituíram, de certo modo, nos/as impulsionadores/as dos trabalhos levados a cabo, mas também de outros/as que decidiram favoravelmente sobre a sua participação. Com estes/as foi acordado que o tempo dedicado seria flexível e, portanto, reajustado sempre que necessário, por forma a responder e respeitar ao máximo quer as suas características (questões de saúde, estados de espírito, desejos e vontades), quer as necessidades sentidas da parte da instituição, evitando perturbar o seu normal funcionamento.

#### **4.6.1 “*Ainda o cinema era a preto e branco, estes filmes são os melhores, têm a ver com os nossos tempos e vidas*”: com relação a uma cinematografia de outros tempos**

Na sequência de uma atividade realizada numa das sessões do programa de estimulação cognitiva, tive oportunidade de me aperceber que alguns dos membros que integravam o programa dedicavam-se, espontânea e genuinamente, a relembrar determinadas personagens cinematográficas daqueles que tinham sido alguns dos filmes que assinalaram os seus anos, quando mais jovens. Ao recordar-se o facto de, na instituição, já terem assistido a algumas películas dessa natureza, o que agora não acontecia, engrandecia-se o seu valor. Este pareceu-me pois o momento oportuno para equacionar a possibilidade de dar continuidade a este trabalho, já que a satisfação e o significado atribuídos assim o pareciam demandar:

“após ter conversado com a minha supervisora local e com a técnica responsável pela dinamização das atividades socioculturais e de obter um parecer positivo quanto a esta sugestão e, logo, o seu aval, (embora sujeita a confirmação junto da técnica de animação quanto ao melhor tempo para o fazer, de forma a interferir o menos possível nas atividades já planeadas) na presença do grupo de idosos/as decidi abordá-los/as quanto à proposta de poderem passar alguns filmes mais antigos que eles/as gostassem de recordar” (Nota de terreno, 6 de janeiro de 2016).

Atendendo às minhas palavras, numa simultânea expressão de surpresa e contentamento, muito prontamente se escutou:

“ «a menina parece que adivinhou porque nós o outro dia estávamos mesmo a conversar sobre esse assunto, só não nos passou pela cabeça que fosse acontecer de novo. Como soube?», questionou-me a dona ACC. Esboçando um sorriso, disse-lhes que andava sempre atenta sobretudo ao que eles/as gostam, ao que a idosa proferiu que, no seu ver, para fazermos um bom trabalho temos de ser assim, afirmava: «dedicados/as e atentos/as a tudo o que se passa à nossa volta, a todos/as» ” (Nota de terreno, 6 de janeiro de 2016).

Reconhecendo a importância do ponto de vista partilhado pela sénior e a necessidade de ter em atenção a heterogeneidade que caracteriza o grupo, procurei compreender qual o interesse dos/as idosos/as face à sugestão da atividade em causa. Para além dos/as que já tinham manifestado esse interesse, entre a grande maioria logo se propiciou uma troca de ideias e o avançar de propostas quanto a filmes que podiam ser visualizados, o que transmitiu o entusiasmo e agrado sentidos:

“ «é uma ideia muito porreira, há tantos filmes bons desses aí», afirmava o senhor F., ao que a dona CN. assim como a dona ACC. acrescentavam: «São os melhores, com a Amália Rodrigues, a Beatriz Costa, o Vasco Santana, a Mirita Casimiro ...». Recordavam algumas personagens. Logo, diversos/as foram os/as seniores que se disponibilizaram para me ajudar na recolha dos filmes. Disseram poder trazer alguns dos que estavam a ser sugeridos: o Amor de Perdição, Pátio das Cantigas, a Menina da Rádio, Capas negras ... Outros/as idosos/as proferiam ainda: «que bom menina, eu costumo regularmente ver algumas dessas coisas mais antigas no programa RTP Memória», ao que a dona TS. aditava: «pois é, mas eu que já não saio de casa nem sequer tenho nada disso, agora vou poder ver e recordar esses tempos, por isso é que eu acho que é também uma boa ideia. Pode contar comigo» Disse-lhes que estava apenas à espera de acertar uns pormenores com a Dr.<sup>a</sup> A. e que após isso daríamos início” (Nota de terreno, 6 de janeiro de 2016).

Demonstrando uma grande motivação, desejo de colaborar e de participar no desenvolvimento deste trabalho, quase diariamente foram sendo apresentadas sugestões:

“logo que cheguei ao Centro pela manhã, uma das idosas, a dona CN. veio ter comigo. Cumprimentando-me apresentou-me uma lista de filmes, alguns dos quais já tinham sido sugeridos por si e por outros seus/suas colegas, mas também uma panóplia de outros diferentes para que pudéssemos ver. Disse que tinha andado a pesquisar na sua memória e nas coisas lá de casa e que se tinha recordado destes: a Aldeia da Roupa Branca, a Canção de Lisboa, Retalhos da vida de um médico, Maria papoila, As pupilas do senhor Reitor, João ratão. Ao ouvi-la conversar comigo imediatamente diversos colegas mostraram-se nostálgicos e para além de acrescentarem mais alguns filmes, a exemplo: o Grande Elias, Aniki Bóbó, e Cantiga da Rua, lembravam e comentavam entusiasmados alguns trechos de alguns deles” (Nota de terreno, 7 de janeiro de 2016).

Desta forma, e sublinhando as interações constantes do grupo comigo, eram frequentes os questionamentos relativos ao começo da atividade, acompanhada dos anseios sentidos:

“a dona ACC. chamou-me. Queria saber quando íamos começar a ver, como proferiu: «a Amália Rodrigues, a Beatriz Costa, o Vasco Santana ...» Também de momento outros/as idosos/as aproveitaram para me interpelar nesse sentido. Referi, como já lhes tinha dito, que estava apenas à espera de acertar uns pormenores com a Dr.<sup>a</sup> para que nada interferisse com os trabalhos já delineados. Apesar de dizerem compreender, logo se apressavam a sugerir que começássemos ainda esta semana. A dona ACC. estava preocupada porque após o lanche tinha fisioterapia e tinha de receio de não poder assistir,

pelo que lhe disse que certamente a atividade ia ser antes desse período” (Nota de terreno, 15 de janeiro de 2016).

“ «ó menina já sabe quando vamos ver o primeiro filme? Estou ansiosa, quero muito ver. Vai ser tão bom recordar esses tempos. Veja se podemos começar o quanto antes. Quanto mais depressa iniciarmos, mais filmes conseguimos ver. Eu estava a conversar há pouco com o senhor JC. e partilhamos da mesma opinião, que o melhor tempo para o fazermos será logo após o terço», proferia a dona TS.” (Nota de terreno, 18 de janeiro de 2016).

Como se pode atestar através dos discursos citados, acima de tudo, o que ressalta é a importância da execução da atividade com a maior brevidade possível, posto satisfazer as suas aspirações. No entanto, os dias e horas tiveram de ser definidos, sempre com a ressalva de um caráter flexível, quando conveniente, e tendo em conta outras atividades programadas:

“após terem sido reservadas as quartas e quintas feiras, após o terço, para a atividade os/as seniores perguntaram de imediato: «agora que já vamos começar qual é o primeiro filme? Podemos ainda ver esta semana?», questionava a dona IR. Escolhemos aleatoriamente: «A Canção de Lisboa», foi o primeiro deles. Começamos efetivamente esta semana, ao que o senhor JC. disse de imediatamente: «até que enfim que vamos começar» No discurso de outros/as idosos/as suas palavras viam-se aprovadas” (Nota de terreno, 20 de

Em virtude deste trabalho, a figura abaixo dá conta de algumas películas que os/as idosos/as sugeriram e que, dentro da margem de possibilidades existente, tiveram oportunidade de assistir<sup>9</sup>.

<i><b>Películas</b></i>
“A Canção de Lisboa”
“Capas Negras”
“O Pátio das Cantigas”
“Maria Papoila”
“A aldeia da Roupa Branca”
“A Menina da Rádio”
“As Pupilas do Senhor Reitor”

**Figura 3: Os filmes visualizados pelos/as idosos/as**

<sup>9</sup> Para conhecer a lista de todos os filmes cf. Apêndice V



Em cada uma das sessões realizadas, esta atividade traduziu-se em momentos de encorajamento, exultação, valorização e até de alguma nostalgia. Através do conteúdo artístico de cada película percebeu-se que as mensagens transmitidas, traduziam-se no reflexo de modos de vida de tempos passados, materializando anos que para os/as idosos/as são de glória. A identificação imediata e espontânea face a esta realidade fá-los recordar e quase (re) viver alguns desses anos, transportando-os/as para uma realidade que ultrapassa a distância temporal em questão. A importância conferida a esses tempos, dada a influência na construção das suas identidades, chega mesmo, de forma ineludível, a despoletar comparações face à atualidade, sobretudo por relação a marcantes diferenças. Conforme esta lógica enfatizam-se alguns discursos surgidos, ora em diversos momentos do dia a dia, ora durante as sessões de cinema e ainda após as mesmas, os quais são significativos do parecer favorável diante a iniciativa:

“ (...) diversas são as vezes em que os/as idosos/as, a modos que nostálgicos/as, conversam ora entre si, ora comigo, sobre os filmes que estão a ver. Proferem-se discursos como: «naquela altura ainda o cinema era a preto e branco mas estes filmes são os melhores porque têm a ver com os nossos tempos e vidas, era tudo tão diferente, o cinema retratava os modos de vida da altura. São coisas dos nossos tempos e das nossas vidas, por isso nós gostamos muito de voltar a recordar. E é também importante porque assim estamos a fazer coisas de que gostamos». Recordo a dona H. dizer que o que é antigo também tem muito valor e que por isso deve ser recordado a fim de se lho reconhecer” (Nota de terreno, 27 de janeiro de 2016).

“ao verem determinadas passagens do filme “Maria Papoila” projetavam-se trechos próximos, quais as personagens que iam contracenar, cantava-se a banda sonora do filme. Por vezes, entoavam risos perante determinadas passagens. Chamando-me proferiam: «está a ver menina como eram os comboios de antigamente? Hoje em dia é muita modernice lá com os TGV, havia também a obrigação de cumprir serviço militar para os rapazes se tornarem Homens, era diferente. Existiram muitos momentos que pela positiva marcaram aquilo que somos», proferia a dona LC.” (Nota de terreno, 24 de fevereiro de 2016).

“ «tive pena de não assistir ao filme todo», disse-me a dona FN. «Pensei que hoje não houvesse, estava tudo muito calado quando chegamos. Quando me apercebi que afinal estava a decorrer a sessão fiquei aborrecida. Comentava comigo que o filme da «Aldeia da Roupa Branca» era também muito bonito. Neste momento o senhor AN. A dona MI., e a dona MPC. integravam-se na conversa proferindo: «antigamente era assim que íamos

com a bacia à cabeça lavar para o rio. E aquelas roupinhas que usávamos, qualquer trapinho servia. Felizmente existem coisas que também mudaram para melhor. É bonito ver a evolução das coisas” (Nota de terreno, 2 de março de 2016).

De forma a complementar a análise neste campo, são de assinalar outros fatores como a sistematicidade de perguntas referentes à confirmação concernente da realização das sessões, assim como a insatisfação e até mesmo algum aborrecimento manifestados sempre que, por algum motivo, estas não se realizavam, o que realça o gosto do grupo pelo trabalho praticado:

“a dona RS. mal me viu perguntou-me: «hoje é dia de filme não é? Qual é que vamos ver?» Proferiu gostar de assistir ao “Pátio das Cantigas. Á medida que ia passando por outros/as idosos/as também estes/as me questionavam acerca do filme que íamos ver hoje. O Sr.º JC. referiu que gostava de ver o filme: «Capas Negras». Neste momento recordava algumas das passagens do filme, comentando-as comigo. Disse-lhe que alguns/as colegas tinham-me dito que gostavam de ver: «O Pátio das Cantigas», ao que me respondeu: «então faz-se um sorteio, assim é mais justo»” (Nota de terreno, 27 de janeiro de 2016).

“a dona ES. abordou-me. Procurou confirmar se realmente hoje não íamos ver nenhum filme por causa da sala polivalente estar ocupada. Confirmei. «Mas não podemos ver aqui no CD?», perguntou a dona AVE. Disse que no CD era complicado já que havia sempre muito barulho e nem todos/as queriam assistir. Apesar de compreenderem, os/as idosos/as não se mostraram muito agradados, ficando até aborrecidos: «que chatice, gostava tanto de assistir a outro filme, mas paciência fica para a próxima», declarou a dona OL.” (Nota de terreno, 3 de fevereiro de 2016).

Observando o rumo seguido é de salientar que as atividades realizadas, inclusive as que irão ainda ser discutidas no próximo capítulo, mostraram ser capazes de potenciar processos de desenvolvimento participativos da pessoa idosa, favorecendo a capacidade desta “se *auto-realizar mediante a acção*” (García, 1998:273), podendo assim “reforçar-se os níveis de auto-estima da pessoa quanto ao seu sentido de utilidade e à sua capacidade de acionar as suas potencialidades” (idem: 271), de se (re) descobrir de um modo incessante.

## Capítulo V

### **Trabalhar com narrativas biográficas em instituições da terceira idade: sentidos e significados de um trabalho desta natureza**

*“O saber produzido pelas narrativas biográficas fabrica pois tanto histórias como sujeitos e contextos; desenha perfis identitários e pertenças, mas também constrói subjectividades e reivindicações conscientes” (Lechner, 2009:6).*

## **Capítulo V – Trabalhar com narrativas biográficas em instituições da terceira idade: sentidos e significados de um trabalho desta natureza**

A intervenção construída com os/as idosos/as através da recolha de narrativas biográficas possibilitou o desenvolvimento de um projeto de animação socioeducativa mais específico, o que justifica o facto de dedicar um capítulo à sua apresentação e aprofundamento da reflexão. Deste modo, neste espaço abordar-se-á a importância das narrativas biográficas para a pessoa idosa, referindo-se e analisando-se as que foram recolhidas no Centro, no tocante à diversidade de usos, costumes e vivências natalícias, assim como as que expressam a multiplicidade, distinção e riqueza das experiências de trabalho e/ou profissões exercidas nos percursos realizados. Não obstante, devido a este último se ter constituído num trabalho de maior envergadura, o mesmo acaba por ser revelador de um potencial que nos facultará uma discussão um tanto dissemelhante. Quer-se dizer que, para além dos prioritários sentidos e significados para os atores sociais que dela participaram, pela análise das narrativas biográficas será viável uma perspetiva de análise que potencia a compreensão das condições de vida e de trabalho destes/as idosos/as, residentes no Concelho de Gondomar e zonas limítrofes, em determinados períodos históricos. Espera-se assim que, através dos dados obtidos, este trabalho seja revelador de algumas das suas potencialidades, nomeadamente para uma outra perspetiva sobre a História.

### **5.1 As narrativas biográficas: breve consideração sobre a importância da experiência narrativa para os/as idosos/as**

O recurso à abordagem biográfica, como metodologia de intervenção, tende a apresentar-se como fundamental na medida em que a produção de narrativas permite o conhecimento e a compreensão “das realidades humanas contextualizadas no tempo e no espaço [a partir] dos discursos de quem se narra” (Lechner, 2009:154). Reportamo-nos neste particular “ao mundo subjectivo dos idosos. Um mundo que envolve consciência, valores, intuição, emoções e acima de tudo histórias” (Vieira, 1999, & Vieira, 2003, cit in Cozinheiro & Vieira, 2007:154). Compreende-se, portanto, um mundo em que estes/as são “entendidos como tendo capacidades para serem autores e actores conscientes das suas próprias vidas” (Lechner, 2009:6). É pois neste sentido que se requer “aceitar e reconhecer a [sua] natureza evolutiva, instável e imprevisível” (idem:7).

Nesta sequência, aquando da recolha dos discursos biográficos dos/as idosos/as procurou-se ter presente o pressuposto de que “quanto menor for a intervenção (...), maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do informante emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas” (Guerra, 2006, cit in Cozinheiro & Vieira, 2007:158). Assim, em face do processo de intervenção efetivado, é decisivo entender que a disponibilidade e o interesse evidenciados, aliados ao respeito pela liberdade e pelo espaço do/a idoso/a biografado/a formam a simbiose perfeita, enquanto reflexo de um real sentimento de valorização e reconhecimento de si e, portanto, “dos saberes que foram construindo ao longo das suas vidas” (Medina, 2008:93). Neste contexto, é de enaltecer que a experiência narrativa dos/as idosos/as acaba por assumir contornos bastante significativos, posto que as suas histórias, as experiências vividas, não se perdem numa “linguagem discursiva” (Correa & Justo, 2010:254) que não encontra interlocutores. São antes lembradas, ressignificadas e contadas para aqueles/as que nelas estão interessados/as, como sejam para mim, conferindo-lhe verdadeiro valor e importância, jamais visando, por isso, o ato de narrar como o lembrar por lembrar. Conforme um tal modo de ação, de acordo com Ottoni et al., (2011:56), à pessoa idosa é-lhe permitido “um espaço para contar suas histórias, de forma a possibilitar, no reviver de lembranças e reminiscências, pensar sobre o vivido num processo que envolve passado, presente e novas perspectivas para o futuro”. Falamos de histórias que se relevam de “grande importância, constituindo um material de uma enorme riqueza histórica, social, cultural, política e humana” (Medina, 2008:69).

Em função do apresentado, é determinante reter que, através destas experiências, emerge o pressuposto de que “a identidade do idoso é um processo que se constrói e reconstrói ao longo do tempo, inserindo-se numa trajectória biográfica” (Cozinheiro & Vieira, 2007:151).

## **5.2 Trabalhos implementados a partir da recolha de relatos biográficos**

Nos próximos subcapítulos iremos dar conta do processo de recolha, explicitação e análise dos testemunhos recolhidos durante a intervenção, cuja concretização tornou possível a sistematização de um vasto e diverso conjunto de narrativas biográficas dos/as seniores. Todo o processo de recolha das narrativas biográficas dos idosos/as ficou, sem dúvida, marcado pela “riqueza humana dos seus testemunhos que, em muitos momentos,

nos permitem visualizar e sentir os acontecimentos, os episódios e memórias de que nos falam (Medina, 2008:92).

### **5.2.1 “Na noite de Natal acabávamos por estar ali todos á volta da mesa (...) convivíamos em família”: a respeito de várias experiências e vivências natalícias**

A recolha de testemunhos sobre vivências do Natal, teve o seu início a partir de uma conversa entre um grupo de idosos/as, a propósito da celebração do dia de S. Martinho e, por conseguinte, dos discursos que davam conta da próxima festividade a celebrar, o Natal. Conversavam sobre vários modos de festejo, com quem os partilhavam, sobre pratos e sobremesas típicas, observando-se diferenças e semelhanças, de um modo transversal, nos variados discursos e em cada um dos temas neles tratados. O efetivo interesse quanto a uma abordagem mais ampla viu-se reforçado nas palavras de uma idosa e de alguns/as seus/suas colegas que participavam da conversa:

“ «a verdade é que a conversa está muito boa, está mesmo, mas agora temos de ir encher a barriguinha. Temos de ir almoçar porque já está na hora e já estão a chamar. Mas depois podemos conversar mais, podemos contar as nossas coisas para a menina ficar a conhecer, se quiser claro», proferiu a dona CN [referiam-se a mim que de momento estava atenta e a participar da conversa]. «Claro que podemos, acho que só nos faz bem recordar estes momentos e partilhá-los, se a Susaninha quiser, como já viu, temos todo o gosto», disse a dona ES. Referi que o gosto seria todo meu (Nota de terreno, 11 de novembro de 2015).

Na prática, o facto é que, diariamente, as diversas e contínuas interações produzidas com os/as seniores, ao permitirem constatar a motivação e o gosto com que iam abordando a temática, anunciavam narrativas repletas de histórias, memórias, vivências, e de diversos elementos que, para cada um/a, eram assumidos como significativos e que, deste modo, lhes conferiam um sentido de valorização. Genericamente:

“os sorrisos, as paragens no discurso, por intermédio de solicitações de pausa, por forma a recordar da melhor forma que conseguissem determinadas situações, notavam o interesse e o brio com que abordavam o tema em foco. De igual modo, o tom expressivo com que se proferiam os discursos davam conta do mesmo” (Nota de terreno 4 de dezembro de 2015).

A recolha de algumas vivências, relatadas no decurso desta iniciativa, permitiu aos/as idosos/as dar a conhecer que, se em tempos idos a época natalícia era marcada por diferentes modos de relacionamento, sobretudo familiares, por distintos modos de acesso a bens alimentares e materiais, e por diversas formas de relação com a sociedade, a que atribuíam determinados sentidos e significados, hoje em dia, todos esses elementos parecem adquirir uma importância diferenciada. A partir de algumas marcas discursivas presentes nos testemunhos prestados pelos/as seniores, é possível relevar a perspetiva de que “por meio do discurso do idoso, podemos não só registrar suas experiências de vida, mas também marcar suas memórias na história e refletir seus valores, crenças e costumes de uma dada época” (Souza & Freitas, 2011, cit in Freitas, 2012:s/p):

“ nós estávamos á espera daquele dia e daquela hora, comíamos melhor e queríamos o menino jesus. Depois púnhamos todos os sapatinhos á espera de receber alguma coisa. Antes de irmos para a cama, por causa do pai natal, ainda comentávamos: «vamos ver se ouvimos alguma coisa», mas rapidamente alguns dos meus irmãos diziam: vamos mas é dormir e vemos amanhã de manhã. A minha mãe deitava lá qualquer coisa e a gente ficava toda contente. Recebíamos algo simbólico porque os meus pais não tinham grandes possibilidades» ” (Dona EV.)

“ «lembro-me que o meu pai fazia uma travessa grande. Ele comia de pé porque veio corcunda da Guerra, para si era mais confortável assim. Enchia a travessa toda e o meu irmão mais velho acompanhava com gosto o pai, já o mais novo era mais isolado. Na noite de natal acabávamos por estar ali todos á volta da mesa. Enquanto ali estávamos convivíamos em família» ” (Dona MC.).

“ «no Natal fazia tudo. No dia de Natal fazia as batatas com o bacalhau, a hortaliça e os ortos. No outro dia cozinhava os restos que sobravam do dia anterior. Chama-se o farrapo velho. Quando era eu, fazia rabanadas de vinho americano. Pegava numa caçarola e molhava as fatias do pão em vinho com muito açúcar, um bocadinho de limão e depois quando achasse que já estavam bem doces e escorridas fritava-as. Ainda hoje os meus filhos me dizem: «ó mãe as suas rabanadinhas são tão boas». Para nós a grande consoada do ano era o Natal. Era a melhorzinha» ” (Dona MM.).

“ «eu gostava muito quando era no tempo dos meus pais. O meu pai tinha um primo a viver connosco, ele sabia tocar harmónica. Por isso, nesse dia era uma alegria ainda maior. Ele tocava e nós cantávamos. Cantávamos também as janeiras com alguns vizinhos que se juntavam a nós. Eram outros tempos. Era melhor do que agora. O convívio familiar tinha mais valor, éramos mais unidos. Agora é só comércio» ” (Dona ES.).

Neste quadro importa destacar que, sobretudo porque a um pretérito pertencem, tais experiências não se devem ver privadas de expressão, como reconhecem os autores Correa & Justo (2010:254), reforçando a tendência para permanecerem guardadas “num museu peculiar”. Assim, segundo os mesmos autores, e de acordo com as experiências retratadas pelos/as seniores, é antes primordial valorizar e reconhecer que

“ao longo de nossa trajetória de vida, colecionamos diversas histórias, vivenciamos intensos momentos que guardamos como relíquias (...) essa arte de contar histórias, na realidade, é uma arte do encontro do que já passou com o que é atual, do encontro com a presença das ausências, (...) é o lugar das possibilidades de se produzir e transformar uma (s) realidade (s)” (idem:250)

Tendo em conta os contributos recolhidos e o material daí resultante, foram surgindo interpelações relativamente ao que era expectável fazer-se com eles. Apologista de modalidades de intervenção que possibilitem aos/às idosos/as assumirem-se enquanto parte efetivamente integrante de uma instituição, facilitando a sua constituição como participantes ativos e verdadeiros/as protagonistas do trabalho realizado, compreendeu-se que o caminho a prosseguir deveria ser percorrido conjuntamente. Assim, na perspetiva de um agir profissional, procurei dirigir a minha ação no sentido de ser capaz de favorecer nos/as participantes “o dinamismo, solicitando a participação (...) e ajudando a renovar a sua confiança e valorização” (Jacob, 2013:28). A ideia de partilha dos materiais de cada um/a surgiu, assim, como uma possibilidade entre o grupo. Registada e valorizada esta possibilidade, apenas ficou pendente a reflexão sobre o seu modo de implementação:

“disse-lhes que agora tínhamos de ir pensando na forma como podíamos partilhar o material, que o faríamos como para eles/as fizesse mais sentido, o que levou algumas idosas a comentarem, como que admiradas, que realmente íamos fazer mesmo tudo em conjunto. Respondi de forma assertiva, pelo que consideraram que: «está muito bem então menina, vamos conversando, não é assim?» (Nota de terreno, 4 de dezembro de 2015).

Ao longo deste percurso foi possível contar com uma participação cada vez mais interessada e assumida por parte de alguns idosos/as, transversal aos demais trabalhos, já que, no quotidiano, foram existindo abordagens e discussões mútuas quanto a eventuais formas de divulgação e organização das narrativas reunidas. Na realidade, como podemos inferir “o fato de se ter um espaço para que as histórias (...) e a memória cultural venham à tona é densamente rico e essencial” (Correa & Justo, 2010:255), proporcionando aos/às participantes o assumirem-se como interlocutores por meio de várias formas de



comunicação. Neste encadeamento, para cada um/a dos seniores, a própria devolução das narrativas que foram sendo produzidas e passadas a escrito, pareceu contribuir para o assumir de uma posição mais enérgica da sua parte, pois o deleite perante o acesso aos seus depoimentos culminou num robustecer da vontade quanto a um trabalho de partilha da pluralidade dos contributos:

“não consigo esconder a satisfação perante a recetividade tão positiva dos/as idosos/as face ao trabalho desenvolvido. A dona RO., a exemplo de outros/as colegas seus/suas, está regalada com o que me contou, afirma: «ficou tão lindo menina. Está mesmo muito bem. Dê cá um grande beijinho. Muito obrigada. Estou mesmo muito satisfeita e foi um gosto poder contar-lhe algumas das minhas coisas sobre o meu Natal» (Nota de terreno, 9 de dezembro de 2015).

“após ter sido ultrapassada a ideia inicial da construção de um vídeo com os testemunhos recolhidos, já que por questões de ordem burocrática tal não se concretizou, procuramos outra solução. Facto é que a referência à partilha, independentemente da sua forma, enaltecia a importância da atividade. Foi então que procurei saber o que achavam da possibilidade de construirmos uma exposição no CD com cada um dos testemunhos e respetivas fotografias de cada idoso/a. Logo se mostraram bastante entusiasmados, sobretudo com a possibilidade de verem a sua fotografia acompanhada do que contaram. As donas CN. e EV. referiam: «vamos ver-nos em grande plano? Todos? Eu acho uma ideia muito boa porque assim conseguimos na mesma fazer aquilo que todos/as queríamos, partilhar as coisas uns dos outros/as». A dona EV. acrescentava: «e se for preciso, para quem não sabe ler, nós lemos e a Susaninha também. É que estão umas coisas tão bem escritas e tão bonitas que não me canso de ler. Ao lerem os nossos pode ser que mais alguém esteja interessado em falar consigo, até sobre outras coisas» (Nota de terreno, 10 de dezembro de 2015).

A exposição dos testemunhos no espaço do Centro foi, sobretudo, um tempo de reconhecimento das vivências de cada um/a, de valorização “ [d] o seu discurso, [d] o que pensa, sente, quais seus valores e representações” (Freitas, 2012:s/p). Ao (re) lerem alguns depoimentos, os/as idosos/as foram-se deparando com uma partilha a que era conferido valor, especialmente em virtude do interesse e do prazer pelo conhecimento de experiências e determinados agires mais ímpares, específicos de uma mesma quadra. Como tal, ilustram-se e recordam-se certos extratos de contributos que entendi merecerem particular atenção dos/as intervenientes:

“ «eu trabalhei muito pelo Natal quando os meus filhos eram mais pequenos. Passava o Natal como Deus queria. Eu trabalhava para fora em bordados e a gente estava a trabalhar até tardíssimo. Era como calhava. Tinha de cumprir os meus compromissos. Andei assim uns anos. Na altura os meus filhos queriam tudo, mas não ajudavam em nada. Então eu fazia a árvore de Natal, estrelas e outros adereços para colocar na árvore. Eles adoravam tudo isso. E também fazia o presépio. Apesar de tudo era uma quadra agradável, dávamos valor à família, estávamos uns com os outros, unidos, a conviver, agora é sobretudo uns para cada lado» ” (Dona RG.).

“ «uma vez surgiu uma situação engraçada. Nós tínhamos um cão e a minha madrastra deixava o meu irmão levar para o quarto umas sopinhas de vinho, quando ele quisesse comia. No entanto, nesse dia o meu irmão saiu do quarto e esqueceu-se de fechar a porta. Quando se apercebeu o cão tinha comido as sopas todas. Coitadinho, quando nós fomos á procura dele vimos que estava no quinteiro deitadinho e meio bêbado. Não morreu, mas passou uma borracheira nesse dia. Tanto me rio ao lembrar as coisas daquela altura» ” (Dona MM.).

“ «hoje em dia passo o Natal com muita gente. É uma família grande. Passo com muitos amigos e amigas. No dia de Natal, nesta família onde estou, após jantarmos ficamos ali a tocar instrumentos, a conviver uns com os outros. Eu toco piano, outros ao meu lado tocam viola, harmónica e bombo» ” (Senhor AV.).

Nesta sequência, percebida a receptividade por parte de alguns/as idosos/as face ao trabalho em curso, por sugestão da minha supervisora local, acordou-se a realização de uma tertúlia em torno do tema para quem desejasse participar. A atividade contou, efetivamente, com uma receptividade bastante positiva por parte do grande grupo de seniores. Durante o seu decurso, diversos foram aqueles/as que, espontaneamente, abordaram as experiências já partilhadas, chegando mesmo a frisá-lo e, neste sentido, a dar conta de que “os relatos de vida são eles próprios lugares e momentos de experiência para quem se relata” (Lechner, 2009:6), até porque “ao contar e ao ser ouvido, o idoso socializa o conhecimento outrora vivido” podendo “as suas memórias enriquecer a experiência de vida” (Ottoni et al., 2011:59). Neste particular, é de ressaltar, ainda, o pedido para a disponibilização do documento que havia escrito com o seu testemunho, já que pretendiam levá-lo para casa e partilhá-lo com os seus familiares e amigos/as:

“ «eu gostava muito de lhe pedir um favor menina. Era se podia levar para casa o papel que escreveu sobre o que lhe contei, os meus filhos iam ficar todos contentes de verem o

meu testemunho. Então as minhas amigas do café nem se fala. Vão ficar admiradas comigo», proferiu a dona BP.” (Nota de terreno, 23 de dezembro de 2015).

De igual forma, em razão do modo como correu a iniciativa, outros/as idosos/as foram integrando a discussão, acabando por se encaminharem até mim com o propósito de exprimirem o seu interesse em participar de futuras atividades, o que é significativo do interesse e da importância que atribuem a processos de trabalho que emanem das suas próprias vivências:

“reparei que a dona IR. se dirigia a mim no final da tertúlia. Afirmou: «para a próxima também quero conversar consigo e ter assim uma coisa bonita, para os meus colegas me ficarem a conhecer melhor. Estava tão bonito que agora aqui nesta conversa [referia-se à tertúlia] fiquei com pena de não ter participado. Mas fica para a próxima!» (Nota de terreno, 23 de dezembro de 2015).

### **5.2.2 “A minha história dava um livro e dos grandes (...) comecei a trabalhar desde muito jovem”: trajetórias de vida no âmbito dos trabalhos e/ou profissões dos/as idosos/as**

As sucessivas abordagens diárias que enquadravam a temática das experiências de trabalho e/ou profissões que preencheram as trajetórias de vida de alguns/as idosos/as, articuladas com a consulta dos PI destes/as últimos/as, onde foi possível tomar conhecimento de algumas informações a este respeito, embora meramente instrumentais e, por isso, assaz limitadas quanto a um tema de uma densidade por certo tão rica, culminaram na identificação do potencial de um trabalho desta índole. Foi assim que me predispus a conversar com os/as seniores, procurando tornar claro o porquê de uma proposta neste sentido. Na realidade, o facto de estar já bastante inteirada sobre quais as suas motivações e certa da confiança que, no decurso do tempo, vieram a depositar em mim, fez-me crer que este não seria somente mais um trabalho, mas um que poderia ser muito gratificante para todos. Rapidamente este sentimento foi comprovado dada a receptividade de vários elementos:

“breves minutos após a minha sugestão, idosas como a dona EV., TS., RO., MM., e ES., exaltaram a importância da proposta efetuada, visto afirmarem que ao longo dos vários dias têm já conversado comigo sobre aquilo que foram os trabalhos pelos quais passaram em tempos. Igualmente outros/as seniores elogiaram a sugestão, referindo que eu podia

contar com o seu contributo quando quisesse. Acrescentaram ainda: «até vai ser bom porque vai ficar a conhecer como eram as vidas de antigamente, não sei se tem ideia mas não eram pera doce», disse a dona MPC, levando alguns/as dos/as colegas a concordarem consigo” (Nota de terreno, 7 de janeiro de 2016).

Foi desta maneira que se proporcionou a recolha de um leque vasto e diverso de narrativas dos/as idosos/as, as quais me permitiram ter acesso a histórias que enaltecem o incalculável património social, histórico e cultural de que são detentoras estas pessoas. É nesta medida, também, que importa salientar a importância dos relatos biográficos, já que, por intermédio destes, é intensificada a oportunidade de perceber como os/as idosos/as “se redescobrem, racionalizam experiências passadas, opções tomadas, etc., através da oportunidade de terem alguém que os ouve e os questiona a partir das suas próprias lógicas e contextos” (Vieira, 2003, cit in Caria, 2003:87).

Dia após dia, o processo de recolha de cada discurso, permitiu dar atenção a outros aspetos, como as posturas adotadas, as expressões dos/as idosos/as, os sorrisos, os silêncios (não ditos), as pausas emotivas, a expressão de sentimentos de valorização e reconhecimento, que foram conquistando espaço e encontrando oportunidade de, progressivamente, se evidenciarem. Na esteira de Ottoni et al., (2011:60), também neste processo se compreendeu que as falas destes/as idosos/as se constroem por meio de sentimentos e emoções, concretizando-se “na luta em contextualizar a própria existência com a consciência do presente”:

“ «a menina gosta destas coisas e é de louvar. Muita gente da sua idade não se interessa por ouvir estas coisas dos velhotes, mas olhe que aprendiam muito. Estes são tempos que para sempre nos deixam marcas. Eu acho que é uma grande lição de vida por causa de tudo o que passamos. Mas você até deve de estar admirada, era muito trabalho, não era? É muito gratificante ter assim alguém interessado e a quem possamos contar algumas das nossas coisas, que dê valor ao que nós passamos e vivemos», declarou a dona RF.” (Nota de terreno, 18 de janeiro de 2016).

“a dona OL. ao contar a sua história referia que tudo quanto tinha feito antigamente lhe tinha proporcionado muitas aprendizagens. Dizia que hoje em dia ao relembrar tempos idos já o faz com outro à vontade. Através do seu, como também de outros testemunhos que têm vindo a ser recolhidos, percebo que as duras condições de vida e de trabalho pelas quais passaram constituem hoje um referencial para encararem o passado de uma outra forma, assim como o próprio presente” (Nota de terreno, 29 de janeiro de 2016).

Neste entendimento, subscrevendo o autor supramencionado (idem:65), “os idosos e as idosas, ao contarem suas histórias, experienciam um repensar sobre o sentido da vida no presente, a partir do testemunho e da consciência do vivido no passado”. É pois neste âmbito que intervenções e desenvolvimento de projetos que tomem por referência tempos idos dos/as seniores, exigem quebrar com a ideia, comumente partilhada, de que “o idoso é um saudosista, vive das memórias de anos de sua juventude e sempre as evoca para confrontar o passado com os contornos do contemporâneo, muitas vezes valorizando o pretérito em detrimento do presente” (Correa & Justo, 2010:251). É esta visão que nos deve advertir para a necessidade de equacionar uma outra perspectiva, demonstrando que, trabalhar com memórias, não se trata de um simples ato de rememorar o passado, causador de melancolias e amarguras, mas antes de procurar, pela especificidade que o caracterizou, discutir e enaltecer a sua importância hoje, no presente, já que “o passado se produz não apenas como um antigo presente, mas enquanto algo que se constrói no próprio presente” (idem:252), sendo-lhe atribuído valor pelos/as intervenientes da ação. Ressalve-se que o valor atribuído pelos/as idosos/as se viu traduzido no trajeto continuamente trilhado, tendo sido notado por vários/as que expressaram a sua vontade em integrarem o trabalho em curso, sinal demonstrativo de quão significativo este era para si:

“se quiser depois também lhe posso contar”, proferia a dona OL. (Nota de terreno, 20 de janeiro de 2016);

“tu não te esqueças, também já disse que queria falar contigo, fala lá com quem tens a falar e depois falamos também os dois”, declarava o senhor F. (Nota de terreno, 3 de fevereiro de 2016);

“a menina já sabe, embora eu só venha da parte da tarde estou a contar consigo para lhe contar a minha história”, dizia-me a dona H. (Nota de terreno, 29 de fevereiro de 2016).

Em vista do que foi dito, é importante realçar que, por meio dos relatos dos/as seniores, da sua história e experiência, comprometidos com o presente e fazendo, a partir dele, valer o passado (Mairesse & Fonseca, 2002, cit in Correa & Justo, 2010), emergiram, naturalmente, como características das memórias trazidas, a valorização de si mesmos/as e o orgulho com o seu percurso de vida. Embora conscientes de que tais memórias espelham circunstâncias de vida árduas, entenda-se que são também estas que, pelas atitudes e garra notadas, nos demonstram que os sentimentos acima referidos estão presentes no modo como se narram e contam as formas de enfrentar e construir cada

caminhada, contrariando as representações de um sujeito idoso/a passadista. Estamos perante situações que, de uma forma transversal, se patenteiam nas narrativas de cada um/a dos/as idosos/as, através de distintos modos de expressão. Detenhamo-nos logo sobre alguns:

“eu costumo dizer (...) que a minha vida em termos destas questões é um romance (...) foi de facto uma vida ao serviço de muito trabalho” (Dona MRN.);

“orgulho-me de tudo quanto fiz, pois foram esses ensinamentos que me tornaram na Mulher que sou hoje: trabalhadora, corajosa e consciente das dificuldades da vida” (Dona IR.);

“ora bem, foi desde pequenina uma vida de muito trabalho, porém sempre fui muito feliz. São as contingências da vida que nos influenciam e nos fazem Homens e Mulheres” (Dona LC.);

“a minha história dava um livro (...) trabalhei tanto que hoje, por vezes, ao refletir nem sei como aguentei fazer tanta coisa” (Dona CN.);

“ (...) apesar da dureza dos trabalhos em que estive envolvido, nunca tive medo de trabalhar. Quando temos força de vontade tudo fica mais fácil” (Senhor AV.);

“a verdade é que não me arrependo de nada do que fiz e do que fui, pois foi através de todo este percurso que aprendi a dar valor à vida e ao quanto esta custa construir ” (Dona JO.).

De acordo com o desenrolar do projeto e tendo em conta a riqueza de conteúdo de cada uma das histórias narradas, como os excertos apresentados revelam, é possível apercebermo-nos da influência das trajetórias vividas na definição identitária dos/as idosos/as.

Tendo sempre presente a importância do trabalho se desenvolver numa relação estreita com os/as seniores, identicamente ao procedimento adotado com a recolha das narrativas sobre a época natalícia, considerou-se indispensável a sua devolução aos/às últimos/as, não somente pela consciência de que estes são o elemento principal no trabalho desenvolvido, reconhecendo-os enquanto sujeitos produtores “do seu conhecimento, conhecimento feito de saberes múltiplos” (Couceiro, 2002, cit in Malpique, 2002:156), como também pela importância sentida do ponto de vista da conquista de um outro espaço, de uma outra presença no seio familiar, assim como na sociedade em geral. Efetivamente, estas histórias precisam de ser reconhecidas,

valorizadas e tomadas como exemplos de coragem e determinação, dando relevância às inúmeras competências, capacidades, saberes e experiências do/a idoso/a, sendo capazes de contribuir para a promoção de uma imagem mais positiva da comunidade sobre os/as seniores, elevando, também, o seu bem estar e auto estima:

“ «eu sabia que não ia defraudar as minhas expetativas. Você da outra vez já escreveu uma coisa tão bonita. Agora aqui está mais uma digna história da minha vida. Até parece um livro» disse a dona EV. ao que a dona LC. ouvindo retorquiu: «olhe que eu também não tinha a percepção de que tinha assim uma história tão bonita, escrito desta forma realmente fica outra coisa. Apesar de tudo, é de sentir ainda mais orgulho. Será que posso pedir à menina para depois me dar o papel para levar para casa e mostrar aos meus filhos e netos? É para verem como nos devem estimar, passamos por muito e também sabemos muito, lá porque somos velhos não somos burros» ” (Nota de terreno, 24 de fevereiro de 2016).

“ao passar pela dona H. a idosa juntamente com a sua colega GC. chamou-me. Disse-me: «ó menina eu não sei se pode mas eu e a dona GC. queríamos muito levar para casa o papel que escreveu com as nossas histórias, para podermos mostrar aos/às nossos/as filhos/as, familiares e até a amigos/as. De certeza que todos/as vão ficar admirados/as, com o que contamos, ainda por cima tão bem escrito. Vão ainda dar mais valor aquilo pelo que passamos» ” (Nota de terreno, 7 de março de 2016).

Um aspeto que emerge como particularmente significativo de todo o processo, prende-se com a vontade manifestada por vários/as idosos/as de ficarem com uma cópia das suas narrativas para poderem mostrar à família, afirmando explicitamente a sua importância para um outro reconhecimento seu pelos familiares e amigos/as. A passagem a escrito dos seus testemunhos, permitindo o seu registo, a sua visualização e leitura, fez com que estes/as ganhassem uma outra dimensão, potenciando a atribuição de novos sentidos e significados ao percurso de vida de cada um/a.

A dimensão e os contornos dos testemunhos recolhidos, os momentos de contacto próximo que a sua recolha potenciou, contribuíram para intensificar sentimentos de auto-estima e potenciaram um crescente protagonismo dos/as seniores, que se foi manifestando de formas diversas:

“ao ver-me devolver o material a alguns/as dos seus/as colegas a dona RO. interpelou-me. Quis saber se este trabalho que estávamos a realizar ia ser para fazer como no Natal. De imediato referiu que tinha gostado imenso da exposição realizada, pelo que sugeria que o fizéssemos de novo, agora com uma outra temática. Alguns dos/as seus/as colegas

mostraram-se concordantes com a sugestão, afirmando que desta vez ainda podia ser mais interessante, uma vez que este tema é muito abrangente e, com certeza, em grande medida diverso de pessoa para pessoa” (Nota de terreno, 26 de fevereiro de 2016).

Perante este interesse manifestado pelos/as idosos/as, inevitável é o sentimento de contentamento que me foi preenchendo, posto que, ao longo do trajeto, sempre se procurou que estes/as fossem tidos/as como os/as principais autores da intervenção. Num processo de envolvimento crescente, a proposta lançada por alguns/as seniores de preparar uma nova exposição com as narrativas agora recolhidas, foi muito bem acolhida, destacando-se a vontade de partilhar e de conhecer diferentes percursos em redor da temática trabalhada:

“noto que os/as idosos/as conversavam entre si, procurando definir o que podemos fazer com o trabalho acerca das suas narrativas sobre as profissões e ou experiências de trabalho exercidas ao longo das suas vidas. A sugestão quanto à realização de uma exposição, de forma idêntica ao que acontecera na época do Natal, é dada e, por sinal, bem recebida por entre diversos/as colegas, uma vez afirmando a honra que têm em partilhar e conhecer vários percursos de vida dentro da temática. Aproveitando o momento também eu fiz uma sugestão. Procurei saber o que achavam da proposta de serem realizadas algumas tertúlias em torno da temática e em que a partir dos seus depoimentos fossem por si dinamizadas. Se por um lado vários foram os/as idosos/as que afirmaram ser uma ótima ideia, por outro outros/as apenas preferiram a exposição, visto não sentirem serem grandes oradores/as” (Nota de terreno, 29 de fevereiro de 2016).

Realçando a relevância da participação dos nossos/as interlocutores/as no trabalho concretizado, evocam-se outros relatos. A exemplo:

“ «ó cara linda então quando é que vamos falar sobre as nossas histórias?», questionava a dona EV. interpelando paralelamente outras colegas: «ó GC. tu também vens não vens? E tu OL.? Vamos lá todas/os falar sobre aquilo que passamos, vivemos e sentimos. Vai ser bom. Vamos conhecer melhor as experiências uns/as dos/as outros/as, quase todas duras, parece que estou a ver ..., mas também vamos ter a nossa exposição. Vamos a isso então menina» proferia entusiasmada a dona EV., esboçando um sorriso (Nota de terreno, 3 de março de 2016).

Em especial a partir do discurso anterior percebe-se que os momentos da exposição dos testemunhos dos/as idosos/as, assim como da realização das tertúlias, se tornaram em momentos muito significativos e gratificantes.



Ora, o interesse pelo conhecimento dos percursos de cada um/a potencia uma permuta de experiências comprovativas de que “por meio da história e da memória” (Thompson, 1992, cit in Nascimento & Rabêlo, 2008:337), os/as idosos/as compreendem as revoluções e mudanças pelas quais passam as suas vidas. Na verdade, o confronto com o exercício de uma multiplicidade de experiências profissionais, diversas ou análogas, exalta o cruzamento de trajetos marcados por duras condições de vida e de trabalho, às quais difícil e improvavelmente se conseguia escapar e que colocaram estas pessoas em face de “acontecimentos que produzem marcas para além do tempo” (Correa & Justo, 2010:250):

“já acomodados/as na sala, a dona LC. referiu: «bem, vamos lá partilhar algumas das nossas experiências acerca dos trabalhos que tivemos nas nossas vidas, eu posso começar?», questionou a idosa. Ao ouvirem o discurso da dona LC. os/as restantes colegas iam-se entrosando na conversa, articulando os seus percursos com o da sénior. A propósito, declarava a dona C.: «eu trabalhei tanto na lavoura que só Deus sabe, eram tempos de miséria ...». No final da tertúlia tecem-se comentários sobre o facto destes serem momentos que valem a pena. Proferem: «é bom falarmos assim uns/as com os/as outros/as sobre como eram as nossas vidas de antigamente. Ficamos a conhecer melhor as caminhadas de cada um/a e como realmente eram difíceis. Hoje em dia é tudo tão diferente, vivemos mais desafogados/as, os tempos mudam e tudo o resto também mas esses tempos não se esquecem, porque realmente era tudo muito duro, mas o que importa é que conseguimos ultrapassar e estamos cá hoje para contar a história», proferia a dona C. (Nota de terreno, 17 de março de 2016).

“ao longo dos dias tenho presenciado o confronto de vários/as idosos/as que se debruçam sobre a exposição de vários depoimentos. Hoje não é exceção. Reparo que além de mais uma vez lerem o seu muitos/as são os que se interessam pela leitura e conhecimento de outros. Nestes momentos proporcionam-se interações mútuas que ora levam os/as seniores a parabenizarem cada um/a pelo contributo prestado, sentindo o orgulho do reconhecimento que lhes é atribuído, ora os fazem tecer considerações sobre as suas vivências. Refere-se que estas experiências são dignas de um grande valor, pois davam conta das condições penosas que fizeram parte das suas vidas. Ouvem-se discursos tais como: «antigamente era assim, as vidas não eram fáceis, mas não tinha como ser de outra forma. Era o nosso remédio. A vida antes não era meiguinha» (Nota de terreno, 24 de março de 2016).

O sentir da efetiva importância do trabalho desenvolvido em torno das narrativas biográficas dos/as idosos/as do Centro, levou à consideração da possibilidade de construir

e deixar na instituição um arquivo com todos os trabalhos que, ao longo do percurso de estágio, foram realizados. A importância de o fazer tornou-se indiscutível quando, a dado momento, existiu o questionamento de uma idosa neste sentido. Era de facto uma medida a tomar em prol do reconhecimento e valor de que são merecedores todos/as estes/as idosos/as:

“ «depois estes trabalhos vão ficar aqui menina?», interpelou-me a dona CN. Respondi que tinha um sentido de oportunidade muito bom, já que era essa mesmo a intenção. Foi então que me disse ter conversado com alguns/as colegas que também lhe tinham dito que gostavam de ficar com uma boa recordação do que foram fazendo. Sinto-me muito satisfeita, pois, mais uma vez, compreendo a verdadeira importância que os trabalhos realizados têm para os/as idosos/as” (Nota de terreno, 24 de março de 2016).

A concretização deste trabalho permitiu compreender que “cada narração autobiográfica (...) conta uma prática humana” (Ferraroti, 1983, cit in Malpique, 2002:129), sendo que “a construção da narrativa efectua-se através da elaboração e atribuição de sentido às experiências de vida consideradas como formadoras das identidades” (Malpique, 2002:151).

### **5.3 Os discursos biográficos dos/as idosos/as: contributos que abrem caminho a uma determinada perspetiva de análise**

Centralizando a atenção no trabalho que foi discutido no subcapítulo precedente, considera-se fundamental salientar a importância das narrativas recolhidas, ao retratarem as vidas de um conjunto de idosos/as no que se refere ao seu exercício profissional, à heterogeneidade de experiências de trabalho e/ou profissões que exerceram. Não obstante a riqueza dos elementos que os integram, a extensão de cada um dos testemunhos impede o seu tratamento detalhado no âmbito deste relatório, dadas as limitações de espaço a que, naturalmente, se vê votado.

No entanto, é possível assinalar, a partir da análise de conteúdo efetuada, alguns elementos que consideramos pertinentes para uma melhor caracterização dos/as idosos/as do CCSC e que traduzem, de algum modo, percursos de vida similares de muitos/as outros/as.

A análise será particularmente centrada nas questões da escolaridade destes/as idosos/as, da idade com que os/as mesmos/as começaram a trabalhar, das suas condições de vida e de trabalho. Tal se justifica na medida em que, tendo por referência estes fatores,

e percebendo que as suas datas de nascimento se situam, maioritariamente, entre as décadas de 1920 e 1950, compreendemos, de imediato, que a sua infância e juventude se passou durante o período da ditadura em Portugal (1926-1974).

Ao determo-nos sobre os níveis de escolaridade de que são portadores os/as nossos/as interlocutores/as, percebe-se a existência de percursos de escolaridade bastante reduzidos, fundamentalmente correspondentes à conclusão da então chamada Escola Primária (3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classe), limitando-se ao cumprimento da obrigatoriedade escolar da época em questão. Pese embora este facto, é claramente notório que esta era uma obrigatoriedade mitigada, (Medina, 2008), já que alguns/as destes/as idosos/as afirmam não saber ler nem escrever, na medida em que nunca frequentaram a escola. De forma inquestionável, esta é uma situação que se relaciona intimamente com as idades com que estas pessoas começaram a trabalhar. Do que é possível constatar a partir dos relatos, estes/as idosos/as começaram a trabalhar precocemente, muitas vezes ainda em crianças ou muito jovens, com idades entre os 6 e 15 anos de idade, o que, desde logo, condicionava a sua ida à escola. A verdade é que, tal como reitera Medina (2008:120),

“para muitas crianças das famílias operárias (...) as perspectivas de futuro passavam assumidamente por percursos de escolarização reduzidos e por entradas muito precoces no mundo do trabalho”, sendo por isso no seio familiar que se iniciava a sua “construção identitária como trabalhador e como operário”.

Ante o exposto, importa realçar que as condições de pobreza e de miséria assolavam as vidas destas famílias operárias. Neste que é o seu período de infância e juventude, destaca-se sobretudo uma privação de oportunidades - oportunidade de frequentar a escola, e de nela prosseguir tanto quanto desejável, oportunidade para dar aso às brincadeiras de criança, oportunidade de concretização de objetivos para além da subsistência quotidiana, a qual não podia prescindir do trabalho dos mais jovens. Neste quadro, as questões da educação escolar acabavam por não fazer parte das perspetivas destas crianças e jovens, pois a consciência face à necessidade de prestarem apoio aos pais era muito clara, indicando um caminho em que o trabalho se tornava assumidamente na prioridade. Reforçando estes pressupostos, Medina (2008:120) salienta que

“as enormes carências sentidas no dia a dia, as situações de extrema pobreza vivida, sem brinquedos nem tempo para brincar, obrigavam muitas delas, ainda crianças (...) a encontrar os meios e as formas de apoiarem a sobrevivência da família, desenvolvendo

estratégias de resistência e construindo também, desse modo, novas configurações identitárias”.

Em razão do discutido, entende-se que, embora miúdos/as, dadas as circunstâncias adversas pelas quais passavam as suas famílias, tinham que se sujeitar ao desempenho de uma grande diversidade de experiências de trabalho e profissões, embora em condições precárias e mal remunerados. Assim, conforme a autora supramencionada, compreende-se que este era “o horizonte de vida que se apresentava como mais viável - começar a trabalhar o mais cedo possível e ajudar a suportar as despesas familiares” (ibidem).

Do que se pode observar dos discursos dos/as nossos/as interlocutores, a grande maioria dos trabalhos e profissões exercidos encontravam-se afetos à agricultura, aos serviços de limpeza, ao pequeno comércio e ao trabalho fabril, destacando-se uma panóplia de funções a si associadas.

Genericamente, e em primeiro lugar, no que respeita ao trabalho exercido no campo, compreende-se que este ocorria ora nalgumas porções de terreno de cultivo próprio, ora como mão de obra em casa de lavradores. Na lida do campo diversas eram as funções executadas, designadamente lavrar a terra, plantar e apanhar vários géneros alimentícios, sachar milho, tratar do alimento para o gado e pastá-lo, tratar das vinhas (podar) e vindimar. Já no que respeita aos serviços de limpeza, este é um trabalho que tem que ver com o exercício profissional como empregadas de limpeza, sobretudo em casas particulares, as designadas casas das “senhoras”. Não obstante, também aqui se incluem as lidas da casa de cada uma destas pessoas. Quem se dedicava ao desempenho desta atividade estava incumbido/a de realizar todo o serviço que envolve o asseio habitacional, ou seja a dedicação às mais diversas tarefas domésticas, como limpar e lavar o chão, limpar o pó, lavar, secar e passar as roupas. Para além disso, deste rol fazem também parte funções que suplantam o serviço de limpeza, designadamente cozinhar, fazer recados, ir á lenha, apanhar erva para os animais, ir buscar sarrisca para o fogão às minas e, ainda, praticar serviços como os de lavadeira. Igualmente importante é o facto de aqui também se inserir o trabalho das criadas de servir internas, as quais exerciam funções idênticas. Por seu turno, quanto à atividade profissional voltada para o pequeno comércio, falamos mormente das mercearias, lojas dedicadas à venda de vários artigos (peúgas, loiças antigas etc.), dos serviços realizados de porta em porta, como sejam os de padeira e fornecedoras de leite, dos/as comerciantes de hortaliças e de tremoços que andavam pelas ruas e ainda da venda de artigos de mobiliário, tais como peniqueiras

(mesinhas de cabeceira). Das experiências de trabalho e profissões maioritariamente referidas são ainda de assinalar o trabalho como operário/a fabril em distintas fábricas, ora de tecelagem, botões, óculos, caixas de sapatos e malas e carteiras. Agravando as condições de precariedade, importa referir os meios de deslocação para o trabalho, que implicavam percorrer, a pé, grandes distâncias, assim como os níveis remuneratórios, sobremaneira baixos.

Do cenário traçado é de assinalar que, num contexto de grandes carências e dificuldades, vários destes/as idosos/as acumulavam o exercício de trabalhos, conciliando, além disso, os seus tempos escolares. Desta forma, a influência das trajetórias de vida nas “opções” involuntariamente tomadas, apenas releva a tese de que a escola e outras tantas possíveis aspirações eram remetidas para um papel secundário.

Na atividade profissional quotidiana, em cada luta diária na procura por melhores condições de vida, muitas eram as mulheres, raparigas, crianças e jovens, como as que nos contaram os seus testemunhos, que desempenhavam um importante papel no espaço social, corroborando o que afirma Medina (idem:121)

“numa época em que o discurso e a propaganda oficial do regime remetia as mulheres para o espaço doméstico, atribuindo-lhes os papéis de “donas de casa”, “esposas”, “mães” e “fadas do lar”, a realidade é que eram muitas as mulheres a trabalhar e com actividades profissionais muito diversas” (idem:121).

Perante os relatos dos/as idosos/as do CCSC, torna-se relevante considerar que estamos diante percursos de vida fortemente marcados pelo próprio quadro jurídico legal português em vigor. Como afirma Lechner (2009:8), “cada pedaço de narrativa ouvido ou escrito é uma ilustração construída de uma vida, de formas de vida que nunca são isoladas nem isoláveis dos contextos mais vastos de existência. Nenhum sujeito está isolado dos contextos em que nasce, vive e morre”. Neste sentido é interessante perceber as mudanças radicais provocadas pela evolução socio histórica, ao longo dos tempos, designadamente no que se refere aos percursos de escolarização dos/as filhos/as destes/as idosos/as. Um olhar retrospectivo no que toca às condições sociais de existência dos/as nossos/as interlocutores, leva-nos a perceber que se trata agora de um futuro bem diferente. Um passado de privações dá lugar a um futuro de ensejos, em que as possibilidades de cada um/a prosseguir os estudos aumentaram exponencialmente, assumindo-se a frequência escolar como uma oportunidade de mudança, de alargamento e concretização de novos horizontes, fator chave no processo de crescimento e formação

do indivíduo, capaz de estimular “o desenvolvimento de novos gostos, interesses e capacidades”, “de sonhar com outras formas de vida” (idem:125-229).

Como pudemos entender, as condições de vida e de existência dos/as idosos/as do CCSC e das suas famílias, não podem ser dissociadas dos momentos políticos e das condições de vida mais gerais que caracterizam o país em diferentes períodos históricos, pelo que a história de vida de cada um/a se constitui num importante contributo para um outro conhecimento da história local e nacional e das diversas tensões que atravessam as sociedades e marcam o trabalho.

#### **5.4 Outros entendimentos acerca dos dados obtidos: potencialidades que daí emergem**

Diz-se do conhecimento que este deve ser partilhado, caso contrário o sentido da sua produção vê-se fortemente restringido (Santos, 2002, cit in Nunes, 2005). É nesta perspetiva que considero que as narrativas dos/as idosos/as do CCSC devem conquistar outros espaços de afirmação, permitindo um acesso mais alargado aos saberes que as integram. No âmbito do estágio e até tendo em conta o seu tempo de duração, não foi possível explorar todas as potencialidades do material recolhido nem concretizar modos da sua divulgação para fora do CCSC. No entanto, neste subcapítulo não podem deixar de ser abordadas outras potencialidades, possibilidades e/ou pistas, ainda que apenas a título de exemplo, que, perante um trabalho como o que foi desenvolvido emergem, representando, certamente, contributos essenciais a tomar em consideração, podendo quiçá contribuir para desenvolvimentos futuros.

De entre as múltiplas potencialidades que um trabalho como este pode fomentar, é desde logo fundamental compreender que os testemunhos dos/as seniores constituem um contributo decisivo no que a uma perspetiva mais abrangente da história diz respeito. O fundamento de uma tal reflexão tem que ver com o facto de vivermos num mundo em que tendencialmente e, em grande medida, temos apenas acesso a uma determinada perspetiva da história, ou seja a história oficial. Uma história que, em geral, é escrita por aqueles/as que são detentores/as do poder, desde logo pelo poder da escrita, por historiadores/as, autores/as dos manuais escolares, todos/as quantos/as pagam para que exista produção histórica, entre diversos outros/as. Neste sentido, “a história, designadamente a história do trabalho, muitas vezes não é pensada nem escrita tendo em conta a perspectiva e os olhares dos trabalhadores” (Medina, 2008:65). No entanto, a

questão que aqui se coloca prende-se com a consciência social e política de que a história vai sendo construída diariamente por todos os atores sociais. Assim, de acordo com Correa & Justo (2010:253), “os idosos são atores da construção da história do cotidiano”, sendo pois determinante valorizar as suas vozes.

É segundo esta perspetiva que o recurso à história oral assume grande relevância, uma vez que o seu contributo “é mesmo o de possibilitar a apresentação de novas versões da história e de perspectivas mais abrangentes, dando a vez e a voz a protagonistas e a narradores diferentes” (Medina, 2008:66). Segundo esta perspetiva, e de acordo com Ottoni et al., (2011:60), “o trabalho com a história oral contribui para mostrar como a história oficial, (...) se irrompe no sujeito. Torna-se, assim, violentador entender a sociedade por meio da história, como singular. A história da sociedade configura-se como plural”. Foi somente ao ter por referência essa pluralidade que as narrativas dos/as idosos/as nos foram capazes de demonstrar que, no período histórico do fascismo em Portugal, as suas existências (das famílias operárias, tal como refletido na análise precedente) foram marcadas por míseras condições de vida e de trabalho, o que, de imediato, nos permite compreender a atual tendência para um forte branqueamento do que representou o período ditatorial (Medina, 2008). Eu própria, enquanto cidadã, mas particularmente enquanto estudante, a quem foi incutida uma perspetiva oficial da história sobre os modos de vivência no decurso do regime Salazarista, onde as condições de pobreza e as desigualdades eram naturalizadas, sob pretexto da manutenção da harmonia social (Rodrigues, 1996, cit in Medina, 2008), consigo hoje melhor compreender que as histórias contadas pelos/as idosos/as, melhor do que qualquer manual escolar, permitem um entendimento diferenciado, mais completo e real do que significou, na verdade, a vivência nesse período.

A partir deste facto, torna-se necessário reescrever e reinterpretar a história, por meio da auscultação dos/as diversos/as agentes sociais, visto que o recurso aos depoimentos na primeira pessoa faz com que estes sejam portadores de outras configurações, possibilitando “valorizar a emoção do não dito, do até então indizível que, ao encontrar uma oportunidade “sagrada”, uma escuta, possibilita exteriorizar o sentimento negado por longo tempo, frustrado no cotidiano pelo sistema” (ibidem). Falamos de testemunhos cuja recolha é fundamental, já que nos encontramos na presença de quase uma última geração “duma lógica social e duma concepção de vida de que a própria memória corre o risco de desaparecer” (Poirier et al., 1999, cit in Cozinheiro & Vieira, 2007:8) se não registada. Enquadrando esta lógica, como afirma Thompson (2002,

cit in Medina, 2008:66), a história oral pode “ser um meio para transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história (...) e devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história [neste caso aos/às idosos/as] um lugar fundamental, mediante as suas próprias palavras”. Além disso, como defende Silva (2009), percebe-se que a história desta geração não será mais a história das gerações vindouras. “Outros percursos de vida, outras paisagens sociais e históricas (...) construirão novas leituras” (Silva, 2009:116), sobre novos assuntos. Não obstante, um fator importante a assinalar reporta-se ao facto de, na atualidade, existir uma espécie de esquecimento coletivo, traduzido num silenciamento sobre o que foi viver no período em causa, até porque, muitas vezes, e perante o desejo de uma vida melhor para os filhos/as e netos/as se tende a omitir o passado.

Além do mais, “transmitidos pelo legado da narrativa oral” (Correa, 2009:114), a recolha destes depoimentos e dos percursos que os caracterizam é igualmente decisiva para um outro conhecimento sobre a história local, na medida em que grande parte destas pessoas residiram e/ou ainda residem no Concelho de Gondomar e zonas limítrofes, pelo que as suas histórias são parte da história de Gondomar. Em boa verdade, ao valorizarmos estes testemunhos, ora como contributos para a história do país e para a história local, devemos ser capazes de fazer com que esta consciência seja transversal aos/às idosos/as, até porque, ao estarem cientes do seu papel enquanto produtores/as da história, constroem de si próprios uma representação mais positiva.

Alicerçados nestes pressupostos, há um reconhecimento de que estas pessoas, fruto da sua experiência de vida, possuem hoje um conjunto de conhecimentos e saberes extremamente importantes, abrindo novas possibilidades para outro tipo de projetos. O facto é que em instituições de apoio aos/às idosos/as, como o CCSC, deparamo-nos com uma fonte inesgotável de conhecimento, que muitas vezes não é valorizada. Contrariando esta situação, à luz do trabalho que vem sendo discutido, importa salientar as suas potencialidades também no âmbito da mediação interinstitucional e, correlativamente, das relações intergeracionais.

Sendo a questão da intergeracionalidade bastante recorrente e valorizada nos dias que correm, sobretudo neste tipo de equipamentos de resposta social, pela necessidade de serem criados laços que permitam às crianças construir um olhar positivo sobre os/as mais velhos, enquanto seres portadores de várias sabedorias, procurar valorizá-la seria, decerto, uma mais valia, no que concerne ao desenvolvimento e/ou fortalecimento das relações intergeracionais. Pode-se assim afirmar que as questões da intergeracionalidade



encontram aqui um lugar privilegiado, porquanto mais do que uma troca de afetos entre idoso/a, criança ou jovem, ou de momentos em que ambos se presenteiam em épocas determinadas, exemplos mais elucidativos e recorrentes da dinâmica institucional do CCSC, as práticas intergeracionais devem procurar “juntar pessoas com um propósito, através de atividades que as beneficiem mutuamente e que promovem um melhor entendimento e respeito entre gerações” (Pinto et al., 2009:20).

Ao pensar, especialmente, na “função social de transmissão da própria história” (Correa, 2009:113), é de notar que revelar-se-ia enriquecedor procurar encetar projetos intergeracionais, nomeadamente de relação entre as escolas do ensino básico e secundário e as instituições que diariamente prestam auxílio aos/às idosos/as (CD, Lares, CC etc.). Estas são iniciativas que podiam possibilitar aos/às mais velhos/as dar a conhecer aos/às mais jovens trajetos e épocas de uma forma inigualável. Por sua vez, também as gerações mais jovens, referenciando-se quer nas aprendizagens escolares, quer nas vivências dos/as seus/suas avós, podem criar espaços onde haja lugar a momentos de debate, possibilitadores de uma permuta de histórias mais densa e rica entre todos/as intervenientes. Identicamente, como um outro contributo fundamental a pontuar, destacam-se os conhecimentos e experiências das pessoas idosas, os quais podem ser mobilizados em diferentes áreas científicas, tais como a história, aquando do momento em que se abordem temáticas que envolvam a aprendizagem sobre determinadas épocas, assim como a Economia, quando se abordam temáticas como as profissões. Estas situações, nas quais esses relatos e experiências vividas são lembradas e ressignificadas (Correa, 2009), para estas gerações que, como referem Correa & Justo (2010:255), se encontram no “intermezzo da caminhada”, revelam-se sobremaneira relevantes, nomeadamente em termos da oportunidade no que toca ao conhecimento e ao contacto com uma perspetiva mais abrangente da história e por consequência ao nível da capacidade de estimular um pensamento mais crítico e reflexivo da sua parte, também ele capaz de reconhecer nas pessoas idosas uma fonte imensa de sabedoria, abalando as perspetivas desprestigiadas que acerca destas se constroem e fomentando o estreitamento de laços entre as diferentes gerações.

A este propósito, importa realçar o facto de já ter sido discutido e assegurado com o CCSC a realização de uma exposição com as narrativas dos/as idosos/as sobre a temática do trabalho e sobre o Natal, a decorrer nas instalações da FPCEUP e aberta a toda a comunidade académica, na qual se espera poder contar com a presença dos seus autores e outros/as seniores do CCSC. A exemplo, estas iniciativas podem também

resultar num processo de articulação entre as instituições de resposta social ao/à idoso/a e as autarquias, bibliotecas, associações e coletividades. É neste sentido que seria importante que a exposição também pudesse vir a estar patente em Gondomar, dado constituir um contributo de grande relevância para a história local.

Embora tenhamos vindo a refletir sobre um leque ínfimo de potencialidades e/ou oportunidades que a partir de um trabalho como o que foi desenvolvido podem surgir, a verdade é que, ainda assim, estas podem potenciar “ter de volta o sentimento de pertença a uma história ou mesmo à própria sociedade, sentimento esse que muitas vezes é arrancado daqueles que viveram e construíram a sociedade, cada qual à sua maneira” (Correa, 2009:110).

## **Considerações finais**

De acordo com Vaz (2009:59) “ (...) o que o estágio solidamente corporiza é o modo ou modos de articular uma formação de natureza acadêmica com a pertinência de um exercício em contextos de trabalho, legitimado por aquela formação (...)”. Assim, é importante tornar claro que todo o meu percurso de estágio, as práticas e as intervenções realizadas, viu-se moldado pela minha formação na área das Ciências da Educação, sobretudo por acreditar veementemente nos contributos fundamentais desta área de saber para a realidade em estudo. Do mesmo modo, importa realçar o enriquecimento resultante do acompanhamento a nível local e da liberdade de ação que me foi concedida, apesar de uma certa incerteza quanto ao que eram as Ciências da Educação e àquele que podia ser o seu contributo num contexto e com um público como o do CCSC. Embora implicitamente, compreendia-se que a questão “o que diz quando lhe perguntam a profissão?” (Marinho, 2013:433), colocava-se.

Não obstante, as aprendizagens e as conquistas adquiridas e/ou alcançadas ao longo do estágio foram vastas, até porque me parece que um certo grau de desconhecimento acerca da profissionalidade em Ciências da Educação, em grande medida fruto da inexistência de uma identidade e estatuto profissionais claros e sólidos, constituiu neste âmbito um fator de grande relevância, tendo proporcionado, inclusive, a oportunidade de esclarecer os vários contributos que pode potenciar a profissionalidade na área. Assim, ao entrosar-me sistematicamente na dinâmica institucional fui capaz de compreender e participar do exercício profissional enquanto técnica, especialmente voltada para a intervenção com os/as idosos/as no domínio do que envolve e/ou deve envolver a metodologia da animação sociocultural e socioeducativa. Com vista a potenciar o bem estar, a felicidade, a auto estima, autodeterminação, realização pessoal, enfim, a qualidade de vida dos/as idosos/as, mobilizar a animação representa um contributo essencial. No entanto, como pudemos verificar, múltiplas são as conceções e os modelos segundo os quais se perspetivam esta prática, os quais traduzem diferentes formas de intervenção (cf. Capítulo I, ponto 1.5).

Considerando os propósitos precedentes, importa ter presente, ao entrar num contexto de estágio, que é essencial procurar conhecê-lo e às suas dinâmicas, evitando formular juízos de valor que, rapidamente, conquistam lugar, em detrimento de um pensamento crítico, ponderado e contextualizado acerca das realidades educativas e sociais. Foi consciente desta realidade que, ao desempenhar o papel de estagiária, à

margem de grandes responsabilidades e coerções, com uma presença contínua, focada, bastante próxima e prolongada no contexto e gozando de uma disponibilidade total, se tornou viável desenvolver um processo de reflexão permanente e acompanhado e dinamizar um projeto de ação diferente do praticado pela instituição. De facto, como indicam Amado & Boavida (2006:236), “no que respeita à filiação das Ciências da Educação em relação às Ciências Humanas, é na «busca» de uma resposta diferente que nos situamos”.

Continuando nesta ótica, acredito e sinto que a construção desta outra presença no espaço, e, em consequência, de uma outra relação com todos/as os/as intervenientes do contexto, especialmente com os/as idosos/as, se refletiu no êxito da intervenção concretizada, sobretudo no tocante aos níveis de envolvimento e participação. Diversas atividades foram, claramente, significativas para os/as idosos/as, designadamente a iniciativa em redor da visualização de um leque de filmes que reportam a tempos e épocas que vivenciaram e ainda o trabalho que incidiu sobre a recolha de um conjunto diverso de narrativas biográficas, ora sobre os usos e costumes natalícios, ora acerca das suas trajetórias de vida, particularmente centradas nas experiências de trabalho e/ou profissões exercidas. A verdade é que, a partir destas modalidades de ação, permite-se reconhecer a importância do nosso exercício profissional, enquanto especialistas em educação e formação, em contextos como o CCSC, a diversos níveis.

Um dos fatores importantes a assinalar tem que ver com a sensibilidade para encetar processos baseados na escuta ativa e em relações horizontais, pela capacidade de apostar no protagonismo, na valorização e reconhecimento dos/as seniores, e, assim, contribuir para o esbater de representações negativas e preconceituosas sobre si, perspetivando-os/as, em oposição, enquanto pessoas que possuem percursos de vida sobejamente ricos e diversos, repletos de sentidos e significados e com os quais, pela descoberta e aprendizagens incessantes, certamente serão engrandecidos os nossos conhecimentos. Desta forma, há que ressaltar que a construção de “um modelo carregado de preconceito (...) complica seriamente o nosso trabalho mas implica um combate permanente a essas práticas e uma motivação extraordinária para nos podermos distinguir” (Fontes, 2014, cit in Moura et al., 2014:113).

Ora, a possibilidade de dinamizar algumas iniciativas com o grupo de idosos/as, em especial as que incidiram na recolha de narrativas biográficas e na produção de material daí resultante, assevera a pertinência do papel assumido pelo/a especialista em educação e formação, posto que as potencialidades deste género de trabalhos, algumas

das quais foram refletidas neste relatório, traduzem o valor da nossa ação, especificamente ao nível do estabelecimento de processos de mediação entre os/as seniores, as instituições que lhes prestam auxílio e outras que integram o conjunto mais amplo da sociedade. Facto é que, todos estes mecanismos, ao permitirem extrapolar o potencial educativo inerente às pessoas idosas para lá do território institucional, cooperam numa transformação no modo de perspetivar esta faixa etária, fomentando a sua (re) inserção na sociedade e sendo capaz de projetar, no/a sénior, uma dimensão de futuro, quiçá, há muito distante dos seus horizontes. Desta maneira, cabe-nos também a nós, enquanto profissionais das Ciências da Educação, ultrapassar conceções como as de que os/as seniores são seres vazios tornando possível, e necessário, reconhecer e respeitar os seus conhecimentos e saberes e o seu património cultural, legitimando um olhar sobre estes/as como atores sociais com um importante contributo para a manutenção do laço social. Falamos, portanto, de indivíduos portadores/as de capacidades de pensamento, decisão e ação, verdadeiros sujeitos educativos. Todavia, a realização deste e de outros trabalhos tende a funcionar de forma mais positiva se, preferencialmente, houver a possibilidade de unirmos esforços, ou seja por intermédio da presença de uma equipa multidisciplinar que englobe diferentes áreas de saber (educação social, sociologia, gerontologia, psicologia, saúde, etc.), já que passa a existir a possibilidade de refletir sob vários primas, alargando e abraçando novas perspetivas e promovendo um trabalho mais diversificado e adequado às necessidades e interesses do grupo.

Continuando, segundo a abordagem da multidisciplinaridade, é fundamental não esquecer que a essência multidisciplinar das Ciências da Educação, a sua polivalência, versatilidade e a pluralidade de olhares que nos são conferidos como profissionais representam, desde logo, uma enorme mais valia para a prática profissional, pois que nos permitem desenvolver olhares caleidoscópicos sobre os fenómenos sociais e educativos, fomentando oportunidades de crescimento pessoal e profissional. É também segundo esta perspetiva que o trabalho do/a especialista em educação e formação se exalta. Se refletirmos, concluímos que diversos/as podem ser os/as profissionais aptos/as a trabalhar as questões do envelhecimento em contexto institucional, contudo é o modo diferenciado como o fazem, a formação de que dispõem, neste caso firmada em todas as peculiaridades da profissionalidade em Ciências da Educação, que vem ditar o sucesso de cada um/a e da intervenção. Naquela que foi desenvolvida ao longo do percurso de estágio, a orientação segundo estas perspetivas foi clara, procurando tornar claras outras lógicas de intervenção, as quais, por diversas vezes, tendem a adquirir menor visibilidade, já que,

em grande medida, são absorvidas por modos de funcionamento diários estandardizados e pelo peso de procedimentos burocráticos.

Posto isto, no decorrer da intervenção parece-me igualmente importante sintetizar alguns constrangimentos e/ou dificuldades com que me deparei. Uma das principais dificuldades encontradas respeita à organização do tempo no que toca ao desenvolvimento dos trabalhos previstos com os/as seniores, pois diversas foram as vezes em que houve a necessidade de reajustar e/ou readaptar a atividade em termos de horários, por efeito de outras necessidades que imprevisivelmente surgiam, sobretudo relacionadas com a sobreposição do meu trabalho com o que a técnica de animação tinha previsto. Um outro aspeto a referir tem que ver com entraves a nível burocrático, que, em certas circunstâncias, se tornam bastante condicionadores das ideias e projetos a desenvolver. É de acrescentar ainda a dificuldade, ocasionalmente encontrada, em contactar em tempo oportuno a minha supervisora local, apesar da sua disponibilidade e apoio, devido às suas diversas responsabilidades, no sentido de procurar não só entender o seu parecer relativamente ao desenvolvimento das iniciativas que vieram a ser propostas como também de obter o seu aval quanto a estas. Pesem embora estes factos, o mais interessante resultou da possibilidade em ver transformadas todas estas limitações em oportunidades, na medida em que me foi exigida uma constante capacidade de flexibilização, impulsionadora da criação de alternativas, durante todo o percurso. Já de acordo com Vallicrosa (2004:176), “a elaboração de respostas criativas começa a produzir-se ao mesmo tempo que se obtêm informações sobre o problema e que se compreende que as soluções iniciais não são adequadas”, exigindo-se, por isso, “uma reestruturação permanente do processo” (ibidem). Daqui se infere a importância de estar consciente e preparada para os diversos imprevistos que no decurso da atividade profissional podem surgir, o que suscita a necessidade de construir mecanismos capazes de permitirem ultrapassar os obstáculos com sucesso, pois, decerto, um aprisionamento ante os mesmos jamais predirá resultados positivos. Portanto, deste que se tornou num trajeto pautado pela imprevisibilidade diária e, por conseguinte, de crescimento pessoal e profissional sobremodo construtivo, é possível compreender a inexistência de uma receita, de uma fórmula a seguir. Perentórios são antes os ideais da flexibilidade e criatividade perante terrenos de ação complexos e multifacetados.

Deste âmbito de reflexão, considero que apesar dos progressos conseguidos ao longo do estágio, uma intervenção mais prolongada e contínua constituir-se-ia mais benéfica, visto conferir uma outra consistência ao trabalho desenvolvido. No entanto, na

presença desta impossibilidade e embora conhecedora dos obstáculos com que se depara a instituição diariamente, alguns dos quais já foram discutidos ao longo deste relatório, é de notar que apostar na continuidade deste desafio representaria uma mais valia, uma vez permitir prosseguir um trabalho baseado num maior envolvimento, valorização e reconhecimento dos/as idosos/as nas dinâmicas institucionais, ou seja numa perspetiva de trabalho que, ao basear-se numa outra ótica de pensar a relação com o Outro, possibilitaria um trabalho excecionalmente significativo.

Para terminar, urge a importância das Ciências da Educação continuarem a investir, desenvolver e aprofundar as investigações no âmbito da complexidade que envolve o processo de envelhecimento, nomeadamente sobre as práticas exercidas nos contextos institucionais, porquanto, ao constituir um fenómeno social que se desenvolve a um ritmo sem precedentes, enaltece-se a sua pertinência. Aspira-se, deste modo, contribuir para uma produção de conhecimento pautada por uma outra conceção de mudança social, esta sustida no declínio de representações negativas acerca deste grupo etário, reconhecendo-o como portador de uma história que importa conhecer e valorizar, demonstrando que o envelhecimento pode ser percecionado como um fenómeno educativo num tempo em que “as transformações e opções educativas aproximam e alargam as oportunidades consagradas pela maior longevidade e geram conhecimentos, laços e sensibilidades capazes de edificar uma sociedade para todas as idades” (Palmeirão & Menezes, 2009:32).





## Referências Bibliográficas

Almeida, Carlos et al. (1996). A avaliação participativa no decurso de projectos: Reflexões a partir de uma experiência no terreno (Programa Jade). In Albano Estrela & António Nóvoa (Orgs.), *Avaliações em educação: novas perspectivas*. (pp.115-137). Porto: Porto Editora.

Amado, João (2013). A investigação em educação e seus paradigmas. In João Amado (Coord.), *Manual de investigação qualitativa em educação*. (pp.19-70). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João & Vieira, Cristina (2013). A validação da investigação qualitativa. In João Amado (Coord.), *Manual de investigação qualitativa em educação*. (pp.357-369). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado et al., (2013). A técnica da análise de conteúdo. In João Amado (Coord.), *Manual de investigação qualitativa em educação*. (pp.301-350). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João & Boavida, João (2006). *Epistemologia, Identidade e Perspetivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

António, Stella (2012). Envelhecimento demográfico e relações intergeracionais. Revista Rediteia: Envelhecimento Ativo, (45), Porto: Sereer, soluções editoriais, 139-154.

Araújo, Maria José (2009). *Crianças Ocupadas. Como algumas opções erradas estão a prejudicar os nossos filhos*. Lisboa: Prime Books.

Bandeira, Mário Leston (2012). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: Evolução e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa.

Baptista, Isabel (2005). *Dar rosto ao futuro: A educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.

Berger, Guy (2009). *A investigação em educação: Modelos socioepistemológicos e inserção institucional*. Educação, Sociedade & Culturas, 28, 175-192.

Bodgan, Robert & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre (2006). Mediação, conciliação, arbitragem: Técnicas ou um novo modelo de regulação social? In Ana Maria Costa Silva & Maria Alfredo Moreira (Orgs.), *Formação e mediação sócio-educativa: Perspectivas teóricas e práticas*. (pp.15-40). Porto: Areal Editores.

Bruno, Trindade (2010). Animação sociocultural e a sua intervenção na 3ª idade. *Revista Práticas de Animação*, (3), 1-4.

Burgess, Robert (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Canário, Rui (1999). *Educação de adultos: Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

Capucha, Luís Manuel Antunes (2008). Planeamento e avaliação de projectos - Guião prático. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Carvalho, Adalberto Dias de & Baptista, Isabel (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, Maria Irene (2012). *Envelhecimento e cuidados domiciliários em instituições de solidariedade social*. 2ª Ed. Lisboa: Coisas de Ler.

Charlot, Bernard (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11 (31), 7- 18.

Correa, Mariele Rodrigues (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Editora UNESP.

Correa, Mariele Rodrigues & Justo, José Sterza (2010). Relato de experiência/prática profissional: Oficinas de psicologia - memória e experiência narrativa com idosos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 1, (2), 249-256.

Costa, António Firmino da (2014). A pesquisa de terreno em Sociologia. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. (pp.129-148). 14ª Ed. Porto: Edições Afrontamento.

Couceiro, Maria do Loreto Paiva (2002). O porquê e para quê do uso das histórias de vida. In Manuela Malpique *Histórias de Vida* (pp.155-160). Porto: Campo das Letras.

Cozinheiro & Vieira (2007). A entrevista biográfica na (re) construção de cinco histórias de ser e de se tornar idoso (a). In Fernando Cruz (Org.), *Actas do III Congresso Internacional de Etnografia* (pp.151-168). Cabeceiras de Basto: AGIR.

Cubero, María Victoria (1991). *La animación sociocultural: Una alternativa para la tercera edad*. Madrid: Siglo XXI editores.

Cunha, Pedro (2001). *Conflito e Negociação*. Porto: Asas Editores.

Dias et al. (2011). Animação sociocultural, formação e projetos de intervenção: O projeto “Palavras e Saberes”. *Da Investigação às Práticas*, I, (3), 100-117.

Duarte, Isabel (2015). Textos orais: análise da conversa informal e ensino do português língua estrangeira. *Todas as letras Y*, 17, (1), 56-72.

Esteves, Joaquim (1995). *Jovens e idosos – Família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.

Ferreira, Manuela (2004). «*A gente gosta é de brincar com os outros meninos!*» *Relações sociais entre crianças num jardim de infância*. Porto: Edições Afrontamento.

Ferreira, Pedro Moura (2011). *Envelhecimento ativo e relações intergeracionais*. XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR). Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa. (pp.1-18).

Ferrigno, José Carlos (2003). *Co-Educação entre gerações*. Editora Vozes: São Paulo.

Fernandes, Ana Alexandre (1997) *Velhice e sociedade: Demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Fernandes, António Teixeira (2005). Processos e estratégias de envelhecimento. *Revista da Faculdade de Letras do Porto: Sociologia*, 15, 223-247.

Fonseca, António Manuel (2005). *Desenvolvimento humano e envelhecimento*. Lisboa: Climepsi.

Fragoso, Vitor (2012). Gerontoeducação: Um desafio para o século XXI. In Ricardo Pocinho et al. (Coord.), *Envelhecer em tempo de crise: respostas sociais* (pp. 51-68). Legis Editora.

Freitas, Silvine Aparecida de (2012). Memórias de idosos: Entre o desejo de escolarização e as contingências sociais. III simpósio nacional discurso, identidade e sociedade (III SIDIS) dilemas e desafios na contemporaneidade: Campinas.

Fontes, Rui (2014). Gestão de Serviços e equipamentos geriátricos. In Cláudia Moura (Org.), *Idadismo: Prioridade na Construção Social da Idade* (pp.110-121). Vila Nova de Gaia: Euedito.

García, María Jesús Morata (1998). Animação sociocultural e desenvolvimento comunitário. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos* (pp.293-302). Lisboa: Instituto Piaget.

García, María Jesús Morata (1998). Animação sociocultural, conflito social e marginalização. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos* (pp.265-277). Lisboa: Instituto Piaget.

Gillet, Jean Claude (1995). *Animation et animateurs*. Paris: L'Harmattan

Gorjão, Sara & Marques, Sibila (2012). Idadismo e a participação social das pessoas idosas. Revista Rediteia: Envelhecimento Ativo, (45), Porto: Sereer, soluções editoriais, 129-138.

Governo de Portugal (2012). Ano europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações: Programa de ação, 2012. Lisboa: Governo de Portugal. (pp.1-18).

Guedes, Joana (2008). *Desafios identitários associados ao internamento em Lar*. VI congresso Português de sociologia. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal.

Guerra, Isabel (2011). Prefácio. In Silva et al. (Coords.), *Etnografia e intervenção social: Por uma praxis reflexiva* (pp.7-10). Lisboa: Edições Colibri.

Guerra, Isabel Carvalho (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*. Cascais: Principia.

Harding, Sandra (1986). *The science question in feminism*. United States of America: Cornell University.

Igreja, Sandra Manuela Martins (2007). *Cidade educadora, um desafio para a animação sociocultural: Novas perspetivas de organização e intervenção municipal*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011 Resultados Definitivos*. Lisboa: Portugal.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). *Guia Prático: Constituição de instituições particulares de solidariedade social*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). *Guia prático: Apoios sociais – pessoas idosas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Jacob, Luís (2007). *Animação de idosos*. Cadernos Socialgest nº 4.

Jacob, Luís (2013). Envelhecimento da população. In Jacob et al. *Envelhecimento e economia social: Perspetivas atuais* (pp.43-65). Viseu: Psicosoma.

Jacob, Luís (2013). *Animação de idosos*. Mais leituras editora – Coleção Geriatria e Gerontologia.

Jacob, Luís & Santos, Eduardo (2013). A economia social. In Jacob et al. *Envelhecimento e economia social: Perspetivas atuais* (pp.9-42). Viseu: Psicosoma.

Jorge, Vala (2014). A análise de conteúdo. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto, (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. (pp.101-128). 14ª Ed. Porto: Edições Afrontamento.

Larrazábal, María Salas (2004). A figura e a formação do animador sociocultural. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: Teorias, programas e âmbitos* (pp.123-134). Lisboa: Instituto Piaget.

Lechner, Elsa (2009). *Histórias de Vida: Olhares interdisciplinares*. Porto: Edições Afrontamento.

Lemaire, Élise & Poitras, Jean (2004). La construction des rapports sociaux comme l'un des objectifs des dispositifs de médiation. *Esprit Critique*, 06, (03), 17-29.

Lopes, Marcelino de Sousa (2007). A animação sociocultural em Portugal. *Revista Iberoamericana*, 1, (1), 1-16.

Lopes, Marcelino de Sousa (2008). *Animação sociocultural em Portugal*. Amarante: Ed. Intervenção.

Lopes, Marcelino de Sousa & Pereira, José Dantas (2011). *As fronteiras da animação sociocultural*. Chaves: Intervenção.

Machado, Daniela Filipa Azevedo (2013). *O jornal comunitário como um dispositivo de promoção de cidadania*. Relatório de estágio em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.

Maia, Lino (2009). *Clientes ou Utentes?* In *Jornal da confederação nacional das instituições de solidariedade*. Disponível em <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/4198> (consultado em 5/7/2016).

Marinho, Sandra (2002). *Redes informais de comunicação: Um estudo de caso em I&D*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho: Braga.

Martins, Rosa Maria Lopes (s/d). Envelhecimento e políticas sociais. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, 126-140.

Martins, Rosa & Rodrigues, Maria (2003). Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontológica. *Educação, Ciência e Tecnologia*, 46, 249-254.

Martins, Rosa Maria Lopes & Rodrigues, Maria de Lurdes Martins (2004). Estereótipos sobre idosos: Uma representação social gerontofóbica. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, 249-254.

Medina, Maria Teresa Guimarães de (2008). *Experiências e memórias de trabalhadores do Porto: A dimensão educativa dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.

Menezes, Isabel (2010). *Intervenção comunitária: uma perspetiva psicológica*. Porto: Livpsic: Legis Editora.

Mendonça, Marília (2002). *Ensinar e Aprender por Projectos*. Porto: Edições Asa.

Nascimento, Ana Júlia Rodrigues do & Rabêlo, Francisco Chagas Evangelista (2008). Memória e envelhecimento: Narrativas sobre questões de gênero e do mundo do trabalho. *Sociedade e Cultura*, 11, (2), 333-342.

Nunes, Rosa Soares (2005). *Nada sobre Nós Sem Nós – A Centralidade da Comunicação na obra de Boaventura Sousa Santos*. São Paulo: Cortez Editora.

Osório, Augustín Requejo (1998). Animação sociocultural na terceira idade. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: Teorias, programas e âmbitos* (pp.251-263). Lisboa: Instituto Piaget.

Osório, Requejo Augustín & Pinto, Fernando Cabral (2007). Introdução. In Augustín Requejo Osório & Fernando Cabral Pinto (Coords.), *As pessoas idosas: Contexto social e intervenção educativa* (pp.7-10). Lisboa: Instituto Piaget.

Oliveira, Ana & Freire, Isabel (2009). *Sobre... A mediação Sócio-Cultural*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acidi).

Oliveira, João Fernando dos Santos Guimarães (2011). *O marketing no setor público da saúde: Criação de valor nas unidades funcionais de saúde*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Aveiro: Aveiro.

Otoni et al. (2011). Narrativas de vida: A constituição identitária de idosos. *Revista de Educação Popular*, 10, 56-65.

Palmeirão, Cristina & Menezes, Isabel (2009). A interacção geracional como estratégia educativa: Um contributo para o desenvolvimento de atitudes, saberes e competências entre gerações. In José Lima Dantas Pereira & Marcelino de Sousa Lopes (Coords.), *A animação sociocultural na terceira idade* (pp.22-35). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação cultural.

Paúl, Constança (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Revista da Faculdade de Letras do Porto: Sociologia*, 15, 275-287.

Paúl, Maria Constança & Fonseca, António Manuel (2005). *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi Editores.

Peretz, Henri (2000). *Métodos em sociologia para começar*. Lisboa: Temas e Debates.

Pinto, Teresa et al. (2009). *Guia de ideias para planear e implementar projetos intergeracionais. Juntos ontem, hoje e amanhã*. Comissão Europeia: Mainstreaming intergenerational solidarity.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, LucVan (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Robertis, Cristina de (2011). *Metodologia da intervenção em trabalho social*. Porto: Porto Editora.

Rosa, Maria João Valente (1993). O desafio social do envelhecimento demográfico. *Revista Análise Social*, XXVIII, (122), 679-689.

Rosa, Maria João (1996). *O envelhecimento da população portuguesa*. Cadernos do Público.

Rosnow, Ralph, & Georgoudi Marianth (1986). *Contextualism and understanding in behavioral science: Implications for research and theory*. New York: Praeger.

Santos, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.

Schneider, Rodolfo Herberto & Irigaray, Tatiana Quarti (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Revista, Estudos de Psicologia*, Campinas, 25, (4), 585-593.

Silva, Ana Catarina Melo da (2013). «*Conseguir, consigo, só que...*»: *Intervenção comunitária com crianças e jovens numa lógica de mediação socioeducativa*. Relatório de estágio em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.

Silva, Sofia Maia (2009). *Envelhecimento activo: Trajectórias de vida e ocupações na reforma*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Coimbra.



Silva, Sofia Marques. (2010). *Da casa da juventude aos confins do mundo, etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.

Souza et al. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25, (2), 221-228.

Torremorell, Maria Carme Boqué (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.

Vallicrosa, Jaume Colomer (2004). Técnicas de intervenção na animação sociocultural. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: Teorias, programas e âmbitos* (pp. 171-188). Lisboa: Instituto Piaget.

Vaz, Henrique (2009). Da formação como reinvenção de novos ofícios: O caso dos estágios e da licenciatura em Ciências da Educação na Universidade do Porto. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, (29), 53-72.

Veloso, Esmeraldina Costa (2009). Terceira idade: Uma construção social. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 17, (1,2), 9-21.

Veloso, Esmeraldina (2011). *Vidas depois da reforma: Políticas públicas no contexto português e práticas educativas numa universidade da terceira idade em Portugal*. Lisboa: Coisas de Ler.

Vecchi, Sílvia & Greco, Silvana (1999). Proposta reflexiva na prática da mediação. In Dora Fried Schnitman & Stephen Littlejohn (Org.), *Novos paradigmas em mediação* (243-255). Porto Alegre: Artmed.

Vieira, Ricardo (2003). Vidas revividas: etnografia, biografias e a descoberta de novos sentidos. In Telmo Humberto Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp.77-96). Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, Cláudia et al. (2015). *Diagnóstico social do município de Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.

Vilhena, Junia de (2012). Repensando a velhice em tempos sombrios. In Ricardo Pocinho et al. (Coord.), *Envelhecer em tempo de crise: respostas sociais* (pp. 11-28). Legis Editora.

Wallace, Paul (2001). *Terramoto geracional. Uma viagem na montanha russa demográfica*. Mem-Martins: Publicações Europa América.

Zimmerman, Guite (2000). *Velhice: Aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed.

### **Outras fontes**

Instituto Nacional de Estatística (2015). Dia Mundial da População: “Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia”. Destaque: informação à Comunicação Social. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt) (consultado em 30/05/2016)

[Pordata \(2015\)](#). Índice de envelhecimento na Europa: número de idosos por cada 100 jovens. Disponível em <http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+envelhecimento-1609> (consultado em 30/05/2016)

Projeto Educativo do CCSC

Regulamento Interno de Funcionamento do Centro de Dia do CCSC

Plano de Atividades Socioculturais do CCSC